

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

DANIEL HENRIQUE LOPES

AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA AIB, 1932-1938.

Revendo o Passado. Gênero e Representações.

MARÍLIA
2007

DANIEL HENRIQUE LOPES

AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA AIB, 1932-1938.

Revendo o Passado. Gênero e Representações.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso de Mestrado, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Vianna Possas.

MARÍLIA
2007

DANIEL HENRIQUE LOPES

AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA AIB, 1932-1938.

Reverendo o Passado. Gênero e Representações.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, curso de Mestrado, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lídia Maria Vianna Possas (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista/Marília

Prof^a. Dr^a. Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Claude Lépine
Universidade Estadual Paulista/Marília

MARÍLIA – 23/02/2007

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde, amigos, familiares e oportunidades que me ofereceu.

Aos meus pais por estarem sempre ao meu lado, apoiando e incentivando minhas atividades.

À Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Vianna Possas, por ter orientado esta pesquisa e pelo respeito e afeto a mim dispensados. Sem dúvida, está entre as melhores orientadoras existentes.

Ao Carlos Eduardo França, grande amigo que sempre me apoiou e incentivou e que por várias vezes revisou os rascunhos do presente trabalho.

Ao Rodrigo Amado dos Santos, pelo apoio, por ter revisado esse texto e traduzido o resumo para o inglês.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Municipal da Educação de Marília pelo apoio incondicional na realização desta pesquisa.

À Diretora Fátima Alvares pelo companheirismo no início desta caminhada.

À Diretora Eneida Ferreira Paterlini pelo incentivo, apoio e ajuda oferecidos.

À Prof^a. Dr^a. Christina de Rezende Rubim pelo apoio e incentivo no início dessa etapa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília, que, pela convivência, ampliaram as possibilidades deste trabalho.

Às funcionárias da Seção de Pós-Graduação da UNESP/Marília pela ajuda, atenção e compreensão dispensadas ao longo desses três anos.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP, pela atenção oferecida ao longo da pesquisa.

À Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro, Prof^ª. Dr^ª. Claude Lépini, Prof^ª. Dr^ª. Rosângela de Lima Vieira e ao Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente por aceitarem de forma tão gentil participar da Banca de Defesa dessa Dissertação.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

“O empreendimento científico, no seu conjunto, revela sua utilidade de tempos em tempos, abre novos territórios, instaura ordem e testa crenças estabelecidas há muito tempo”.

Thomas S. Kuhn (1989)

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar as experiências sociais das mulheres que atenderam ao apelo da Ação Integralista Brasileira – AIB – (1932-1938), movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em 1932. Busca adentrar às práticas dessas militantes integralistas, conhecidas como “blusas verdes”, que assumiram funções diversas na hierarquia do Departamento Feminino na organização do “primeiro partido de massas do país”. Assim, enfocam-se os papéis informais como recurso para reconstrução das experiências de homens e mulheres na construção de sua própria história, situando essas práticas no processo de transição da sociedade brasileira dos anos 30-40. Deste modo, realiza uma abordagem interdisciplinar para apreender os efeitos gerais provocados pela Revolução Cultural, Técnica e Científica, originada nos anos 20 nas conjunturas sócio-culturais do período entre guerras que, em seu conjunto, estimularam o surgimento de diversas formas de consciência nacionalista no país. Com este contexto, centra a análise nas preocupações particulares inerentes às influências das relações de gênero e de poder no interior da AIB, analisando as problematizações da pesquisa como a estrutura, o discurso, os símbolos, as subjetividades e as representações que fazem parte do cenário das militantes integralistas.

PALAVRAS-CHAVE: INTEGRALISMO; GÊNERO; MILITÂNCIA FEMININA; REPRESENTAÇÕES; PRÁTICAS CULTURAIS.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze women's social experience who answered the appeal from Brazilian Integralism Action – AIB – (1932-1938), a fascist movement established for Plínio Salgado in 1932. This study seeks to analyze the women participation, known as “green blouses”, who assumed a lot of functions at the hierarchy inside the Feminine Department, working on the organization of the “first masses party in this country”. So, we focus on informal papers as an important piece for men and women's experience reconstruction, making possible, a new construction of their history, pointing out these practical inside the Brazilian society transition in 1930 to 1940. That way, we realized an approach among a lot of disciplines to know how the global effects nettle by Cultural, Technique and Scientific Revolution, started in 1920 with social-cultural events from that war time which, in its ensemble, stimulated the originated of diverse forms of nationalistic conscience in the country. In this context, we center the analysis in the particular concerns which influenced the AIB's gender and power relation, discussing some points in this study as structure, speech, symbols, subjective and representations that are part of the women militant scene

KEYWORDS: INTEGRALISM; GENDER; FEMININE MILITANCY; REPRESENTATIONS; PRACTICAL CULTURAL.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comício no Catumbi, Bairro operário do Rio de Janeiro	30
Figura 2: Votação no Núcleo da Gamboa, Rio de Janeiro	31
Figura 3: Militantes do Núcleo Integralista de Marília/SP	32
Figura 4: O Sigma no Cotidiano	50
Figura 5: Broches utilizados pela militância da AIB	50
Figura 6: Representação da parte da frente das caixas de fósforo	51
Figura 7: Representação da parte de trás das caixas de fósforo	52
Figura 8: Propaganda do Creme Dental Sigma	85
Figura 9: Propagandas de marcas relacionadas à AIB	85
Figura 10: Sigma	96
Figura 11: Estruturação da Camisa e do Distintivo Integralista	97
Figura 12: Bandeira Integralista	97
Figura 13: Braçadeira Integralista	98
Figura 14: Uniforme “Camisa-Verde”	99
Figura 15 – Folder 2º Congresso Nacional Integralista	102
Figura 16: Dirigentes e militantes da AIB	109
Figura 17: Plinianos de Uberlândia, MG	111
Figura 18: Militantes e Plinianos	112
Figura 19: Votação do Núcleo do Engenho Novo	113
Figura 20: O Sigma na vida privada da militância integralista	114
Figura 21: Distribuição de alimentos	115
Figura 22: Casamento de Adolfo Kist, Resende, RJ	116
Figura 23: Casamento de José Loureiro Júnior e Maria Amélia Salgado	117
Figura 24: Enterro de militante	118
Figura 25: Integralistas do Núcleo da Gamboa	125
Figura 26: Votação do Núcleo de Ingá, Niterói, RJ	126
Figura 27: “Como foi educada a mãe como é educada a filha (1921)”	127
Figura 28: Apelo integralista às massas brasileiras	135
Figura 29: Congresso Provincial Feminino, dezembro de 1935	136
Figura 30: Ficha de Cadastro de Homens e Mulheres nas Fileiras de Militância da AIB ...	138
Figura 31: Carteira de identidade dos militantes da AIB – parte interna.	139
Figura 32: Carteira de identidade dos militantes da AIB – parte externa.	140
Figura 33: Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e Pliniana em visita ao Lactário “Ana Francisca” no dia de sua inauguração – Núcleo de Botucatu/SP	146
Figura 34: Auxiliares do Lactário “Ana Francisca” – Núcleo de Botucatu/SP.	146
Figura 35: Grupo de crianças socorridas pelo Lactário “Ana Francisca” – Núcleo de Botucatu/SP	147
Figura 36: Mulheres em Cena. Desfile na Capital Federal, 1935	148
Figura 37: Mulheres em Cena. Integrantes do Departamento Feminino e Pliniano de Matão, SP	149

SUMÁRIO

Introdução.....	10
 Capítulo 1 A presença feminina na Ação Integralista Brasileira –	
Recuperando a trajetória	27
1.1 – O retorno ao passado	35
1.2 – O resgate da participação feminina na AIB	37
1.3 – Entrecruzando caminhos no retorno ao passado	54
 Capítulo 2 A AIB nos anos 30: contexto histórico, estrutura e	
organização	57
2.1 – Conjunturas da sociedade brasileira dos anos 30	58
2.2 – A Ação Integralista Brasileira	68
 Capítulo 3 O discurso, os símbolos e as representações integralistas	79
3.1 – O discurso integralista	81
3.2 – A simbologia e o conjunto de cerimônias integralistas	94
3.3 – As representações e imagens construídas pela AIB	103
 Capítulo 4 Práticas e experiências sociais das mulheres nas fileiras de	
militância da AIB	119
4.1 – Lugar das mulheres nos anos 30	124
4.2 – A militância feminina na AIB	133
4.3 – Representações da participação feminina na AIB	152
 Considerações Finais	163
 Referências	169

INTRODUÇÃO

As inquietações acadêmicas, aguçadas pelas problemáticas envolvendo a situação econômica, política, cultural e social das mulheres ao longo do século XX e início do XXI¹, levou-nos a investir na análise das experiências sociais das mulheres que atenderam ao apelo da Ação Integralista Brasileira – AIB (1932-1938), movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em 1932. Essas mulheres, que se tornaram militantes integralistas, conhecidas como “blusas verdes”, assumiram funções diversas na hierarquia do Departamento Feminino, organizado pelo “primeiro partido de massas do país” (CAVALARI, 1999).

Nossa investigação situa-se no contexto do processo de modernização/modernidade da sociedade brasileira dos anos 30-40, em que observamos a complexa inserção de novos segmentos sociais, principalmente urbanos, a exemplo dos movimentos reivindicatórios de natureza política e social dentre os quais destacamos as revoluções tenentistas, desde os anos 20², e o movimento sufragista feminino brasileiro³. Segundo Nicolau Sevcenko (1998), esses movimentos com objetivos reivindicatórios ocorreram de maneira simultânea ao processo de modernização acelerado pela Revolução

¹ Apesar da lei de cotas que estabelece participação mínima de 30% para as mulheres nos partidos políticos, o que na realidade não ocorre, nas eleições de 2002 somente 11,3% dos vencedores eram mulheres; no eleitorado elas eram 51,3%. Esses dados transparecem uma grande distorção entre o poder do voto e o direito de se fazer representar. Fonte: (www.ste.gov.br).

As mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, acumularam mais anos de estudos e ainda assim recebem uma remuneração média cerca de 30% menor do que os homens. Fonte: (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93713.shtml>) - 18/11/2006).

Uma pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo estima a ocorrência de mais de dois milhões de casos de violência doméstica e familiar por ano.

Fonte: (http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm - 27/11/2006). Visando coibir estas práticas de violência foi sancionada, em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha que altera o código penal permitindo que se decreta a prisão preventiva do agressor e acaba com as penas de cestas básicas ou multas, prevendo pena de privação de liberdade por três anos. A Lei 11.340 prevê medidas de proteção como, entre outras, a saída do agressor de casa.

² “O tenentismo aparece na década de 20 como núcleo organizatório das classes médias. O tenentismo desta fase pode ser definido em linhas gerais, como um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião” (FAUSTO, 1978, p.57). Os tenentes “são também vistos como os responsáveis pela orientação ideológica do movimento e postos de comando no regime pós 30” (AGGIO Et Al, 2002, p.17).

³ “Em fins da segunda década do século XX, tornou-se aceitável no Brasil um movimento moderado em favor dos direitos da mulher” (HAHNER, 1981, p.96), o qual se desenvolveu posteriormente, nos anos 30, ficando conhecido como movimento sufragista feminino brasileiro.

Cultural, Técnica e Científica originada nos anos 20 e que provocou a alteração de hábitos e de valores de uma sociedade que se encontrava nos trilhos da urbanização.

As novas conjunturas, vivenciadas no processo de modernização/modernidade dos anos 20 e 30, aceleraram a maior visibilidade e participação das mulheres no espaço público, até então exclusivamente masculino, pelo menos para os segmentos sociais das classes médias e da elite⁴.

Diante do complexo cenário de dinâmicas transformações, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, passavam a assumir ares cosmopolitas impulsionados pela forte idéia de progresso que se encontrava em destaque nos meios de comunicação existentes, especificamente nas manchetes e classificados dos jornais, que divulgavam a importante presença dos novos aparelhos como o rádio e a vitrola.

De acordo com Possas (2001, p.30),

no campo cultural, vivenciavam-se importantes mudanças de hábitos e valores, pelas alterações das condições materiais de reprodução do cotidiano. A vida urbana podia ser captada com suas multiplicidades de duração convivendo entre si, fornecendo novos ritmos e temporalidade diferentes. A presença da multidão e, ao mesmo tempo, do individualismo faz-se reconhecer e aparecer pela moda, maneira de se vestir, pentear os cabelos, falar publicamente, tudo estimulado cada vez mais pela força do cinema que se popularizava e pelo acesso a uma infinidade de revistas e jornais.

Entende-se, então, que a AIB surge no Brasil em meio a um contexto internacional conturbado⁵, tendo de enfrentar desafios postos por impactos gerados pelas

⁴ As mulheres das classes mais pobres eram obrigadas, por questões de sobrevivência, a agirem no espaço público, trabalhando e lutando por sua sobrevivência (POSSAS, 2001).

⁵ Sobretudo, pelas conjunturas da crise de 1929. Os reflexos da primeira grande crise do capitalismo foram sentidos praticamente no mundo todo. No Brasil, representou a queda da economia agro-exportadora e respectivamente da oligarquia brasileira. A queda da exportação, e com ela a ruína de boa parte dos grandes capitalistas do nosso país, gera o aparecimento de vários descontentamentos sociais que acabaram culminando na Revolução de 1930.

conjunturas de um período entre guerras (1918-1939), diversas formas de consciência nacionalista e crise da concepção materialista liberal. Esses fatores ampliaram a divulgação do pensamento autoritário e de regimes repressivos que multiplicavam a instalação dos Estados Intervencionistas, acelerando as reivindicações sociais de toda ordem, sem deixar de expor as lutas das feministas sufragistas⁶ e de militantes nas agremiações político-partidárias.

Levando em consideração as contribuições de Sevckenko (1998, p.7), no Brasil, “nunca, em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos”. O que se manifestava como mais perturbador, entretanto, era o ritmo de tempo com que essas transformações invadiam o dia a dia das pessoas.

Na dinâmica dessa nova ordem, ampliou-se a construção da esfera pública, reforçada pela crescente expansão da imprensa, das oportunidades de convívio cultural, do rádio e do cinema, o que acaba por expor as contradições da sociedade e dos sujeitos, homens e mulheres, que dela faziam parte. Este dinâmico processo histórico de mudanças e permanências recoloca, para nós, o pensar sobre novas questões como a dicotomia entre privado/público, o binômio dominação/subordinação, aguçando o levantamento de problematizações sobre o papel público desempenhado pelas “blusas verdes” no interior da AIB, que oportuniza o estudo das relações de gênero⁷.

⁶ Como nos indica Joana Pedro (2005, p.79), o feminismo, enquanto movimento social, vivenciou algumas “ondas”. No caso dos movimentos sufragistas, podemos inseri-los naquela que a autora denomina de “primeira onda”, a qual “teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser votada –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança”.

⁷ Apesar da multiplicidade dos enfoques disciplinares, “[...] ‘gênero’ pode ser entendido, contudo, como o nome de um certo modo, ou método de conhecer o ‘feminino’ a partir das significações construídas, de modo relacional, por mulheres e homens. As relações de gênero, sustentam os estudos atuais, devem ser apreendidas

Observamos as fotografias dos comícios e marchas integralistas que revelaram a presença constante de uma militância feminina na esfera pública⁸, ocupando o espaço urbano devidamente trajadas em seus uniformes e identificadas pelo Sigma⁹ no lado direito do braço. Assim, essas militantes passaram a fazer parte da cênica organizada pelo movimento Integralista¹⁰, levando-nos a pensar as modificações cotidianas consolidadas nas relações entre privado/público, já que adquiriram certa visibilidade e significado ao se deslocarem da esfera privada e ocuparem concretamente o espaço público.

O acervo documental existente no Arquivo de Rio Claro/SP¹¹, principalmente os jornais e as revistas integralistas, a correspondência pessoal de Plínio Salgado¹² e o material da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina, possibilitou-nos ampliar as perspectivas sobre o estudo das integralistas e as relações de gênero, “percebendo as mediações sociais e processos de mudança e de permanência das práticas sociais, como provocar reflexões sobre o impacto da modernidade em uma agremiação político-partidária de caráter autoritário e conservador” (POSSAS, 2004a, p.107).

ali onde se desenvolve o simbólico, ou seja, nas definições ou imagens do feminino (e do masculino). Trata-se de estudar as significações do feminino [...]” (BENOIT, 2000, p.79).

⁸ Ver Sombra e Guerra (1998).

⁹ O símbolo por excelência da AIB era o Sigma, que se materializava na bandeira e no distintivo do movimento. O Sigma, letra grega que indica soma, corresponde, no nosso alfabeto, à letra ‘S’. “Esse símbolo tinha como objetivo lembrar que o movimento tinha o sentido de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade” (CAVALARI, 1999, p. 191).

¹⁰ Que através dos seus “Protocolos e Rituais” visava “codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus Regulamentos e estabelecer normas, formulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas, bem como fixar honras, regalias e direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigma” (PROTÓCOLOS), constituindo-se em um instrumento disciplinador do cotidiano e da militância seja masculina ou feminina que controlava casamentos, Batizados, falecimentos, honras fúnebres, gestos, distintivos e a Camisa Verde.

¹¹ No Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Rio Claro SP, tivemos acesso ao Acervo de Plínio Salgado, onde analisamos documentos da imprensa integralista, os Jornais *Monitor Integralista* (1933-1937) e *A Offensiva* (1933-1937); e a revista *Anauê* (1934-1936); estatutos, protocolos, documentos oficiais e pessoais de ex-militantes integralistas (fotografias, cartas e outros objetos), bem como algumas obras de Plínio Salgado, que evidenciaram indícios da condição feminina e sua inserção dentro do Movimento Integralista.

¹² A Correspondência recebida por Plínio Salgado foi objeto de um pontual estudo realizado pela Prof^a. Lúcia Possas, (2004 B).

Deste modo, instigados pelos indícios, propomo-nos a analisar as relações criadas entre homens e mulheres enquanto ativistas integralistas no complexo sistema de organização da AIB, compreendendo as mudanças e as permanências dos papéis sociais normativos e valores determinados pela sociedade brasileira dos anos 30. Com isso, pretendemos (re)construir a história de seres concretos, no caso específico a das mulheres, e a trama de suas experiências inseridas em um conjunto emaranhado de múltiplas funções que, repleto de conflitos, acabaram por construir um *modus vivendi* de uma época (DIAS, 1992).

No movimento do Sigma, pelos dados oficiais levantados, as mulheres tiveram uma expressiva e numérica participação, sendo que mais de 100.000 senhoras e moças atuaram como visitadoras de bairros humildes, professoras e enfermeiras, em uma obra social portentosa do movimento, entregando-se ao estudo dos problemas nacionais e passando a ter maior interesse na vida política¹³ (SALGADO, 1937).

Diante dessas constatações, formulamos algumas questões que direcionaram o nosso trabalho. Por que as mulheres aderiram ao discurso arregimentador da AIB? De que forma e quais atividades desempenharam enquanto militantes? Frente à inserção das mulheres na AIB, como foram (re)elaboradas as relações de gênero?

Somente atentos à desconstrução dos discursos e à análise das imagens e representações torna-se possível viabilizar possibilidades de ver e explicar o real em sua multiplicidade. Nessa perspectiva, podemos encontrar autores como Derridá (1973) e Foucault (1999) que nos ajudam a (re)trabalhar as narrativas revendo as relações de poder contidas nos discursos e a presença da ação dos micro poderes. Os historiadores da cultura, como Roger Chartier (1990), Zemon Davies (1990) e a pontual coletânea organizada por Hunt

¹³ Na correspondência feminina constante do acervo privado de Plínio Salgado, no Arquivo Municipal de Rio Claro/SP, encontramos uma variedade de missivas em que as militantes emitem opiniões e sugerem alternativas políticas para o país, principalmente no período de 1936 a 1938 (POSSAS, 2004 b).

(1992) vieram reforçar e apontar perspectivas para as categorias de análise como as representações e as práticas culturais.

O presente trabalho retomou a historiografia sobre a AIB, pelo menos aquela que foi referência para os estudos do tema, quase toda produzida nos anos 70¹⁴. Neste momento, o foco das investigações científicas centrava-se nas análises estruturais, privilegiando as metas narrativas, o poder dos discursos e do pensamento integralista na arregimentação de massas sociais às fileiras do partido e na sua semelhança ou não com os demais partidos fascistas europeus. No período anterior à década de 1970, não foram encontradas pesquisas sobre o Movimento Integralista, que permaneceu silenciado devido à presença de explicações estereotipadas de sua semelhança aos regimes autoritários de direita europeus. Somente no final da década de 90, o tema Integralismo despertou novos interesses na academia brasileira, motivando vários pesquisadores com novos enfoques e abordagens¹⁵; fato que se confirma ao observarmos a presença crescente de trabalhos e vários temas de pesquisa envolvendo a AIB existentes atualmente no Brasil¹⁶, os quais vêm sendo estimulados pela ativa atuação do GEINT – Grupo de Estudos sobre o Integralismo¹⁷.

¹⁴ TRINDADE (1979); VASCONCELOS (1979); CHASIN (1978); CHAUÍ (1978); CAVALARI (1999) e ARAÚJO (1988). Cabe ainda ressaltar que grande parte dos estudos sobre o Integralismo foram construídos a partir de pressupostos marxistas das relações de classes, da ideologia e do Estado, que não tinham preocupação com as questões colocadas pela história cultural.

¹⁵ Dentre eles podemos elencar, CALDEIRA (1999); CAVALARI (1999).

¹⁶ Fato que observamos durante nossa participação no I – *Encontro de Pesquisadores do Integralismo*, realizado em outubro de 2002, na cidade de Rio Claro – SP, e no II – *Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo*, promovido pelo Centro de Estudos sobre a AIB e o PRP, Programa de Pós-Graduação em História PUC/RS e Grupo de Estudos Sobre o Integralismo, realizado em novembro de 2003, na cidade de Porto Alegre – RS. Eventos nos quais estiveram presentes pesquisadores de várias cidades e Estados do país apresentando suas pesquisas.

¹⁷ O GEINT consiste em um grupo de discussões na internet, tendo por objetivo estabelecer debates sobre enfoques e abordagens que envolvam a AIB, através do grupo: geint@yahoogrupos.com.br. Seus membros são pesquisadores de diversas instituições de Ensino Superior do país que procuram compartilhar suas pesquisas, questões, opiniões, críticas e informações. Desta iniciativa resultou a publicação promovida pelo Arquivo Municipal de Rio Claro, numa proposta de reunir os recentes estudos do Integralismo intitulada “Integralismo: novos Estudos e Reinterpretações”, 2004, organizada pelos docentes, Lidia M.V. Possas /UNESP, Rosa Cavaliari, UNESP e Renato Dotta, doutorando USP.

O interesse em escrever sobre a AIB no final dos anos 70 provém das conjunturas políticas vivenciadas naquele período, palco de significativas transformações no cenário político nacional. Permeados pela Ditadura Militar, nos últimos anos da década eclodiram descontentamentos e reivindicações pelo fim do regime militar em nosso país, intensificando o movimento da sociedade civil em favor da recuperação dos direitos democráticos. Nos anos de 1978 e 1979 foram intensificados os movimentos em prol da anistia, culminando com o fim do AI-5, o qual suspendia os direitos individuais do cidadão. Em 1979, com a aprovação da lei, centenas de exilados começaram a retornar ao país, que estava restabelecendo a pluralidade partidária.

Assim, o período em que são escritas as primeiras obras historiográficas sobre a AIB era compreendido, no Brasil, como um momento de problematizações acerca do autoritarismo e do totalitarismo. Havia esperança de que o regime militar chegasse ao fim e se restabelecesse o regime democrático. Ou seja, era o momento de se discutir e refletir sobre a história do autoritarismo e do totalitarismo em nosso país, vislumbrando coibir qualquer forma de sua rearticulação.

Mesmo assim, a produção historiográfica brasileira sobre a AIB, enquanto um movimento político de “direita”, é restrita se comparada à dos partidos de “esquerda”. Sobre a inserção e participação das mulheres enquanto militantes integralistas, então, é quase rara¹⁸.

¹⁸ O que significa uma lacuna no processo de construção de conhecimento, já que estudos que enfocam as mulheres nos mais diversos aspectos da sociedade tornaram-se uma frente crítica do conhecimento contemporâneo, dentre os quais destacamos: GUERRA (1998); LOURO (1997a), (1997b); MALUF, MOTT (1998); MATOS (2000); PEDRO, GROSSI (1994); POSSAS (2001); QUINTANEIRO (1996); PUPPIN (2001); SCHIENBINGER (2001); SCOTT (1992); SMITH (2003); SOIHET (1997), (2001); PERROT (1998). Além disso, trabalhos sobre as mulheres em organizações partidárias de orientações fascistas foram estimulados a partir das últimas décadas. Entre eles, as análises realizadas por Durham, *Women and the British Union Fascists, 1932-1940*, (1989), Gewnder and the *British Union Fascists* (1992). Também o artigo de Cullen (1996), *Four Women For Moesley: women in the British Union of Fascists, 1931-1940*, demonstrando outras possibilidades e evidenciando outras práticas no interior da agremiação e de mudanças na sociedade.

No entanto, publicados no exterior, conhecemos o trabalho de Emma Grant¹⁹, *Feminism in Fascism: A study of Brazil's Integralist movement*, (Estados Unidos, 1996), abordando especificamente esta problemática, bem como os trabalhos de Sandra McGee Deutsch²⁰, *What Difference Does Gender Make? The Extreme Right in the ABC Countries in the Era of Fascism; Spreading Right-Wing Patriotism, Femininity, and Morality – Women in Argentina, Brazil, and Chile, 1900-1940*, que dedicam algumas considerações sobre a militância feminina na AIB em comparação com os partidos de extrema direita na Argentina e no Chile no mesmo período; e *Spartan Mothers: Fascist Women in Brazil in the 1930s; e Christians, Homemakers, and Transgressors – Extreme Right – Wing Women in Twentieth-Century Brazil*²¹, que procura analisar as experiências das mulheres ativistas integralistas.

Enquanto objeto profícuo para pesquisa, no Brasil, os trabalhos encontrados que abordam especificamente as “blusas verdes” são: *Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938)* de Lúcia Maria Vianna Possas (2004a); *O Integralismo e a Mulher*; João Ricardo de Castro Caldeira sobre a ação feminina no Maranhão (2004)²²; bem como o da Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999), em que as vivências femininas na AIB permeiam um dos capítulos da obra.

Possas (2004a; 2004b), respectivamente, centrou sua análise na compreensão das relações estabelecidas entre as mulheres e o Integralismo, bem como em captar a subjetividade das militantes integralistas expressa nas cartas por elas endereçadas a Plínio

¹⁹ Professora do Connecticut College, New London.

²⁰ Sandra McGee Deutsch é professora de História na Universidade do Texas – El Paso. Dedicou boa parte dos seus estudos para compreender a participação das mulheres em movimentos políticos de direita na América Latina.

²¹ No qual, ao discorrer sobre os trabalhos brasileiros que abordam a participação feminina na AIB, gentilmente faz referência ao nosso trabalho, enquanto uma busca de compreender a presença das ativistas no Integralismo.

²² Frente a estes trabalhos cabe ressaltar a atualidade dos mesmos, publicados em 2004. Isto corrobora nossa posição de que as “blusas-verdes”, muito mais do que o tema do Integralismo enquanto um partido político e seus aspectos ideológicos, pois estes têm uma significativa bibliografia, permaneceram por muitas décadas silenciadas pela historiografia.

Salgado; Caldeira (2004) vislumbrou interpretar a participação das mulheres na AIB do Maranhão, atentando para as condições regionais dessa arregimentação feminina; Cavalari (1999), preocupada em elucidar alguns dos mecanismos por meio dos quais a AIB logrou se organizar, identificando e descrevendo um conjunto de estratégias de organização, de divulgação da doutrina e de unificação e homogeneização do Movimento, discorre brevemente sobre as ações e papéis desempenhados pelas mulheres no interior do Integralismo.

A originalidade do presente trabalho frente aos demais, encontra-se centrada nos objetivos propostos e nas fontes analisadas. Nossa investigação encontra-se reforçada na crítica ao historicismo clássico²³, sendo pautada em uma escola historiográfica que cultiva a compreensão da experiência humana em sua concretude, desvencilhando-se de categorias abstratas, universais e de conceitos e princípios teóricos preestabelecidos. Atemo-nos a conhecimentos específicos, reforçando o interesse pelos testemunhos e experiências concretas de pessoas situadas noutras épocas, em passado e temporalidades não lineares.

Esse intento afasta certo racionalismo abstrato que dominou o mundo das ciências humanas nas décadas passadas e que impôs uma rigidez temporal progressiva não dando voz aos múltiplos sujeitos na construção do devir histórico. Sendo assim, ficamos mais atentos não às leis universalistas, mas sim às “singularidades” das quais nos chama a atenção Holanda (1973)²⁴.

²³ Assim, reforçamos nossa investigação na vertente historicista “moderna”, enquanto uma possibilidade de historicizar as conjunturas e o fenômeno – Integralismo – para compreender o seu significado para as “blusas-verdes” no contexto dos anos 30.

²⁴ Em 1936 Holanda nos chama a atenção para as singularidades dos processos históricos, entrevendo “a condição humana através do seu acontecer no tempo, como que aspirando a libertar-se do domínio da própria cultura e do legado dos antepassados; modernista e relativista, admitia a imanência das forças históricas e a singularidade, o peculiar o específico de cada sociedade ou nação” (DIAS, 1985, p.11).

A observação da atuação das “blusas verdes” e da história da AIB torna-se importante pela condição inédita da pesquisa, evidenciando como aquela ideologia de forte apelo aos “princípios espirituais, como a igualdade, a justiça e a piedade” (ARAÚJO, 1988, p.62), incluindo a compaixão – a “capacidade de sofrer intensamente com os outros” (ARENDT, 1971, p.80) –, constituiu-se em uma alternativa para segmentos urbanos, principalmente para as mulheres que atenderam ao apelo da AIB, transpondo-se do ambiente privado ao espaço público em uma conjuntura de transição, mobilizadas pela idéia de ascensão social e de acesso aos direitos civis e políticos.

Neste sentido, nosso intuito é tecer uma investigação por meio de um outro olhar que busque evidenciar a necessidade de romper com as análises estruturais e massificadoras presentes na historiografia produzida sobre a AIB na década de 1970, vislumbrando, assim, aprofundar a leitura de uma História que privilegie a atuação dos diferentes sujeitos – homens e mulheres – escapando à percepção que homogeneíza o diverso no tempo e no espaço.

Para tanto, procuramos rever a forma de inserção feminina nos anos 30 não como atitudes de submissão diante dos mecanismos persuasivos utilizados pela AIB para arregimentar as massas populares urbanas às suas fileiras, mas como mulheres, de segmentos sociais diversos, que pretenderam romper com a sua condição restrita à esfera privada, projetando-se no espaço público por brechas abertas pelo abalo dos sistemas políticos. As fissuras, existentes nas idéias e nas práticas integralistas, forneceram subsídios para que se pudesse emergir uma reivindicação latente e uma ocasião para as militantes se manifestarem. Essas especificidades podem ser captadas e expressas na idéia de um “feminismo informal”²⁵.

²⁵ A idéia de “feminismo informal” é construída a partir da constatação de Perrot de que algumas resistências e revoltas femininas “se revestem de formas privadas, secretas mesmo, ou encadeiam-se em convivência, suscetíveis de colocar em xeque a dominação”. (PERROT, 2000).

As distintas experiências vivenciadas pelas militantes, captadas por representações e imagens, longe de serem homogêneas, foram apropriadas, interpretadas e resignificadas a partir dos discursos produzidos pela AIB em função de interesses e perspectivas próprias (CHARTIER, 1990). Essas opções e comportamentos foram observados no estudo recente da correspondência de militantes e simpatizantes da AIB²⁶.

A análise das complexas relações criadas entre a AIB e suas militantes, permitiu-nos compreender e evidenciar as especificidades do processo histórico das lutas feministas e políticas no Brasil a partir dos anos 30, ampliando o conhecimento histórico-social sobre o Integralismo e os sujeitos sociais que, frente às possibilidades abertas pelo Movimento, passaram a exercer outras práticas e relações sociais na sociedade brasileira dos anos 30.

Trata-se de uma análise na perspectiva de:

recusar a idéia de que as mulheres seriam em si mesmas um objeto de história. É o seu lugar, a sua 'condição', os seus papéis e os seus poderes, as suas forças de ação, o seu silêncio e a sua palavra que pretendemos perscrutar, a diversidade das suas representações [...] que queremos captar nas suas permanências e nas suas mudanças. História decididamente relacional que interroga toda a sociedade e que é, na mesma medida, história dos homens (DUBY; PERROT, 1991, p.7).

Com isso, apontamos para o desafio de tomar as mulheres como objeto do conhecimento, pois, devido ainda às imprecisões e fragilidades teóricas, “leva a incertezas inerentes ao próprio processo do conhecimento” (POSSAS, 2001, p.31).

A investigação que engendramos se preocupou em pontuar a posição relacional estabelecida entre homens e mulheres na AIB, buscando analisar as “relações de gênero” como uma construção histórica.

²⁶ Ver POSSAS (2004 b).

Tomamos gênero “como uma categoria de análise histórica de natureza relacional, a fim de entender a construção dos perfis e dos comportamentos feminino e masculino, um em função do outro e constituídos social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados”. O trabalho com tal categoria nos permitiu desvendar a complexidade das relações políticas e de poder, inserindo nelas a figura da mulher militante integralista, que também teve participação nas mediações e negociações entre a AIB e a sociedade brasileira dos anos 30. (POSSAS, 2004b, p.265).

Joana Maria Pedro (2005, p.78), ao refletir sobre a categoria gênero faz o seguinte questionamento: “Afim, do que estamos falando quando dizemos ‘relações de gênero’?”. Após a questão, a autora responde: “Estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração”²⁷.

Segundo ela, “era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não tem sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra ‘gênero’ no lugar de sexo”. O conceito gênero foi elaborado buscando “reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura”. O uso da palavra ‘gênero’ “tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2005, p.78).

²⁷ Em seu artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, Joana Pedro (2005) historiciza categorias de análise como mulher, mulheres, gênero e sexo, através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas. É um trabalho imprescindível para aqueles que pretendem ou já trabalham com a construção das relações de gênero.

Trabalhar com a categoria gênero significa combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, compreendendo as significações culturais implícitas nas relações de poder estabelecidas entre o “feminino” e o “masculino”.

Para Possas (2004b, p.265), “o uso do termo ‘gênero’ está em completa oposição aos referenciais biológicos-sexuais que o definiram até meados dos anos 1960”. Assim, “investigando os diversos domínios da cultura, da sociedade e da história, a expressão ‘relações de gênero’ ganhou terreno no campo da pesquisa e dos debates acadêmicos, que acabaram por superar o caráter reducionista biológico a que estava condicionada [...], que impedia perceber a concretude e as especificidades dos sujeitos”.

Assim, segundo a autora, “os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder” (POSSAS, 2004b, p.265).

Ao analisarmos as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços e das formas de sociabilidade, bem como os diferentes meios de comunicação e divulgação que constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos contribuindo para uma existência menos excludente. (PEDRO, 2005).

Procurar respostas para algumas situações que se colocam no presente em nossa sociedade nos leva a buscar nossas raízes culturais e as dificuldades de sua superação. Partindo de sujeitos concretos, no caso as mulheres, em uma luta lenta e surda pela cidadania e inserção no cenário político nacional, com ampla resistência em uma sociedade ainda crivada de posturas machistas e excludentes, torna-se urgente construir uma “outra história”.

Assim, procuramos escrever uma “outra história”, atenta às questões apontadas e que nos permitiu captar os indícios de uma prática autônoma das mulheres e de subjetividades expressas em representações diluídas, mas que evidenciaram sua ação concreta.

A partir da análise do material analisado, observamos a inserção das militantes integralistas e buscamos novos significados que permitissem compreender as persistências e as alterações de comportamentos, atitudes e valores da ordem social vigente na época e dos sujeitos que sempre estiveram à margem da sociedade e da história.

O trabalho, que fora baseado em várias fontes documentais, possibilitou-nos um contraponto entre os dados obtidos pela investigação desses documentos com a bibliografia analisada. O uso de fontes documentais distintas nos forneceu caminhos que exigiram flexibilidade, pois o trabalho com uma única fonte inviabilizaria o cumprimento dos objetivos almejados. Concordamos com Peter Burke (2000, p.211) ao afirmar: “não acredito que haja um método histórico quanto a um procedimento a seguir em todos os casos [...] nós somente descobrimos nosso método ao longo da pesquisa, em vez de começarmos com ele do início”.

A presente dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo, *A presença feminina na Ação Integralista Brasileira – Recuperando a trajetória*, frente ao contexto histórico, político e social do nosso objeto de pesquisa, fomos levados a trabalhar com outras temporalidades, vislumbrando perceber indícios do processo de participação das “blusas verdes” inseridas em uma agremiação partidária nos anos 30. O resgate da presença feminina na AIB é apresentado por meio de um entrecruzamento de caminhos passíveis de serem trilhados em busca dessa participação. Desta forma, apresentamos os principais elementos evidenciados pela memória, pela história e pelas relíquias referentes a AIB, sendo

as discussões realizadas por Lowenthal (1998), e Le Goff (1994) fundamentais para a elaboração deste capítulo.

No segundo capítulo, *A AIB nos anos 30: contexto histórico, estrutura e organização*, buscamos evidenciar os antecedentes e as conjunturas da sociedade brasileira da década de 30, fazendo, também, uma discussão das estruturas e aspectos organizacionais da AIB. Apresentamos uma síntese do contexto histórico no qual surgiu o Movimento Integralista, as etapas da sua criação e as concepções das principais obras historiográficas acerca do Integralismo, sendo as contribuições teórico-metodológicas de Sevcenko (1998), Cavalari (1999), Trindade (1979), Vasconcelos (1979), Chauí (1978) e Chasin (1978), bem como os Estatutos da AIB, essenciais para a sua formulação.

No capítulo seguinte, *O discurso, os símbolos e as representações integralistas*, analisamos as características do movimento, suas estratégias de arregimentação e unificação de militantes e os meios que utilizou para difundir, divulgar e perpetuar no imaginário das massas seu discurso e ideais. Assim, as representações, os símbolos e os ritos integralistas, enfim a máquina de propaganda empreendida pela AIB, são analisados, contando com a contribuição da obra de Cavalari (1999), que contribuiu de maneira essencial para que pudéssemos compreender a amplitude da simbologia integralista.

Finalmente, no quarto e último capítulo, *Práticas e experiências sociais das mulheres nas fileiras de militância da AIB*, procuramos analisar o lugar das mulheres inseridas na sociedade brasileira dos anos 30, ressaltando as experiências das militantes integralistas nas fileiras da AIB e resgatando, ainda, as representações e as subjetividades construídas ao adentrarem ao espaço público.

Ao longo do nosso trabalho, preocupados em compreender as idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologia e o vocabulário presentes na doutrina integralista, percebemos as mulheres em uma longa trajetória de luta pelos seus direitos, colocando-se frente a uma sociedade patriarcal ainda crivada de posturas machistas e excludentes. Desta maneira, vislumbramos construir uma história dos sujeitos inseridos na AIB.

**CAPÍTULO I – A PRESENÇA FEMININA NA AÇÃO INTEGRALISTA
BRASILEIRA – RECUPERANDO A TRAJETÓRIA.**

Entre 1932 e 1938, homens, mulheres e crianças de todo o país vivenciaram, sucessivamente, a prática da militância integralista. A doutrina da Ação Integralista Brasileira, considerada por alguns estudiosos²⁸ como o primeiro partido de massas do país, adentrava as práticas cotidianas de famílias inteiras de norte a sul do Brasil. No contexto dos anos de 1930, ser militante integralista significava, além de participar das reuniões, atos públicos e marchas, uniformizar-se, assimilar os símbolos, os ritos e as práticas da AIB. Enquanto os homens vestiam a “camisa-verde”, à mulher era reservada a “blusa-verde”.

Para Carneiro (2006, p.01), “viver plenamente o integralismo era assumir uma identidade de pertencimento delineada a partir do *Manifesto de Outubro de 1932*, o marco doutrinário fundador”. No Manifesto de 1932 estava delineada a forma de participação dos militantes no movimento segundo os preceitos da doutrina Integralista que visava à constituição de um Estado Integral.

Já na abertura do Manifesto, Plínio Salgado ao falar do *Universo e do Homem* e ao apontar que “Deus dirige os destinos dos Povos”, apresentava a diretriz a ser seguida pelos integrantes da AIB: a integração do propósito de construção do Estado Integral com base em preceitos espiritualistas, tal que, os indivíduos participantes deste Estado, deveriam ser educados na moral cristã, tendo a família como seu sustentáculo mais sólido. Nela, na sua solidez e no seu controle da moral cristã, sobretudo a católica, estaria a base de toda a sociedade.

Observa-se já neste momento a presença de fortes indícios da participação feminina na AIB. Sendo a base do Estado Integral proposto pelo movimento a célula familiar, a mulher assumiria uma função primordial na hierarquização desta nova proposta de sociedade, uma vez que a base da família era a mulher no exercício dos seus papéis de mãe,

²⁸ Ver: TRINDADE (1979); CAVALARI (1999)

esposa e dona de casa. Com essas perspectivas presentes na fundação e formação dos conceitos iniciais do Integralismo, as funções do lar eram especificamente destinadas às mulheres que deveriam educar física e moralmente seus filhos.

Na concepção integralista do Universo e do Homem, era evidente que “o homem deveria praticar sobre a Terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam”. Na busca desse aperfeiçoamento deveriam seguir fielmente as normas da AIB. O homem deveria valer “pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade”. (SALGADO, 1932, p.1)

E a mulher como tinha seu valor determinado? Ao longo de sua trajetória na AIB, a valoração das mulheres era atribuída segundo suas funções domésticas, base da família. No entanto, no Brasil, a conquista pelo direito ao voto, realizada em 1932, estava na agenda política das sufragistas desde os anos 20. O Integralismo não ficou à margem dessa reivindicação e inseriu-a em seu discurso doutrinário em que havia a concepção integralista de mulher que assimilava, inclusive, sua inserção no mercado de trabalho e na vida política.

Para Plínio Salgado (1932, p.1), o Homem valia “pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas”. Tomando essa perspectiva de uma humanidade que pode e deve superar-se, a AIB por meio de uma militância feminina “destinada a cumprir papéis normativos - professoras - promove uma campanha em prol da alfabetização da sociedade brasileira associada à formação do cidadão e das mentes das massas”.

A propagação desses ideais e do nacionalismo atraiu às fileiras da AIB uma militância significativa de mulheres. A defesa do nacionalismo vinha associada à crítica ao

cosmopolitismo avassalador que caracterizava as principais cidades do país, “isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo”. Portanto, combatê-lo era o dever de todo integralista. E “isso não quer dizer má vontade com as Nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também trabalham objetivando o engrandecimento da Nação Brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida de povo” (SALGADO, 1932, p.2-3). Discursos como esses, divulgados por jornais e rádio, ajudam-nos a explicar a participação de descendentes de imigrantes africanos e asiáticos nas fileiras de militância da AIB, como podemos evidenciar nas Figuras 1, 2 e 3.



Figura 1: Comício no Catumbi, bairro operário do Rio de Janeiro, 1937. (SOMBRA; GUERRA, 1998).

Na figura 01 observamos o retrato de um comício, no qual está em destaque uma “blusa verde” negra, fazendo uso da palavra no espaço público. Trata-se de uma fotografia não posada, na qual o fotógrafo registra o movimento das pessoas. Ao perceberem que seriam

fotografados, os ouvintes do discurso desviam seus olhares, param de prestar atenção na fala da militante e dirigem sua atenção para a lente do fotógrafo²⁹. Evidencia-se também na imagem a presença de crianças na posição de espectadores do discurso integralista, o que corrobora com a proposição de que as pessoas deveriam ser disciplinadas desde muito jovens. O espaço em que os sujeitos estão inseridos é o espaço urbano e retrata a atuação feminina além do lar, inserindo-se no espaço público.



Figura 2: Votação no Núcleo da Gamboa, Rio de Janeiro, DF, s/d.. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

A figura 02 registra um momento oficial da AIB, a votação interna do Núcleo da Gamboa no Rio de Janeiro. Nela aparece retratado um militante negro assinando os documentos institucionais do Movimento Integralista, evidenciando a presença de descendentes africanos nas fileiras de militância do Sigma, e possibilitando-nos questionar as proposições de alguns autores que apontavam a AIB enquanto uma agremiação racista. Nota-

²⁹ Talvez tal atitude seja resultado do caráter inovador e moderno relativos à máquina fotográfica.

se também, a presença da simbologia integralista, em destaque o Sigma – símbolo por excelência do Movimento.



Figura 3: Militantes do Núcleo Integralista de Marília/SP. (Fonte: Acervo Pessoal. Marília/SP).

Já a figura 03 é dotada de um caráter bastante peculiar. Trata-se de uma fotografia a que tivemos acesso durante uma conversa com uma simpatizante integralista da cidade de Marília/SP. Durante a nossa conversa, ela nos falou dessa fotografia e gentilmente nos cedeu uma cópia. Nela encontramos registrada a imagem de alguns militantes do Núcleo Integralista Local, evidenciando a participação de imigrantes japoneses nas atividades locais da AIB. Podemos observar, também, a presença de homens, mulheres e crianças, todos reunidos na mesma solenidade, reafirmando o caráter de complementaridade entre os sujeitos sociais pretendido pela AIB. A Bandeira do Brasil, a Bandeira Integralista, o retrato de Plínio Salgado, chefe soberano dos integralistas, e um mapa com um sino dentro, podem ser visualizados no fundo da foto, configurando a simbologia do Núcleo Mariliense. É uma foto

posada, ou seja, as pessoas param para registrar esse momento, vislumbrando demonstrar a disciplina integralista, bem como a boa qualidade da imagem.

Para o Integralismo, conforme já se expôs, a Família era considerada a base da Nação e fundamental para a construção do Estado Integral. O Manifesto de 1932 expressava e delineava essa investidura, como observado nos capítulos: *Princípio da Autoridade; do Nacionalismo; da Nação Brasileira; dos Partidos e dos Governos; das Conspirações e da Politicagem de Grupos e Facções; da questão Social; Da família e da Nação; do Município e do Estado Integralista*. (MANIFESTO, 1932).

Sendo a Família “a base da felicidade na terra”, “uma das únicas venturas possíveis”, fica expresso que a felicidade do Homem se concentra em “pequenas coisas, tão suaves, tão simples”, dentre as quais se destacam: “o afago de uma mãe, a palavra de um pai, a ternura de uma esposa, o carinho de um filho, o abraço de um irmão, a dedicação dos parentes e amigos” (SALGADO, 1932, p. 07).

Assim sendo, todo integralista, seja homem ou mulher, deveria estar atento à “comunhão nas alegrias, nos triunfos, nas lutas, conforto de todos os instantes, estímulo de todos os dias, esperança de perpetuidade no sangue e na lembrança afetuosa, eis o que é a família, fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana” [...] “tirem a família ao homem e ele fica animal”. (SALGADO, 1932, p.07).

Investindo na organização do Estado Integral, a doutrina Integralista enfatizava a sua estrutura a partir da união entre a família, o município e as corporações, de modo a constituir a grande família nacional, terreno sólido para a implantação dos ideais da AIB. Desta maneira, a relação familiar daria à organização social o equilíbrio conciliatório da

sociedade. Nela deveriam estar harmoniosamente acomodados o indivíduo, a classe profissional, a coletividade, o Estado e a Pátria.

E no reforço dessa instituição social – a família – como base de sustentação da doutrina integralista podemos confirmar a importância da ativa presença feminina na AIB, seja na construção familiar sólida pela maternidade, seja como responsável pela propagação da ideologia integralista, ou seja, atuando como responsável por um grande movimento de arregimentação de adeptos.

Diante destas evidências de proposituras algumas questões se colocam em um passado não tão distante, mas com poucos registros documentais concretos: Como mapear essa participação feminina há aproximadamente 70 anos? Como resgatar os indícios das experiências e principalmente as falas dessas mulheres? Quais práticas vivenciaram com a militância masculina no seio do movimento? E até mesmo, como dar visibilidade à participação dessas mulheres na AIB, já que foram tão marginalizadas por uma parcela significativa dos historiadores do Integralismo? Concomitantemente, essas questões nos remetem também à busca da compreensão das conjunturas em que se deu essa participação.

Ao vislumbrarmos adentrar às conjunturas culturais, econômicas, políticas e sociais vivenciadas nos anos de 30, as quais explicitam as origens e a ascensão da AIB no cenário político e social nacional, deparamo-nos com uma questão primordial ao trabalho do cientista social: a difícil tarefa de compreender as vivências, experiências, ações e práticas humanas em outro tempo.

1.1 O Retorno ao passado

Diante das problematizações levantadas e desenvolvidas ao abordarmos a militância feminina na AIB, torna-se necessário, fazendo uso dos debates contemporâneos, discutir os caminhos pelos quais tomamos conhecimento do passado. Deste modo, ao adentrar no cenário sócio-cultural dos anos 30, almejando compreender nuances das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres no interior do Movimento Integralista, foi necessário transitar acerca das formas de percepção e interpretação do passado, tecendo algumas relações entre os conceitos *Memória*, *História* e *Relíquias*. Isto porque, ao tentar captar as “blusas-verdes” somos necessariamente remetidos ao passado. Segundo Le Goff (1994, p.12), a “matéria fundamental da história é o tempo”.

Abordar a percepção que homens e mulheres têm sobre o passado e como esse passado interfere no nosso presente, bem como qual é a nossa interpretação sobre os fatos que nos antecedem é bastante complexo. Segundo Lowenthal (1998, p.64), “a consciência do passado é por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar”. Para o autor, a maneira como adquirimos o *background* imprescindível sobre o passado é simples: lembramo-nos de coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores.

Nessa linha é possível enfatizar que somos seres históricos permeados por práticas, costumes, lembranças e sentimentos que se fundam em tempos anteriores ao nosso. A nossa personalidade, o nosso meio social, é permeado pelo passado. “O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos” (LOWENTHAL, 1998, p.64) E ao contrário do que muitos pensam, o passado não está morto, ele perdura em nossas memórias:

temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo em que se distingue dele. O que os une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam (LOWENTHAL, 1998, p.65).

As questões relativas à interpretação, aceitação, vivência e consistência do passado variam de cultura para cultura, de pessoa para pessoa e de período para período. Algumas pessoas ficam tão estimuladas por passados rememorados que toda a sua vivência no presente é permeada por suas lembranças. Isso acontece ainda hoje diante, por exemplo, dos “memorialistas” de cidades menores que defendem o passado a partir de sua memória pessoal e de muitos militantes integralistas que tivemos a oportunidade de ouvir³⁰.

Para Lowenthal (1998), o passado seja ele parco ou copioso, morto ou vivo, um campo separado ou confundido com o presente, é percebido conscientemente pelos mesmos caminhos: a presença da memória, a história e os fragmentos.

Esses caminhos³¹ nos possibilitaram fazer emergir um passado – os anos 30 – e entender as singularidades de uma agremiação política, como a AIB, e focar as particularidades da participação feminina.

Reconhecemos que ainda que memória e história se distingam, apresentam fronteiras tênues, já que uma envolve componentes da outra. Mesmo assim, elas se diferenciam: a memória é inevitável, já a história é contingente e cientificamente verificável.

³⁰ Neste sentido, tivemos a oportunidade de ouvir depoimentos de ex-militantes da AIB durante o Primeiro Encontro de Pesquisadores do Integralismo, realizado em 2002 no município de Rio Claro.

³¹ No que tange à Memória não trabalhamos com entrevistas devido à dificuldade de encontrar ex-militantes integralistas vivos e ainda lúcidas capazes de contribuir com seus testemunhos acerca da AIB. No entanto, trabalhamos com a memória concretizada em documentos da época, seja através dos documentos oficiais da AIB, dentre os quais destacamos os Estatutos da AIB, o Manifesto de Outubro de 1932, marco fundador do Movimento Integralista, os Protocolos e Rituais, dentre outros; seja com os jornais ou com as revistas. Já com a história trabalhamos ao trazeremos para o nosso trabalho a significativa contribuição daqueles autores que nos precederam e em muito contribuem para elucidar a participação feminina na AIB. Trabalhamos também com as relíquias, quando analisamos os objetos e utensílios produzidos pela AIB na tentativa de se concretizar no cotidiano e no imaginário das famílias que aderiram ao Integralismo.

Diferentemente de memória e história, os fragmentos não são processos, são artefatos, reminiscência de processos, identificáveis por objetos da cultura material vivenciada.

Mesmo de posse de uma documentação considerada rica em detalhes sobre o passado da AIB e com evidentes indícios de uma inserção feminina que apresentava variações de classe, raça e etnia, sabemos que jamais poderemos recuperar a totalidade dos significados dessa participação, embora possamos ter acesso a determinadas práticas vivenciadas pelos seus personagens em seu tempo presente.

Assim, procuramos evidenciar e trazer à tona alguns elementos referentes a esta participação, bem como aspectos das relações de poder traçadas e construídas entre os homens e mulheres na organização do “primeiro partido de massas do país”.

1.2 O Resgate da Participação Feminina na AIB.

Trilhando caminhos na busca de indícios da participação feminina na AIB nos anos 30, buscamos atentar para o resgate dessa participação através da memória. O papel da mulher nas fileiras de militância do Integralismo foi muito pouco documentado pela memória individual. Os indícios que podemos recuperar nos remetem à memória coletiva do Movimento, cristalizada em documentos oficiais construídos no decorrer da sua existência. As informações, obtidas por meio da análise desse material documental, evidenciaram como o Movimento do Sigma idealizou a participação das “blusas verdes” nas suas fileiras de militância, bem como as atualizações dos estatutos e dos regulamentos da AIB frente à inserção feminina apontaram que essa participação não se deu de forma homogênea, exigindo revisões e reformulações das posturas integralistas frente às militantes.

A memória não é mais residual que a história, pois por mais volumosas que sejam as nossas recordações são meras fagulhas do que já foi. Não importa o quanto vivido, lembrado ou reproduzido, o importante é resgatá-las, evitando serem apagadas pelo esquecimento.

O conceito de memória é crucial. Para Le Goff (1994) a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais podemos atualizar impressões ou informações passadas.

A memória pode ser compreendida em dimensões tanto individuais, que compreendem as lembranças próprias de um indivíduo, como coletivas, que compreendem as lembranças compartilhadas por um grupo social.

Ao referirmo-nos ao nosso objeto, podemos confirmar, diante da pesquisa, a existência de uma vasta memória coletiva, evidenciada pela documentação oficial. A construção de memórias coletivas foi empreendida pela AIB na busca de que as vivências e as lembranças fossem compartilhadas pelo grupo de militantes. Embora tenhamos uma vasta tentativa de perpetuar e formatar a memória coletiva, a memória individual foi deixada de lado tanto pela AIB, quanto pela sua bibliografia. No caso específico da memória individual feminina, podemos citar Maria Amélia Salgado Loureiro³² e sua obra *Plínio Salgado, meu pai*. No entanto, ao invés de apresentar indícios de memória individual, Loureiro assimila as concepções disseminadas sobre o Integralismo e compartilhadas pela coletividade.

Os remanescentes do Integralismo, como “senhores da memória”, mantêm-se como fiéis guardiões de um passado, impedindo qualquer exercício de revisão pelo acesso às

³² Maria Amélia Salgado Loureiro, filha de Plínio Salgado, publicou em 2001 a obra *Plínio Salgado, meu pai*, na qual apresenta uma tentativa de retratar a vida do seu pai e consequentemente a trajetória da AIB.

reconstruções históricas, o que possibilitaria outras narrativas. Mesmo aceitando inserir, ou em até mesmo recuperar a visibilidade feminina, eles resistem à possibilidade de outras narrativas históricas³³.

Toda consciência sobre o passado está fundada na memória que é suscitada pelo presente. Pelas lembranças recuperamos a consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. No entanto, os remanescentes integralistas, ao rememorarem, não estabelecem esta dinâmica relação entre passado/presente, deixando que o passado da AIB permaneça anacrônico³⁴.

As lembranças sustentam o sentido de identidade dos ex-militantes da AIB por vários tipos de recordações. Sejam desejadas ou espontâneas, adquiridas ou inatas, revelam vários aspectos “de coisas do passado”. Portanto, o uso da memória é inerente ao trabalho do pesquisador. Entretanto, como já explicitamos, as memórias mais individualizadas das militantes integralistas se encontram fragmentadas exigindo um trabalho de recuperação mais sensível e apurado³⁵. Não foi possível realizar o trabalho com a memória por fontes orais devido às dificuldades de localização de ex-militantes e realização de entrevistas, pois aquelas octogenárias existentes negaram-se a esse tipo de colaboração³⁶. Diante disso, foi preciso resgatar na memória coletiva do integralismo, nos documentos escritos e iconográficos, os indícios de outras memórias e presenças.

³³ Ex-militantes presentes no I Encontro de Pesquisadores do Integralismo, realizado em 2002 em Rio Claro SP, ao serem questionados sobre a presença feminina na AIB reforçaram a memória coletiva: “elas estiveram lá”. Sem identificar propriamente nenhuma delas, embora existisse além da D. Carmela Salgado e Maria Amélia S. Loureiro, respectivamente esposa e filha de Plínio Salgado, dentre outras.

³⁴ Visto que as várias tentativas de (re)inaugurar o integralismo não surgem os efeitos desejados, uma vez que não conseguem estabelecer um diálogo com o tempo presente. Desta forma o movimento permanece ridicularizado e estereotipado. Um pastiche do passado.

³⁵ Um desses trabalhos foi realizado por POSSAS (2004b) ao recuperar as distintas falas dessa memória mais individualizada através de uma correspondência feminina ao Chefe Integralista.

³⁶ Segundo Possas (2004b), “as dificuldades de acesso a uma documentação que expressasse as falas das integralistas são muitas, principalmente no que se refere aos relatos orais, devido a avançada idade das mesmas, e algumas resistências em tocar em um assunto que a própria família afasta e até impede, numa espécie de ‘memória controlada’”.

Enfatizando o trabalho com a memória coletiva da AIB, foi possível distinguir a presença feminina em uma totalidade que pretendia e pretende até hoje se impor. Em 1934, a AIB, pretendendo oficializar e homogeneizar a participação feminina em suas fileiras de militância, cria, enquanto um dos órgãos da Secretaria Nacional de Organização Política, o Departamento Feminino da Ação Integralista Brasileira – D.F..

Por seus estatutos próprios, o D.F. da AIB tinha por “finalidade orientar e dirigir a ação da mulher brasileira no movimento e prepará-la para ocupar eficientemente no regime integralista o lugar que de direito lhe cabe”, reforçando o lugar de direito da mulher no Integralismo: a constituição e perpetuação da família e manutenção da estrutura do Lar (REGULAMENTO, 1934).

Contudo, não temos informações se a proposta da criação do Departamento Feminino surgiu a partir de reivindicações das militantes, uma vez que elas estavam adentrando na AIB desde 1932. A estruturação do Departamento compreendia vários órgãos hierarquicamente organizados: Departamento Nacional Feminino, Departamento Provincial Feminino, Departamento Municipal Feminino, e por último Departamento Distrital Feminino, em que cada um teria suas respectivas funções voltadas ao seu âmbito de atuação.

Pela atuação dos órgãos ligados ao D.F., as mulheres eram instruídas a ministrar aulas, desenvolver o gosto pelo esporte, apreciar a literatura e as belas artes, bem como a frequentar cursos de estudos filosóficos e sociológicos. Quanto às reuniões femininas, o Regulamento do D.F. da AIB (1934) preconizava que elas deveriam ser realizadas semanalmente em cada Núcleo Municipal, destinando-se à leitura de boletins diretivos e explanações doutrinárias, devendo ainda serem realizadas em horário diferente das reuniões normais dos núcleos.

Essa estruturação e hierarquização do D.F. representava a absorção pela AIB de uma expressiva demanda feminina existente na sociedade brasileira no pós 30, ávida por maior participação político-social e inserção diferenciada nas áreas: da educação, da cultura e do esporte. Com isso, organizava-se um discurso e uma ação visando à propaganda política, que aliás foi utilizada intensamente pela AIB como veremos adiante.

As várias divisões e seções do D.F. foram pensadas com o intuito de se definirem os campos da atuação feminina, vislumbrando delimitar espaços de sociabilidade. No entanto, isso não garantiu que não houvesse outras reivindicações por parte das mulheres, bem como tensões na organização da AIB.

Efetivamente as mulheres começaram a engrossar as fileiras de militância da AIB. Desta forma, o D.F. organizado em 1934 não era mais suficiente para atender os anseios e muito menos capaz de homogeneizar e disciplinar a participação das mulheres na AIB. Assim, com a intenção de normatizar a participação das militantes integralistas, foi criada em 1936 a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e de Plinianos – S.N.A.F.P.

Desta forma, a partir de 1936 a AIB não estava preocupada apenas em ser um movimento doutrinário, mas um partido político visando às eleições de 1937, quando Plínio Salgado foi indicado candidato à Presidência da República.

A criação da S.N.A.F.P. representa a importância que a militância feminina assumiu no interior da agremiação, exigindo que esta, para melhor trilhar seus objetivos, criasse uma secretaria específica para organizar a presença feminina no Movimento. Tal constatação só se fez possível ao distinguirmos os dados dessa memória concretizados nos regulamentos do D.F. de 1934 e nos da S.N.A.F.P. de 1936.

Ao criar a – S.N.A.F.P. – a AIB procurava contemplar a presença das Mulheres, bem como almejava unificar a participação das militantes em todo o território nacional. Segundo seus Regulamentos, a S.N.A.F.P. tinha por finalidade “orientar, dirigir, controlar e arregimentar todo o trabalho da Mulher e da Juventude Integralista”.

É interessante perceber que em 1934 a função do Departamento Feminino era destinada apenas a orientar e dirigir, já nos regulamentos de 1936 a S.N.A.F.P. assume, também, a função de controlar e arregimentar as mulheres para a AIB. Evidencia-se, desta forma, que, diante da participação heterogênea das mulheres na AIB, e não homogênea como era caracterizada pelo Movimento, o Integralismo sentiu a necessidade de tentar formatar os comportamentos e os anseios de suas militantes, tentando controlá-los.

Um outro indício bastante significativo foi a união estabelecida entre as mulheres e as crianças – Plínianos – integralistas sob responsabilidade da mesma secretaria, pois assim, fica eminente a ligação entre a mulher e a prole, reforçando os papéis tradicionais.

A S.N.A.F.P. era composta pela Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plínianos; Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e dos Plínianos; Secretaria Municipal de Arregimentação Feminina e dos Plínianos; e Secretaria Distrital de Arregimentação Feminina e dos Plínianos (REGULAMENTO, 1936).

A S.N.A.F.P., no âmbito do Território Nacional, competia “emitir diretivas para a organização dos serviços das Secretarias Provinciais; dirigir e controlar todo o serviço nacional; [...]”. Para tanto, era composta por dois Departamentos: Departamento Feminino e Departamento dos Plínianos. (REGULAMENTO, 1936).

O Departamento Nacional Feminino tinha por fim “arregimentar, orientar e controlar as atividades femininas no Movimento”. Era composto pelo Departamento Nacional Feminino; Departamento Provincial Feminino; Departamento Municipal Feminino; e Departamento Distrital Feminino. (REGULAMENTO, 1936).

O Regulamento da S.N.A.F.P. revela que a AIB preocupava-se com os anseios das suas militantes. Nesses regulamentos foi institucionalizado que as Chefes do Departamento Nacional deveriam levar às respectivas chefias “o conhecimento das aspirações da Mulher”. Era atribuição da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina tomar conhecimento e transmitir à Chefia Suprema do Movimento as aspirações femininas das fileiras de militância do Sigma. Com isso, evidencia-se o cuidado do Movimento em estar em sintonia com as pretensões femininas.

O Departamento Nacional Feminino era compreendido pelas Divisões de Expediente, de Cultura Física, de Educação, de Estudos e de Ação Social. No que tange as divisões, o D. F. estruturado em 1936 alterou significativamente aquele de 1934, inserindo-lhe três novas Divisões: Cultura Física; Educação; e Estudos.

As diretrizes integralistas a serem seguidas pelas Mulheres na AIB diziam respeito a tarefas ligadas primordialmente à Educação e à Ação Social. Assim, elas cumpriam um papel significativo no interior do Movimento Integralista: arregimentavam novos adeptos e assistiam os militantes integralistas. Os indícios das subjetividades femininas foram quase todos apagados. Entretanto, mesmo com essa intensa ação de uniformizar e disciplinar a militância das “blusas verdes”, a AIB enfrentou distintas situações, não contempladas nos Protocolos, frente às mulheres nas suas fileiras de militância.

O trabalho com a memória integralista cristalizada na documentação da época é muito difícil, pois depois da tentativa de Golpe contra o Governo Vargas, realizada por militantes integralistas em maio 1938, a AIB passou a ser perseguida. Com isso, a grande maioria dos militantes e simpatizantes integralistas passaram a temer por sua identificação com o movimento e trataram de destruir rapidamente as provas de pertencimento a AIB. Foram destruídas armas, documentos, livros, fotos, panfletos, camisas verdes e outros símbolos integralistas. É incomensurável a perda de fontes acerca do Movimento acarretada por esse processo de “destruição em massa”, também ampliado após a queda dos regimes nazistas e fascistas, devido ao medo dos ex-militantes integralistas de serem identificados com tais regimes políticos.

O processo de destruição das fontes sobre a AIB, bem como a tentativa de apagar as lembranças e as recordações sobre o Movimento Integralista estão intimamente ligados aos processos da memória, que, por meio de manipulações conscientes ou inconscientes, mediadas pela afetividade, desejo, inibição e censura, sofre alterações, dentre as quais encontramos o “esquecimento”.

Segundo Lowenthal, “para que a memória tenha sentido devemos esquecer quase tudo o que vimos” (1998, p.94). Devemos ter ciência que lembrar mais do que uma pequena fração do nosso passado consumiria um tempo absurdamente enorme.

Assim, o esquecimento pode ser considerado enquanto um componente da memória. Tal esquecimento pode ser involuntário ou voluntário. Às vezes esquecemos as coisas naturalmente com o passar do tempo, já outras, nos forçamos a esquecer algo que não queremos mais nos recordar. Com os remanescentes da AIB, frente às conjunturas que

envolveram o Movimento Integralista ao longo dos anos, podemos inferir que o esquecimento foi intencional.

Como o esquecimento, a revisão é um outro importante elemento relativo à memória, pois ao revisarmos recordações passadas nossas lembranças se alteram. “Quando recordamos, ampliamos determinados acontecimentos e então os reinterpretamos à luz da experiência subsequente e da necessidade presente” (Lowenthal, 1998, p. 97). Ou seja, involuntariamente, a memória transforma o passado vivido naquilo que desejamos ou pensamos que ele deveria ter sido, assim, eliminamos cenas indesejáveis e privilegiamos as desejáveis. Frente ao presente, realizamos um recalque por meio do qual determinados acontecimentos vividos são enviados para o nosso inconsciente.

Os indivíduos constroem e reconstróem suas memórias partindo de questões e conjunturas postas pelo presente. Assim, julgam e observam o passado em função de conceitos e valores que podem não ter existido anteriormente. Aplicamos o presente no passado e julgamos o passado em função do presente. Portanto, manter as lembranças sobre a AIB ou esquecê-las, bem como guardar as relíquias, as imagens e os documentos relativos ao Movimento ou destruí-los, foram questões que passaram pelos critérios próprios e individuais de cada ex-militante ou simpatizante do Integralismo.

Mesmo assim ainda é possível encontrar diversas fotos, documentos e objetos integralistas, preciosos para a pesquisa sobre a AIB, capazes de evidenciar traços de subjetividades e de insurreições frente ao Movimento Integralista, bem como frente ao processo político-social vivenciado nos anos 30.

Frente às limitações que nos foram impostas pelo trabalho com a memória, fomos levados a recuperar os trabalhos de outros pesquisadores, buscando ampliar os

elementos profícuos para analisarmos e compreendermos as “blusas verdes” inseridas na militância da AIB.

Não menos importante que o conceito de memória, ao abordarmos elementos relativos ao passado encontramos também a história. Como apontado anteriormente, a fronteira entre memória e história é muito tênue, fazendo que, por diversos momentos, esses dois conceitos se confundam.

A história sobre a AIB expande e elabora a memória ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado. Assim, a história difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado. (LOWENTHAL, 1998).

Como nos indica Lowenthal (1998, p.108),

aceitamos a memória como uma premissa do conhecimento, inferimos a história a partir de evidências que incluem as lembranças de outrem. Ao contrário da memória, a história não é dada, mas sim contingente: é baseada em fontes empíricas que podemos rejeitar por outras versões do passado. A menos que eu confie implicitamente em minha memória, não posso reivindicar qualquer conhecimento do passado; mas na ausência de provas corroboradas, os dados históricos podem ser razoavelmente contestados.

A natureza de construção social e o caráter coletivo da história a separam da memória, pois o passado que o indivíduo recorda é parcialmente dele, mas o conhecimento histórico é coletivo.

Desta maneira, assim como a memória corrobora a identidade pessoal, a história perpetua e dissemina a autoconsciência coletiva. Os grupos definem a si mesmos por meio da história da mesma forma como o indivíduo o faz pela da memória (LOWENTHAL, 1998).

De fato, segundo Lowenthal (1998, p.109),

o empreendimento da história é crucial à preservação social. Uma vez que todas as sociedades são organizadas para assegurar sua própria continuidade, declarações coletivas sobre o passado ajudam a conservar os acordos existentes, e a difusão de todos os tipos de história, sejam eles fato ou fábula, alimenta o sentimento de pertencer a instituições coerentes, estáveis e duradouras.

A durabilidade da história é um outro elemento de distinção entre o conhecimento histórico e a memória. Visto que a maioria das lembranças tem como finitude a duração dos seres humanos que são seus portadores, o conhecimento histórico tem maior duração, pois se encontra registrado em obras bibliográficas. Assim, impedidos de trabalhar com fontes orais, fomos levados a buscar vestígios das mulheres na AIB nas bibliografias que nos precederam.

Apesar de a história ser continuamente revisada para dar conta de acontecimentos subsequentes e para ser compreensível às novas gerações, os documentos escritos preservam virtualmente os dados como eles eram originalmente (LOWENTHAL, 1998). Portanto, conseguimos resgatar na bibliografia dos anos 70 sobre a AIB, as primeiras perspectivas de construção sobre o Movimento Integralista.

Dentre as vantagens e desvantagens da história em relação à memória, há um caráter de ambigüidade relativo à história que deve ser ressaltado: a história é menos que o passado; a história é mais do que o passado. Ela é menos que o passado porque, mesmo sendo o conhecimento histórico mais confiável do que muitas recordações de testemunhas oculares do passado recente, ainda assim, é impossível recuperar mais do que uma pequenina fração do que ocorreu, pois nenhum relato histórico jamais corresponde precisamente ao verdadeiro passado.

Neste sentido, estivemos atentos em nossas análises de que nenhum relato histórico consegue recuperar a totalidade de qualquer acontecimento passado, porque seu conteúdo é virtualmente infinito³⁷; nenhum relato consegue recuperar o passado como ele foi porque o passado não foi um relato³⁸; foi um conjunto de acontecimentos e situações; o conhecimento histórico, embora público e corroborável, é também subjetivo, preconcebido tanto pelo seu narrador quanto pelo seu público³⁹.

Além de ser menos que o passado, a história é mais que o passado. Segundo Lowenthal (1998, p.115), “a percepção tardia do passado assim como o anacronismo dão forma às interpretações históricas. Explicar o passado no presente significa lidar não apenas com percepções, valores e linguagens que mudam, mas também com acontecimentos ocorridos após a época examinada”.

Ao traduzir o conhecimento em termos modernos e ao usar o conhecimento anteriormente indisponível, o historiador descobre tanto o que foi esquecido sobre o passado ou impropriamente reconstituído, quanto o que não se sabia até então. (Lowenthal, 1998). É por isso que a interpretação subjetiva e imaginação criativa, embora limitem o conhecimento, é essencial ao nosso trabalho.

Cientes das possibilidades e limites do trabalho com a história, enquanto um dos caminhos possíveis de compreensão do passado, optamos por abordar uma gama significativa

³⁷ “A narrativa histórica mais detalhada assimila apenas uma fração mínima até mesmo do passado relevante; o próprio fato de o passado ser passado impede sua total reconstrução. Grande parte das informações sobre o passado jamais foi registrada, e a maior parte do que sobrou perdeu-se” (LOWENTHAL, 1998, p.111).

³⁸ “Uma vez que o passado não existe mais [...] julgamos a veracidade do relato comparando-o com outros registros, não com os acontecimentos em si. A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu” (LOWENTHAL, 1998, p.111).

³⁹ “O passado que conhecemos ou vivenciamos está sempre dependente de nossas próprias opiniões, perspectivas e, acima de tudo, de nosso próprio presente. Assim como somos produtos do passado, também o passado conhecido é artefato nosso” (LOWENTHAL, 1998, p.113).

de obras historiográficas pela análise da bibliografia clássica do Integralismo⁴⁰, pelas novas temáticas despertadas no final do século XX e início do XXI⁴¹, de obras que abordam a participação feminina na AIB⁴², e por trabalhos mais pontuais sobre a militância feminina no Movimento Integralista dos anos de 1930⁴³, que serão discutidos e analisados nos próximos capítulos.

Imbuídos da premissa de que a história é mais que o passado, mas também menos que o passado, e prejudicados em nosso trabalho diante da impossibilidade de trabalhos com a memória oral sobre a AIB, percorremos, também, na busca do passado, o caminho das relíquias⁴⁴.

As relíquias que podem ser tocadas ou apalpadas sobrevivem na forma de características naturais ou de artefatos humanos. Dentre elas, podemos destacar os objetos criados pela AIB com o intuito de concretizar os símbolos e a ideologia integralista no interior dos lares brasileiros. Podemos citar, como exemplo, a Figura 4 e a Figura 5. A primeira, uma xícara de chá com o Sigma; e a segunda, um conjunto de broches integralistas, que têm muito a dizer sobre o Movimento Integralista, por representarem a tentativa de manipular o imaginário popular, fazendo-se presente em todos os momentos da vida das pessoas, seja no espaço público ou no espaço privado.

⁴⁰ Dentre as quais podemos destacar: TRINDADE (1974); VASCONCELOS (1979); CHASIN (1978); CHAUÍ (1978); e ARAÚJO (1988).

⁴¹ Ver: DOTTA (2004); POSSAS (2004a); CAVALARI, (1999).

⁴² Destacando-se o trabalho de: CAVALARI (1999); GRANT (1996); DEUTSCH (1997), (2001); DEUTSCH (2002).

⁴³ Dentre os quais destacamos: POSSAS (2004a); POSSAS (2004b).

⁴⁴ Os resquícios remanescentes da AIB foram encontrados no Acervo de Plínio Salgado – Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.



Figura 4: O Sigma no Cotidiano. Demonstra a forma como a AIB vislumbra inclusive fazer parte das práticas mais corriqueiras dos seus militantes, como o simples hábito de tomar chá ou café. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

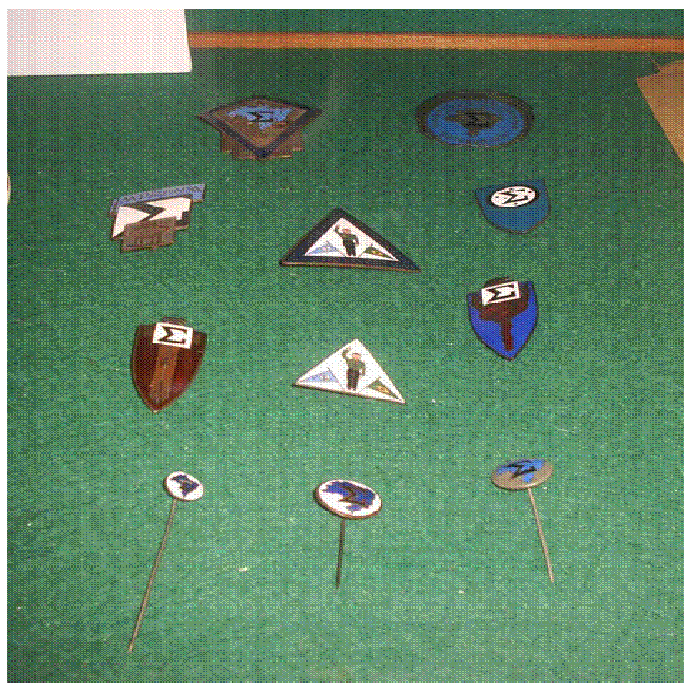


Figura 5: Broches utilizados pela militância da AIB. (FONTE: <http://www.integralismo.org.br> em: 18/11/2006)

Um outro objeto que traz concretizado em si muitos aspectos referentes à forma como a AIB pretendia adentrar ao imaginário das pessoas passando a fazer parte do seu

cotidiano e da sua intimidade, são as caixas de fósforo fabricadas para a AIB com dizeres doutrinários e com a imagem de Plínio Salgado. Através delas, a AIB pretendia se fazer presente no dia-a-dia das pessoas, acompanhando-as 24 horas por dia. Observem a Figura 6 e a Figura 7.



Figura 6: Representação da parte da frente das caixas de fósforo produzidas pela AIB com cunho doutrinário e arregimentador. (FONTE: <http://www.integralismo.org.br> em 18/11/2006).



Figura 7: Representação da parte de trás das caixas de fósforo produzidas pela AIB com cunho doutrinário e arregimentador. (FONTE: <http://www.integralismo.org.br> em 18/11/2006).

As relíquias constituem-se como uma fonte preciosa, tanto para pesquisadores, quanto para os indivíduos que buscam contato com o passado, pois, quase todos os lugares guardam escombros e embalam lembranças de incontáveis acontecimentos.

No entanto, apesar de preciosa, as relíquias representam diretamente um problema para o historiador, já que, por estarem presentes por toda parte, as relíquias sofrem desgaste maior do que as lembranças ou a História.

Como nos aponta Lowenthal (1998, p.150),

enquanto a história impressa e memórias gravadas em teipe podem ser disseminadas de modo irrestrito tornando-se, assim, potencialmente imortais, as relíquias físicas sofrem desgaste constante. Embora ainda haja muitos vestígios a serem encontrados, ressuscitados e decifrados, o passado tangível é, em última instância, uma fonte finita e não renovável, exceto quando o tempo engendra novas relíquias.

Sendo os artefatos continuamente extintos, os mesmos representam uma lacuna irreparável no processo de escrita e entendimento da História. Poucos resquícios foram encontrados como documentação da existência e das experiências da AIB. Muito se destruiu ao longo do tempo.

Para perceber o passado expresso nas relíquias integralistas é necessário conhecer um pouco sobre esse passado, caso contrário não conseguiríamos recuperar os indícios concretizados nesses resquícios materiais. Para captar o significado e os elementos do passado concretizados nas relíquias é necessário ter um mínimo de conhecimento sobre a época e sobre o artefato em questão. De nada adiantaria observarmos os objetos criados pela AIB sem termos o conhecimento prévio necessário para interpretar seus significados e a intencionalidade neles concretizada.

Enquanto fonte de conhecimento o legado tangível também apresenta vantagens e desvantagens. Uma de suas limitações é o âmbito restrito do passado que descortina. “As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre os comportamentos e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências” (LOWENTHAL, 1998, p.156).

Neste sentido, “ao contrário da história e da memória, cuja própria existência prenuncia o passado, o passado tangível não tem vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretação para exprimir sua função de relíquia” (LOWENTHAL, 1998, p.157). Ou seja, os objetos produzidos pela AIB por si só não dizem nada, necessitam de serem interpretados.

Apesar das limitações elencadas, um passado destituído de relíquias tangíveis parece tênue demais para ser plausível. Para ter certeza de que houve um passado, precisamos

ver ao menos alguns de seus vestígios. Lugares e ‘coisas’ exalando a velhice provam que o passado de fato já existiu, não foi inventado por especialistas com base em arquivos. Neste sentido, as relíquias de ontem ampliam os horizontes de hoje. Pinturas e imagens de coisas do passado, igualmente, ajudam a levar as pessoas dos tempos modernos de volta aos seus respectivos passados⁴⁵.

1.3 – Entrecruzando Caminhos no Retorno ao Passado.

Como fora apresentado, memória, história e relíquias nos oferecem possibilidades, mas também limitações. Sendo assim, a qual recurso deveríamos recorrer para obter uma maior proximidade com o passado da AIB e resgatar suas conjunturas históricas, estrutura organizacional e as experiências femininas nas fileiras dos anos 30? A resposta nos parece simples: deveríamos resgatar indícios por meio da memória, da história e das relíquias, pois essas três possibilidades de trabalho com o passado oferecem caminhos que se percorrem melhor quando combinados.

Segundo Lowenthal (1998, p.166),

cada caminho exige os outros para que a jornada seja significativa e confiável. As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em isolamento é estéril e desprovida de vida; fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem. De fato, muitos artefatos surgiram como testemunhas da história ou da memória.

Uma apreensão significativa do passado perpassa pela experiência ao longo dos três caminhos: memória, história e relíquias. Se ficássemos presos apenas à memória teríamos uma visão muito parcial sobre a organização e a participação feminina na AIB. Também se

⁴⁵ Por exemplo, ao assistirmos a uma peça teatral ou mesmo a um filme cujo figurino seja baseado em trajes medievais, automaticamente vêm a nossa mente lembranças daquele período, dos seus costumes, hábitos e conjunturas.

nos detivéssemos apenas à história, teríamos uma visão que fora construída por outros sobre o Movimento Integralista. O mesmo ocorreria se analisássemos somente os fragmentos construídos pela AIB. Para que pudéssemos ter uma perspectiva mais abrangente e mais próxima da realidade, e da efetiva participação das mulheres nas fileiras de militância da AIB nos anos 30, foi necessário entrecruzarmos os dados obtidos por meio desses três caminhos.

A nossa tarefa de pesquisador, que de alguma forma busca uma proximidade com o passado, pressupõe superar algumas barreiras. A primeira delas se refere à distância temporal entre passado/presente. A segunda, diríamos que nos remete à impossibilidade de recuperação por completo de acontecimentos passados, visto que podemos no máximo enxergar uma pequena parcela de acontecimentos anteriores, sendo as mesmas ainda influenciadas subjetivamente pela nossa vivência no presente. Já a terceira nos aponta as diferentes interpretações possíveis e existentes sobre os fatos que nos antecederam.

Já é conhecido pela História contemporânea que jamais poderemos chegar à totalidade do conhecimento, sobretudo àquele relativo ao passado, já que, dia após dia, os saberes são reelaborados, questionados, testados, validados ou refutados como verdadeiros.

Como nos aponta Nora (NORA, apud, DOSSE, 2004; p.180),

o caminho está aberto para uma história totalmente diferente: não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem sequer comemoradas, mas o sinal dessas ações e o jogo dessas comemorações; não só os acontecimentos por si sós, mas suas construções no tempo, o apagamento e o ressurgimento de suas significações; não o passado como aconteceu, mas seus sucessivos reempregos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e se transmitiu.

No século XX a História perdeu sua dimensão teleológica e linear. O interesse, que até então fora dedicado aos determinismos estruturais de uma determinada história, toma

agora o rumo da interrogação sobre as diversas modalidades de apropriação, representação e construção das próprias identidades sociais. O acontecimento e a ação situada encontram seu lugar correto enquanto uma relação entre história e memória. (DOSSE, 2004).

Assim, a História pode tornar a desempenhar seu papel intermediário entre passado e devir, não como um futuro que já está aqui, mas permitindo reencontrar o caminho de um projeto inédito a partir de uma memória retrabalhada. No entanto, a resistência do outro diante à exposição dos modos de interpretação faz sobreviver uma parte enigmática do passado nunca fechada.

Podemos apontar que as questões que nortearam nossa pesquisa jamais poderão ser totalmente respondidas por completo, pois as mesmas podem ser investigadas e interpretadas. Visto que, mesmo sendo estático, o passado é (re)interpretado pela subjetividade humana.

Ao tentar apreender e interpretar as experiências das mulheres na AIB, fato que indubitavelmente marcou as identidades dos homens, mulheres e crianças que participaram do Movimento Integralista, devemos transitar cautelosamente no passado. Devemos voltar nossos olhares ao passado cientes de tentar esmiuçar um *país estranho*. Neste sentido, as vivências femininas enquanto ativistas integralistas são como um país estranho, pois interpretar tal objeto é uma análise análoga a um passeio em um local sem mapa, nunca antes explorado, mas que, no entanto, deixou-nos indícios cristalizados na memória, relatados na história e concretizados em relíquias.

**CAPÍTULO II – A AIB NOS ANOS 30: CONTEXTO HISTÓRICO,
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.**

A inserção feminina no Movimento Integralista nos anos 30 foi amplamente definida pela hierarquia da AIB. Assim, compreender as vivências dos atores históricos, traduzidas nas experiências femininas na AIB, pressupõe a compreensão do contexto em que essa militância estava inserida, bem como à forma de organização e hierarquização a que foram submetidas.

Portanto, em nossa pesquisa, fez-se necessário um debate versado na assimilação, tanto do contexto histórico dos anos 30, como da organização e da estrutura da AIB. Baseados nos pressupostos e caminhos passíveis de serem trilhados na busca do passado, buscamos elementos referentes à constituição da Ação Integralista Brasileira, privilegiando a história, a estrutura e os aspectos organizacionais da AIB dentre os anos de 1932 e 1938.

2.1 Conjunturas da Sociedade Brasileira dos Anos 30.

Para compreender os significados e as representações do Integralismo nas esferas econômica, política, social e cultural é necessário ter clareza sobre as conjunturas nacionais e internacionais nas quais os sujeitos estavam inseridos em 1930. Desta forma, buscamos apreender o contexto histórico-social e cultural dos anos 20 e 30.

No plano internacional vivenciava-se, nesse período, a Revolução Russa e o avanço do fascismo na Europa, que serviriam de inspiração para o proletariado e para a classe média urbana que estavam descontentes com as estruturas políticas e econômicas vigentes.

No plano nacional, deparávamo-nos com um fluxo intenso de mudanças em todos os níveis de experiência social, “estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no

contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até a noção de tempo e espaço das pessoas” (SEVCENKO, 1998, p.7).

De um modo geral, nunca tantas pessoas transformaram seus hábitos cotidianos, suas convicções e seus modos de percepção. As mudanças conjunturais ocorridas nessas décadas transformaram o cotidiano das pessoas, desde as mais comuns até as mais nobres, que se viram obrigadas a se adaptarem a esse novo ritmo de vida, alterando suas práticas e seus valores. As transformações ocorridas nesse começo de século não são apenas decorrentes de um progresso técnico-científico, mas juntamente com ele se desencadeia uma revolução cultural.

O impacto da Revolução Técnico-Científica alterou tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho. “É dentro dessa configuração histórica ‘moderna’, definida a partir da passagem do século, que encontramos a nossa identidade” (SEVCENKO, 1998, p.11).

Havia uma necessidade de se modernizar o Brasil, as aspirações às ordens da modernidade passaram a compor a vida cotidiana. Foi no contexto desses movimentos que Sevcenko nomeou de Revolução Cultural, Técnica e Científica, que surgiram no Brasil e no mundo, as grandes metrópoles modernas.

Para o autor, nenhuma impressão marcou tão fortemente as gerações entre o final do século XIX e o início do XX do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades. (SEVCENKO, 1998, p.514).

Segundo Tolstoi, esse período foi marcado por avanços científicos prodigiosos, durante o qual campos completamente novos da ciência surgiram. O desenvolvimento

tecnológico também foi espetacular – talvez mais ainda do que o científico na mente do grande público. Transporte, eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças – a lista é infinita – estavam alterando a sociedade de modo profundo e irreversível. Por volta de 1900, o poder da tecnologia estava muito além do que qualquer outro século jamais sonhara. Não havia precedente histórico para o que se passava. Isto suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém adquirido, o poder do conhecimento, resolveria todos os problemas e nos alçaria a mundos novos e utópicos. (TOLSTÓI, apud, SEVCENKO, 1998, p.514).

Se o mito da melhoria das condições de vida, via progresso tecnológico, era a pretensão declarada e o ideal máximo do curso da Revolução Científico-Tecnológica, esse ideal implicava também observar o processo de uma perspectiva externa ao próprio fluxo das transformações. Para Sevcenko (1998), só um olhar distante dos efeitos turbulentos dessa transição das condições materiais de reprodução do cotidiano poderia analisá-la pelos seus supostos efeitos de organização, racionalização, controle e harmonização do mundo contingente. Para ele, o que ocorre é o contrário: os novos recursos técnicos, por suas características, desorientam, intimidam, perturbam, confundem, distorcem e alucinam. (SEVCENKO, 1998).

Frente a essas mudanças e avanços tecnológicos e científicos, a cultura também se transforma. As pessoas ficam desorientadas, intimidadas, esperançosas, receosas e alucinadas com as suas representações de vida e de mundo perturbadas e distorcidas. Para Sevcenko (1998), isso ocorre no mínimo porque as escalas, potenciais e velocidades envolvidos nos novos equipamentos e instalações excedem em absoluto as proporções e as possibilidades de percepção, força e deslocamento do ser humano. Para compreendermos esse

movimento e a dimensão dessas alterações basta compararmos o símbolo máximo da engenharia e da nova tecnologia, a Torre Eiffel, com o tamanho de um ser humano médio, ou a força de uma locomotiva, ou ainda, a velocidade de um avião. Podemos, também, cotejar a escala de uma casa simples com as dimensões de uma usina hidroelétrica ou de um complexo siderúrgico ou de um aeroporto, e comparar a luz de uma vela com um holofote ou com a tela de um cinema.

A Revolução Cultural, Técnica e Científica, resultado da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, possibilitou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como as indústrias químicas, metalurgia do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais, bem como o desenvolvimento nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos intensos sobre a produção e conservação de alimentos, a farmacologia, a medicina, higiene e limpeza, com um impacto decisivo sobre a vida humana. (SEVCENKO, 1998).

No desenrolar dessa revolução surgem os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, uma ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal, a caixa registradora, dentre outros (SEVCENKO, 1998,

p.09). Essas inovações científico-tecnológicas, nunca antes nem sequer imaginadas, alteraram o comportamento, os hábitos e os costumes das pessoas em fins do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX.

O advento dessas tecnologias e descobertas causava medo e receio. Na primeira projeção cinematográfica, a exibição da imagem de um trem em movimento gerou pânico e correria na platéia. Os cigarros ou charutos industrializados, diferentemente do fumo de corda, eram presenças marcantes na vida urbana e se distinguiam dos hábitos tradicionais de fumar ou mascar, sobretudo relacionados com o ambiente rural, ou seja, com o mundo arcaico e rudimentar que deveria ser superado e transformado pelo progresso e pela vida urbana (SEVCENKO, 1998). O fumo de corda era algo relativo ao Caipira, o homem do campo; já os novos charutos ou mesmo os cigarros industrializados eram destinados ao homem urbano, ao “civilizado”.

Para Sevcenko (1998), o charuto representava o prestígio das posições conquistadas, o prêmio do sucesso, a consagração de uma reputação, trazendo como corolário a admiração feminina, a promessa de novos prazeres, bem como a de novas conquistas. Muitas propagandas da época estabeleciam a identificação do cigarro com a mulher jovem e ousada, além de dotar o novo hábito de uma forte carga erótica, integrava a gesticulação que acompanhava o ato de fumar à linguagem corporal da sedução.

As mulheres não ficaram de fora do processo de modernização/modernidade das primeiras décadas do século XX. Não eram simplesmente objeto de campanhas publicitárias que vislumbravam seduzir os homens com os seus produtos, mas eram estimuladas a consumirem. Foi também alvo de resignificação de valores. Segundo Sevcenko (1998), na *Belle Époque*, o objeto de desejo por excelência eram os chapéus femininos. Os códigos eram

complicadíssimos, pois variavam conforme a idade, estado civil, condição social, posição do pai ou marido, estação, ambiente, hora do dia, características dos vestidos e jóias em uso, etc. Exuberantes, ousados, eles catalisavam olhares, ocupavam o espaço, acrescentando traços de poder, sofisticação e ares enigmáticos às usuárias.

A eletricidade foi a propulsora dessas significativas transformações do início do século XX. Segundo Andrade,

um mistério esse negócio de eletricidade. Ninguém sabia como era. Caso é que funcionava. Para isso as ruas da pequena São Paulo de 1900 enchiam-se de fios e de postes [...]. Anunciou-se que em São Paulo ia ter bondes elétricos [...] Uma febre de curiosidade tomou as famílias, as casas, os grupos. Como seriam os novos bondes que andavam magicamente, sem impulso exterior? Eu tinha notícia pelo pretinho Lázaro, filho da cozinheira de minha tia, vinda do rio, que era muito perigoso esse negócio de eletricidade. Quem pusesse os pés nos trilhos ficava ali grudado e seria esmagado fatalmente pelo bonde. Precisava pular [...] (ANDRADE, apud, SEVCENKO, 1998, p.546).

Para Sevcenko (1998), a eletricidade era representada como uma figura misteriosa pela qual a autoridade pública cativava e controlava o povo, e da qual ela derivava seu grande poder simbólico. Apresentando-se como a fonte que monopolizava o novo potencial miraculoso, a que todos desejavam ter acesso, os políticos se revestiam da imagem de agentes da modernização.

A modernidade não foi simultânea à modernização. A população não estava preparada para incorporar no seu dia-a-dia tamanhas máquinas e transformações. Segundo Calixto Cordeiro, “o porte e a aceleração elétrica do bonde o tornaram uma fonte permanente de acidentes, pondo em polvorosa a população ainda despreparada para incorporar os novos recursos tecnológicos na sua rotina cotidiana” (CORDEIRO, apud, SEVECENKO, 1998, p.549). Para Augusto Malta, essa revolução tecnológica cria “na cidade moderna um campo

de batalha diário entre os pedestres e os novos veículos automotores. Qualquer percurso exige atenção máxima, concentração, reflexos rápidos, golpe de vista, gestos atléticos e instinto de sobrevivência. A máxima dominante é o ‘Sempre Alerta’” (MALTA, apud, SEVCENKO, 1998, p.550).

Diante das transformações tecnológicas houve uma tentativa forçada de modernização do Brasil, que gerou em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, revoltas e descontentamentos, como por exemplo, a Revolta de Canudos⁴⁶, expressão da exclusão frente à terra, e a Revolução da Vacina⁴⁷. Essas eram reações urbanas de uma população marginal que resistia ao movimento disciplinador da burguesia. Essas revoltas denunciavam momentos de crise e conflitos de valores e práticas sociais frente ao processo de modernidade, gerando vários movimentos descontentes que se opunham a essa nova ordem.

No decorrer dessa tentativa forçada de modernização e aspirações à modernidade “observa-se à manutenção de todo um circuito de contatos sociais, trocas culturais e práticas ritualizadas em redes clandestinas, cercadas por códigos de silêncio e jargões indecifráveis, acessíveis apenas aos iniciados, como meio peculiar de garantir-se contra as invasões da autoridade arbitrária e intolerante” (SEVCENKO, 1998, p.32).

⁴⁶ Formou-se em 1893, em uma fazenda abandonada, uma povoação conhecida como Arraial de Canudos. Nela, liderados por Antônio Conselheiro, se reuniram cerca de 30 mil habitantes. Era um movimento descontente, principalmente, com os conflitos de valores gerados pela “nova ordem” que com o passar do tempo começou a “incomodar” a política da República (FAUSTO, 1996).

⁴⁷ No início do século XX iniciou-se, na cidade do Rio de Janeiro, uma tripla reforma a fim de modernizar a cidade, no entanto essas reformas atingiam diretamente, prejudicando, as populações da classe baixa, a qual era a grande maioria da cidade. “Desencadeando uma campanha maciça para a erradicação da Varíola, foram criados os batalhões de visitadores que, acompanhados da força policial, invadiam as casas a pretexto de vistoria e da vacinação dos residentes. Se constatassem sinais de risco sanitário, o que naquelas condições era quase inevitável, tinham autoridade pra mandar evacuar a casa, o cortiço, frege, zunga ou barraco, condenando-os eventualmente à demolição compulsória, e seus moradores não tinham direito à indenização. Foi a gota d’água para a população pobre, despejada e humilhada. Num Surto espontâneo, massas de cidadãos se voltaram contra os batalhões de visitadores e a força policial, dirigindo-se para o centro da cidade, onde as obras de reforma urbana prosseguiram. Lá chegando, entrincheiravam-se entre as valas abertas, tomando ferramentas e materiais de construção como armas, com as quais se puseram a enfrentar os reforços enviados pela polícia. O motim ficou conhecido como a Revolta da Vacina, de 1904 e é um dos episódios menos compreendidos da história recente do Brasil. Do ponto de vista das autoridades as pessoas se revoltaram porque na sua ignorância tinham medo e desconheciam o processo de imunização pelas vacinas” (SEVCENKO, 1998, p.23).

A intensidade das transformações em curso e as resistências que se opunham, revelam a violência da modernização brasileira. No entanto, a consolidação da nova ordem se deu em uma atmosfera de euforia e ostentação. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um eufórico progresso confirmado pelas mudanças visíveis na urbanização, pelo crescimento econômico e industrial e pelo grande fluxo de imigrantes estrangeiros que (re)configuraram o padrão demográfico e cultural do país.

De acordo com Sevcenko (1998, p. 34), “essa mudança nas representações e expectativas relativas ao futuro e ao destino do país, [...] indica a percepção geral de que a sociedade estava sendo engolfada por um processo de transformações mais amplo e complicado que a mera reforma das instituições políticas”.

No efervescer desses novos tempos, começaram a ser gestadas novas elites formadas pelos modelos de um pensamento científico cosmopolita. As mudanças que ocorreram no panorama cultural internacional no pós-guerra, instauram “uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas vigentes, dando origem a novos discursos nativistas, que se tornariam o cimento ideológico do populismo” (SEVCENKO, 1998, p.37). E é exatamente dentro deste contexto de crítica nacionalista⁴⁸ que surge a AIB em 1932.

A camada social que se encontrava no poder procurou impor seus padrões, seus valores e suas práticas às populações que eram tratadas como meros objetos, como meios para atingirem seus fins. Pretendiam modelar os comportamentos e as práticas, desde o âmbito geral, até os recônditos de cada sujeito social do país. Com isso, as pessoas agregavam a si signos e sentidos que conotavam a força e o prestígio da ‘modernidade’ (SEVCENKO, 1998).

⁴⁸ Os debates acerca do nacionalismo não serviram de pano de fundo apenas para os debates em torno das políticas econômicas ao longo dos anos 30. Eles também serviram de eixo para a elaboração de um conceito de “cultura brasileira” (MENDONÇA, 1996).

No âmbito da casa, tanto a gestão do acervo do lar quanto à das fainas rotineiras de que resultam a reprodução do cotidiano e a coesão da família são atribuições que a ética dominante fez recair pesadamente sobre as mulheres, como observam Maluf e Mott (1998).

Essa análise da sociedade e da cultura, vigentes no país no início do século XX, é a base para adentrar ao contexto em que se formou a AIB (1932) e observar as distintas situações de participação das mulheres em suas atividades de militância no âmbito público, como também, as mantidas no espaço doméstico.

Os ares modernos ocupavam a ordem do dia em um contexto de inserção de novos valores, transformações, práticas e conflitos da nova ordem brasileira. Os embates e os conflitos provocados pelo progresso e pelos ares modernos não eram reflexos apenas dos grandes centros, mas envolviam a sociedade brasileira de modo geral, alterando as práticas cotidianas das pessoas, desde as mais comuns até as dos segmentos dominantes.

É nessa conjuntura de transformações que podemos observar de maneira mais explícita o envolvimento de algumas mulheres em movimentos sociais e em militância feminina político-partidária tanto na esquerda, como foi o caso do Partido Comunista, criado em 1922, como de agremiações consideradas como de direita, incluindo a AIB, além, do Partido Republicano Paulista e do Partido Constitucionalista, fundado em 1934.

No fervilhar dessa nova ordem, surgem oportunidades de outras formas de sociabilidade e de convívio cultural e social, que passam a dar maior visibilidade às contradições de uma sociedade em transição – arcaico/moderno – e da presença de múltiplos sujeitos que exigem seus direitos de cidadania e de representação política.

Nesse ensejo, várias organizações político-partidárias começaram a arregimentar a suas fileiras mulheres, pois viam nelas um potencial expressivo de ampliar a própria militância, como também, garantir eleitores e votos a seu favor nas urnas, já que, desde o decreto do presidente Vargas de 24/02/1932⁴⁹, as mulheres tiveram o acesso ao direito do voto, posteriormente oficializado pela constituição de 1934.

As transformações em curso na época possibilitaram às mulheres vivenciar de forma mais participativa a vida pública, não só nas manifestações político-partidárias, como também, no mercado de trabalho. Com isso, percebem-se na sociedade brasileira algumas tensões e conflitos diante das inovações culturais presentes.⁵⁰

A AIB percebe nas mulheres uma grande oportunidade para engrossar suas fileiras de militância e seu peso político nas urnas eleitorais. Em contrapartida, a mulher encontra na AIB uma chance de aspirar posições outras dentro do espaço público, ainda que encontrando algumas barreiras e preconceitos, pois ainda era considerado no imaginário social que o seu ‘lugar’ de mulher era em casa, sendo esposa, mãe e dona de casa, enfim, a mulher tinha que ser a “rainha do lar”. Política e vida pública eram coisas pertencentes ao arcabouço de papéis masculinos.⁵¹

Os novos papéis que as mulheres vinham adquirindo ao adentrarem ao espaço público se chocavam com os papéis prescritos como femininos: de esposa, mãe e de dona de casa. Essa afirmação se confirma devido a uma grande insistência nos editoriais dos jornais da

⁴⁹ Ver: AVELAR, 2001, p.20.

⁵⁰ Neste momento intensifica-se a participação feminina nos movimentos sociais e na luta pelo acesso ao voto, expressando suas reivindicações no interior dos partidos e em outras inúmeras associações.

⁵¹ Esse discurso não era apenas defendido por uma gama de segmentos profissionais masculinos, como médicos e juristas. As próprias mulheres o reafirmavam e o defendiam.

época para que as mulheres não perdessem sua vocação de protetora da família e dos valores religiosos⁵².

Essas transformações não foram privilégio dos grandes centros; nas cidades paulistas do interior elas também ocorreram, é claro que de forma mais branda e amena devido ao forte apreço a valores e práticas patriarcais.

No desenrolar dessas conjunturas podemos ainda direcionar nosso olhar para uma parcela da intelectualidade brasileira imersa num pensamento autoritário. Nas décadas de 20 e 30 encontramos ambiente favorável para gestação de um movimento político inspirado nos fascismos europeus, propondo um projeto corporativista, centralizador do poder político e defensor da constituição da nacionalidade brasileira (BULHÕES, 2004).

Nesse cenário, o movimento que surge com essas características, bem como se apresenta como solução para os problemas nacionais e única alternativa profícua de emancipação da humanidade, foi a Ação Integralista Brasileira.

2.2 A Ação Integralista Brasileira

Oficialmente, a Ação Integralista Brasileira, foi criada por Plínio Salgado no dia 07 de outubro de 1932 em São Paulo, pelo manifesto conhecido em todo o país como Manifesto de Outubro⁵³. Entretanto, “o pensamento de Plínio Salgado e sua conclamação aos moços de todo o país já vinham sendo veiculados desde o ano anterior pelo jornal A Razão, por meio da coluna de notícias políticas”, originando em março de 1932 na Sociedade de

⁵² Os editoriais dos jornais procuravam reforçar os papéis “naturais” femininos.

⁵³ Considerado por Plínio Salgado como a primeira manifestação política da doutrina integralista, o Manifesto Integralista foi composto por dez capítulos: “Concepção do Universo e do Homem; Como Entendemos a Nação Brasileira; O Princípio de Autoridade; o Nosso Nacionalismo; Nós, os Partidos Políticos e o Governo; O que Pensamos das Conspirações e da Politicagem de Grupos e Facções; A Questão Social, como a Considera a Ação Integralista Brasileira; A Família e a Nação; O Município, Centro das Famílias Célula da Nação; O Estado Integralista”. (MANIFESTO, 1932).

Estudos Políticos – SEP – da qual se constituiria posteriormente a AIB (CAVALARI, 1999, p.13).

Assim, a AIB foi pensada enquanto uma seção da SEP. Sobre a proposição de criação da AIB, Salgado (1959, p.145) aponta que:

em 06 de maio de 1932, propus que se criasse uma seção subordinada e paralela à Sociedade de Estudos Políticos, a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formar a consciência popular no trato dos problemas brasileiros e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político da nossa agremiação.

Em março de 1934, a AIB, por ocasião da realização do seu Primeiro Congresso, em Vitória ES, criou os principais documentos do Movimento, bem como a base teórica para a formulação dos seus estatutos. Segundo os estatutos delimitados no congresso de 1934, a AIB era:

uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política no lugar onde se encontrar o Chefe Nacional do Movimento, e setores de atividade em todo o território do Brasil [...], com a finalidade de:

- a) funcionar como centro de estudos e cultura sociológica;
- b) Desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro;
- c) Implantar no Brasil o Estado Integral. (ESTATUTOS, 1934).

Esses estatutos sofreram alterações no II Congresso Integralista, realizado em Petrópolis em Março de 1935, com a finalidade “de tornar explícito o que se acha implicitamente contido nos termos dos Estatutos aprovados pelo Iº Congresso Integralista [...], e também com o fim de tornar acessíveis a média da mentalidade popular, evitando confusões, às finalidades da Ação Integralista Brasileira”. A partir de então, a AIB passou a ser “uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo e é um partido político, com sede no lugar onde se encontrar o seu chefe supremo”, Plínio Salgado. Concomitantemente,

passou a “funcionar como um partido político de acordo com o registro já feito no Superior Tribunal Eleitoral”; “funcionar como Centro de Estudos e de Educação Moral, Física e Cívica” (ESTATUTOS, 1937).

Enquanto um partido político, a AIB passou a objetivar “a reforma do Estado, por meio da formação de uma nova cultura filosófica jurídica” que “possa assegurar de maneira definitiva, evitando lutas entre as Províncias, entre classes, entre raças, entre grupos de qualquer natureza e, principalmente, evitando rebeliões armadas: o culto de Deus, da Pátria e da Família; a unidade nacional; princípio da ordem e da autoridade” (ESTATUTOS, 1937).

Enquanto centro de Estudos e Educação moral, cívica e física, a AIB passou a manter: “cursos, conferências, bibliotecas, publicações de livros, folhetos, jornais, revistas, divulgando princípios filosóficos, doutrinas econômicas, sociais e políticas, diretrizes estéticas, pesquisas científicas e técnicas”; vislumbrando, “de sorte a elevar o nível cultural de seus componentes, desenvolvendo-lhes o gosto pelo estudo e criar uma consciência nova das necessidades da nossa Pátria”. Além desses, passou a oferecer também, “cursos populares de instrução moral e cívica”; “cursos de educação física, incluindo atletismo, ginástica e jogos esportivos” (ESTATUTOS, 1937).

Legitimando os estatutos aprovados pelo primeiro congresso integralista, os estatutos aprovados no II Congresso mantiveram a chefia suprema de Plínio Salgado, sendo,

a Ação Integralista Brasileira dirigida por um Chefe Nacional, com plenos poderes deliberativos, cabendo-lhe privativamente: a) a Chefia de todos os Departamentos Nacionais; b) a livre nomeação dos Secretários que deverão dirigir as Secretarias Nacionais; c) a livre nomeação dos Chefes Provinciais; d) a representação civil e política da A.I.B.; e) a nomeação dos membros do Conselho Nacional. (ESTATUTOS, 1937).

Além disso, o caráter de superioridade e autonomia atribuídos a Plínio Salgado foram explicitamente colocados: “O Chefe Nacional é perpétuo em seu cargo”; “É vedado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de suas funções, assim como dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação”; “Para os integralistas a pessoa do Chefe Nacional é intangível”. (ESTATUTOS, 1937).

Uma vez consumado o Golpe Vargas, em 10 de novembro de 1937, e instituído o Estado Novo, de estilo autoritário, foram suprimidos todos os partidos políticos, incluindo a AIB. Em função da dissolução dos partidos políticos, ainda em dezembro de 1937, a AIB, adaptando-se aos novos tempos, voltou a ser somente uma sociedade civil denominada Associação Brasileira de Cultura – A.B.C.. Permanecendo como chefe supremo do Movimento, a presidência da A.B.C. coube a Plínio Salgado.

Apesar de ter se adaptado aos novos tempos a AIB não aceitou pacificamente a dissolução do seu partido. A estrutura e a direção da A.B.C. permitiram que a AIB continuasse, ainda que de forma velada, sua campanha doutrinária. Essa campanha continuou até maio de 1938 quando a AIB mudou de tática, substituindo a tática educativa pela violenta. Abandonou a Revolução do Espírito e adotou a revolução violenta para a tomada do poder. Como resultado dessa nova tática, em 11 de maio de 1938, um grupo de integralistas pratica um atentado a Getúlio Vargas no Palácio da Guanabara. A Intentona Integralista, como ficou conhecida, foi totalmente dominada por Vargas que, em seguida, desencadeou massiva e intensa campanha contra o Integralismo, com prisão e exílio dos seus principais líderes. Plínio Salgado foi preso e no ano seguinte, exilado para Portugal. O mesmo regressa ao país em 1945, com a deposição de Vargas e o fim do Estado Novo.

O estudioso do integralismo conta hoje com um significativo acervo historiográfico sobre vários aspectos referentes à Ação Integralista Brasileira. Desta maneira, as análises da bibliografia consideradas como os clássicos do Integralismo⁵⁴ são de fundamental importância para iniciarmos as discussões referentes à inserção e participação das militantes integralistas no movimento, bem como das representações construídas sobre a AIB.

O estudo de Héglio Trindade, *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*, pioneiro no assunto, busca responder duas questões sobre a AIB: “primeiro, que condições históricas explicam o itinerário ideológico do chefe e o nascimento do Integralismo? Segundo, qual a natureza deste movimento ideológico que se torna, nos anos 30, o primeiro movimento de massa no Brasil?”. Para tanto, busca “analisar o integralismo sob um duplo ponto de vista: de um lado, conforme a abordagem clássica dos estudos históricos e ideológicos, e de outro utilizando o enfoque psico-sociológico através de entrevistas semidiretivas e de pesquisa por questionário” (TRINDADE, 1979, p.10).

O trabalho de Trindade estrutura-se em três partes:

a primeira, ‘Emergência do Chefe’, analisa o período de 1918 a 1930, durante o qual a mutação da sociedade brasileira se esboça e o Chefe integralista, Plínio Salgado, amadurece intelectual e politicamente; a segunda, ‘Gênese da Ideologia’, concerne ao período pré-integralista de 1930 a 1932, marcado pela Revolução de 1930; enfim, a terceira, ‘Natureza do Movimento’, é consagrada inteiramente ao estudo dos militantes, da organização e da ideologia integralistas (TRINDADE, 1979, p.11).

Na primeira parte, são discutidos os fatores que explicam a evolução ideológica do chefe integralista conforme seu itinerário político na sociedade em transição dos anos 20. Segundo o autor, não se pode compreender sua evolução, desde sua adesão ao sistema

⁵⁴ Dentre os vários trabalhos existentes consideramos como os mais pontuais: TRINDADE (1979); VASCONCELOS (1979); CHASIN (1978); CHAÚÍ (1978); CAVALARI (1999); ARAÚJO (1988).

republicano até sua ação ideológica integralista, sem inseri-lo na história do pós-guerra. A hipótese apresentada por Trindade (1979, p.11) “é que a revolução literária e artística modernista terá sobre Salgado uma influência mais importante do que a contestação política ligada às insurreições ‘tenentistas’, cujo ciclo termina com a vitória dos revolucionários de 1930”.

Na segunda parte, ao se reportar ao período imediatamente anterior ao surgimento da AIB, entre 1930 e 1932, Trindade o aponta como “a fase decisiva para compreensão das causas imediatas do integralismo”. Para o autor, “ela representa o movimento de ruptura afetiva de Plínio Salgado com a Velha República e sua tomada de contato com a experiência fascista européia”. Pretendendo “elucidar as relações entre a evolução política brasileira e o contexto internacional”, sustenta a hipótese de “que, mesmo que não se possa explicar o integralismo sem a ascensão fascista na Europa, a evolução histórica nacional, a partir da Revolução de 30, proporcionou condições internas favoráveis ao nascimento da A.I.B.” (TRINDADE, 1979, p.12).

Na terceira e última parte, o autor tem como objetivo “definir a natureza da Ação Integralista, testando, de forma sistemática, a hipótese geral sobre o conteúdo fascista do integralismo, resultante da conjugação entre um modelo de referência externo fascista e condições históricas nacionais favoráveis”. Propondo verificar a validade da proposição geral do trabalho, Trindade (1979, p.14) levanta que,

o integralismo seria um movimento fascista em função da composição social dos seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atividades ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional.

Após elencar e discutir os elementos que privilegiou em sua análise, Trindade (1979, p.288) conclui que:

é verdade que seu conteúdo ideológico se apoiou amplamente no fascismo europeu. Não se pode dizer, entretanto, que o integralismo tenha sido exclusivamente um mimetismo ideológico. A adesão ao fascismo de setores importantes da população e a aceitação de sua organização paramilitar, não se explicam sem condições internas favoráveis. Na realidade, tais condições surgem durante a evolução histórica entre duas guerras mundiais pela conjugação dos conflitos econômicos, sociais e políticos com a crise ideológica das elites intelectuais.

Segundo o autor, a influência dos fascismos europeus é essencial para explicar a natureza da Ação Integralista. Para ele,

o fenômeno fascista, se pode ser considerado na acepção ampla do termo (como todo movimento de reação contra-revolucionária tendendo a impor uma estrutura de dominação totalitária), teria podido se desenvolver no Brasil, nesta época, com um discurso ideológico e uma organização nacionais. A realidade, porém, foi outra. Sem excluir a existência de outras formas possíveis do fascismo *latu sensu* na América Latina, a análise da Ação Integralista nos leva a concluir que sua natureza, organização hierárquica, estilo do Chefe e rituais não se podem explicar sem levar em consideração a influência do modelo de referência externo (TRINDADE, 1979, p.289).

Por outro lado, Vasconcelos, em sua obra *A Ideologia Curupira – análise do discurso integralista*, busca “a especificidade do integralismo enquanto discurso fascista que se insere numa sociedade capitalista periférica” (VASCONCELOS, 1979, p.17).

Para este autor,

embora de ponta a ponta mimético, o discurso integralista ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, e cuja razão de ser nasce da resposta equivocada (mas sociologicamente compreensível) à heteronomia de país periférico, a saber: a fantasmagoria de uma utopia autonomística em relação às nações capitalistas hegemônicas. Fantasmagoria, não só porque é irrealizável o desejo de se converter o país numa região apartada do processo civilizatório ocidental, mas também porque são elididos, nessa utopia, os fundamentos concretos da dependência: relações determinadas de

subordinação entre sociedades no contexto do sistema capitalista global. O agente dessa utopia seria o Estado Integral; o objetivo, proteger o Brasil da luta de classes, que é vista como “intrusão” forasteira (VASCONCELOS, 1979, p.17).

Já Chasin, em *O Integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, ao buscar caracterizar a especificidade do movimento integralista, tem como objetivo negar sua identidade com relação ao fascismo europeu.

Chasin, como nos aponta Cavalari, após análise do material coletado, conclui que o integralismo não seria um tipo de fascismo como supõe a maior parte dos estudos a respeito do assunto, mas seria uma ideologia reacionária e utópica, isto é, uma forma de regressão que ocorre em uma fase do capitalismo brasileiro designada por ele como *hiper-tardio*. (CAVALARI, 1999).

Neste sentido, segundo o autor, o integralismo é “uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o ‘capitalismo verdadeiro’”; já o fascismo seria “um fenômeno de expansão da fase superior do capitalismo”, assim, “o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo ou nascente, a traduzir uma proposta de regressão, em país de extração colonial que emerge como formação hiper-tardia do capitalismo verdadeiro” (CHASIN, 1978, p.647).

Por sua vez, Marilena Chauí em *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira* trabalha com a representação do discurso integralista, tendo como um dos eixos norteadores de sua pesquisa a seguinte questão: a que classe o discurso integralista se dirige?

A resposta encontrada é que o discurso integralista era direcionado para a classe média. Já no que diz respeito à natureza do movimento, a autora conclui que “torna-se de menor importância saber se houve importação dos fascismos europeus” (CHAUÍ, 1978, p.116).

Já Cavalari, em seu trabalho *Integralismo – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937)*, uma das últimas publicações sobre o tema, “não pretende enfrentar as grandes questões interpretativas que vêm marcando os estudos sobre o Integralismo. Espera, somente, vir a contribuir, de forma modesta, para a elucidação de algumas questões que o permeiam”. Nesse sentido, seu “objetivo é o de elucidar alguns dos mecanismos por meio dos quais a Ação Integralista Brasileira logrou se organizar, identificando e descrevendo um conjunto de estratégias de organização, de divulgação da doutrina, de conformação de identidade do militante, e de unificação e homogeneização do Movimento” (CAVALARI, 1999, p.33).

Como resultado de uma intensa pesquisa realizada com o material pertencente ao *Acervo Plínio Salgado* que se encontra no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro - SP, seu trabalho constituiu-se de três capítulos: no primeiro, *A revolução do espírito*, a autora procura “analisar no que consistia essa revolução interior ou revolução do espírito constantemente referida pelos teóricos integralistas, assim como as estratégias postas em prática pela AIB para a preparação de tal revolução”. Nesse sentido, ela busca “analisar o aproveitamento das energias femininas, ou seja, as atividades das Blusas Verdes, na Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (S.N.A.F.P.) e nas Escolas Integralistas que funcionavam junto aos Núcleos Municipais e Distritais em diversos pontos do país, sob a responsabilidade dessa secretaria” (CAVALARI, 1999, p.37).

No segundo capítulo, *O Impresso Integralista: o livro e o jornal*, Cavalari (1999, p.37) procura “analisar a palavra impressa, ou seja, os jornais e os livros produzidos pelo Movimento, através dos quais a doutrina integralista chegava até o militante”. Segundo ela, “a palavra impressa era acrescentada à palavra falada”. Por esta razão, procura analisar, ainda nesse capítulo, “as sessões doutrinárias e as transmissões via rádio”.

Já no terceiro e último capítulo, *Os Símbolos e Ritos Integralistas*, analisa “outra estratégia posta em prática pela A.I.B., extremamente importante para a arregimentação e consolidação do Movimento. Trata-se dos símbolos e ritos integralistas”. Para entendê-la, a autora procedeu “à análise dos *Protocolos e Rituais*, criados pela A.I.B. em 1937” (CAVALARI, 1999, p.38).

Após discutir habilmente os aspectos referentes à AIB elencados anteriormente, Cavalari (1999, p.211) conclui que:

a arregimentação de adeptos, a unificação e a consolidação do Movimento foram conseguidas graças a um conjunto de estratégias adotadas pela A.I.B. que se consubstancia em uma rede constituída pelo impresso, pelas sessões doutrinárias, pelos símbolos e ritos integralistas e pelo rádio. Nessa rede que envolvia e cercava totalmente o militante, esses elementos constituintes trabalhavam perfeitamente integrados de modo a conseguir que um integralista do Amazonas pensasse exatamente como um integralista de Goiás.

Embora eminentemente importantes, o presente intento não pretende discutir as grandes questões interpretativas que marcaram os estudos sobre o Integralismo⁵⁵. Buscamos somente elencar e problematizar alguns aspectos organizacionais e estruturais da AIB, visando a constituir uma base sólida que nos propicie elementos para inserirmos as

⁵⁵ Não nos propomos a discutir os aspectos referentes à importação de modelos ou ideologias fascistas européias por parte do Integralismo. Desta forma, se o Integralismo foi uma espécie de Fascismo na América ou então um arquétipo de “Fascismo a Brasileira” são questões que não permeiam nossas indagações, até mesmo porque pensamos que para discutir tais problematizações seria necessário um trabalho centrado apenas em tais questões.

discussões de Gênero no âmbito de Estudos do Integralismo, pois, como visto, as obras mais pontuais sobre o Movimento Integralista deixaram as militantes da AIB à margem da história.

Assim, pautados na premissa de que a maioria dos trabalhos sobre o Integralismo deixaram às margens da história a presença, os papéis, as práticas e as experiências das mulheres dentro da AIB, propomos ir além, buscando compreender características das relações de gênero na AIB, mediadas e construídas pelo discurso e representações integralistas.

**CAPÍTULO III – O DISCURSO, OS SÍMBOLOS E AS
REPRESENTAÇÕES INTEGRALISTAS.**

Embora tenha se tornado partido político a partir de 1935, o integralismo apresentava-se ao povo como um movimento cultural. Para Salgado (1936, p.89),

o integralismo brasileiro é um movimento de cultura que abrange: 1º) uma revisão geral das filosofias dominantes até o começo deste século e, conseqüentemente, das ciências sociais, econômicas e políticas; 2º) a criação de um pensamento novo, baseado na síntese dos conhecimentos que nos legou parceladamente o século passado.

Cavalari (1999, p.41) nos aponta que, segundo Salgado, “os partidos políticos do país tinham como única preocupação a conquista do poder. O integralismo coloca-se de modo diferente. Vangloriava-se de não ser apenas um partido político. Afirmava não estar interessado na conquista imediata e efêmera do poder”, mas sim, se projetava na história, almejava marcar época, deixar resíduos no tempo, afirmando que a história lhe daria o verdadeiro valor.

Segundo a autora, para doutrinar seus militantes, arregimentar novos adeptos e conseguir a unificação e a consolidação almejadas, a AIB utilizou-se de uma rede constituída pela palavra impressa, livro e jornal, pela palavra falada, por meio de *sessões doutrinárias* e do rádio e pela ritualização e simbologia, pelos ritos e símbolos integralistas (CAVALARI, 1999, p.31).

Em um curto espaço de tempo, entre 1932 e 1937, a AIB por meio de um conjunto de estratégias de organização, de divulgação dos seus ideais, de unificação da identidade do militante e de unificação, integração e homogeneização do Movimento, “tornou-se [...] o primeiro partido de massas do país. Possuía núcleos organizados em todo o território nacional, constando, em 1937, com mais de um milhão de adeptos” (CAVALARI, 1999, p.34).

O crescimento vertiginoso da AIB e a disseminação nacional dos seus ideais podem ser demonstrados pela confrontação entre os números de inscrições realizadas em suas fileiras de militância de 1933 a 1937. Os números constantes no *Monitor Integralista* mostram que, em fins de 1933, a AIB contava com 20.000 inscritos, sendo que em 1934 o total de inscritos já havia passado para 180.000; em 1935, o total saltou para 380.000. Em 1936, a soma das inscrições resultava em 918.000 militantes e, em meados de 1937, a AIB tinha inscrito em suas fileiras mais de um milhão de adeptos, precisamente 1.352.000 militantes (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Mesmo perante a precariedade dos meios de comunicação da época, por suas estratégias de propaganda junto às massas, a AIB figurou-se como uma possibilidade histórica de implantação de um tipo determinado de Estado no Brasil – o Estado Integral⁵⁶.

Parece-nos eminente que esse significativo sucesso da AIB, demonstrado pelos números citados anteriormente, só foi alcançado graças a uma eficiente máquina de propaganda criada pelo Movimento, complementada pela atuação filantrópica das mulheres integralistas que a todo o momento arregimentavam novos militantes e/ou simpatizantes.

3.1 O Discurso Integralista

Para fazer chegar a seus militantes a doutrina Integralista, a AIB utilizava a palavra impressa, representada pelo livro e pelo jornal que assumiam um lugar privilegiado no seio do Movimento, bem como pela palavra falada, nas reuniões doutrinárias, realizadas em todos os núcleos do país, e do rádio.

⁵⁶ Um Estado que se pretendia forte o suficiente, capaz de realizar o homem integral, a sociedade integral, a nação integral e a humanidade integral. Para Salgado, seria o Estado que reuniria em síntese todas as discórdias dos povos brasileiros, culminando na unidade entre eles.

Segundo Cavalari (1999, p. 79), “o livro veiculava as idéias produzidas pelos teóricos do partido e o jornal as popularizava. A doutrina mantinha-se viva para o integralista graças a sua materialização através do jornal”. O Jornal desempenhava, assim, a função de atualização e popularização do ‘corpus teórico’ integralista junto aos militantes.

A análise de alguns jornais no arquivo de Rio Claro⁵⁷ nos revelou que o jornal integralista, além de divulgar a doutrina da AIB, fazia o esforço em transmiti-la garantindo uma mensagem uniforme. Para garantir a uniformidade da transmissão nacional da sua doutrina, visando à unificação do Movimento, que seria uma importante estratégia de homogeneização e controle dos seus militantes, foi criada pela AIB a Secretaria Nacional de Imprensa – SNI⁵⁸.

Além da SNI, a AIB cria simultaneamente o *Sigma-Jornais Reunidos*, um grande consórcio jornalístico criado em 1935, subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda, devidamente autorizado pela Chefia Nacional, que compreendia um conjunto de 88 jornais em circulação em todo o território nacional. (CAVALARI, 1999).

A função deste consórcio de jornais era a difusão padronizada, unificada e homogênea da orientação doutrinária promulgada pela AIB.

Ao publicar, em outubro de 1937, no *Monitor Integralista*, um balanço de suas realizações, a AIB apresentava com certa soberba as conquistas do Integralismo em diversos campos de atividades até aquela data, dentre as quais encontrava-se a imprensa integralista:

A Imprensa Integralista é representada pelos seguintes órgãos de publicidade:

⁵⁷ Dentre os vários existentes privilegiamos pela análise do *Monitor Integralista* e *A Offensiva*.

⁵⁸ Tinha por finalidade supervisionar toda a imprensa integralista.

- a) 8 grandes diários: ‘A Offensiva’, do Rio de Janeiro, ‘A Ação’, de São Paulo, ‘O Imparcial’, da Bahia, ‘Diário do Nordeste’, de Recife, ‘A Província’, de Maceió, ‘A Razão’, de Fortaleza, ‘Ação’, de São Luiz do Maranhão e ‘Correio da Noite’, de Porto Alegre. (...);
- b) 105 hebdomadários e quinzenários espalhados por todas as Províncias;
- c) 3 revistas ilustradas; ‘Anauê’ e ‘Brasil Feminino’, no Rio de Janeiro e ‘Sigma’, em Niterói;
- d) Uma revista de alta cultura: ‘Panorama’, de São Paulo;
- e) O ‘Monitor Integralista’, jornal oficial da A.I.B.;
- f) Cerca de 3.000 boletins, semanais e quinzenários, impressos ou mimeografados, referentes ao serviço de cada Núcleo. (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Por não considerarmos uma discussão essencial para a elucidação das proposições almejadas neste intento, não buscamos estabelecer uma diferenciação de funções em cada um desses órgãos da Imprensa Integralista. Entretanto, tornou-se evidente ao longo da pesquisa que o *Monitor Integralista* destacava-se dos demais jornais por ser o único jornal oficial da Ação Integralista Brasileira⁵⁹.

Esse caráter oficial atribuído ao *Monitor Integralista* pela AIB era sacramentado nas páginas dos *Protocolos e Rituais*:

O chefe nacional [...] resolveu pôr um termo à imprensa oficial do Integralismo em todas as Províncias, conservando essa qualidade, a um órgão, apenas o ‘Monitor Integralista’, do Rio de Janeiro, subordinado, diretamente, à Chefia Nacional. Todos os demais órgãos integralistas não envolvem nas suas publicações, a responsabilidade da ‘Ação Integralista Brasileira’, o que entretanto não lhes tira, de maneira nenhuma, o dever de obediência à orientação da Secretaria Nacional de Imprensa e das autoridades integralistas provinciais ou locais. (PROTÓCOLOS)

Embora eminentemente doutrinários, os jornais da AIB, inclusive o oficial – *Monitor Integralista* – não veiculavam apenas textos ideológicos. Veiculavam, também, fotos, charges e cartuns sobre política, economia, esportes, cinema, etc.

⁵⁹ Posto esse caráter de veiculação oficial da Doutrina Integralista, foi que elegemos este Jornal enquanto uma das nossas fontes primárias.

Uma outra estratégia de persuasão das massas veiculadas nos jornais integralistas era a freqüente publicação de lembretes, publicados de forma idêntica em diversos pontos dos jornais, lembrando aos Integralistas de determinadas práticas relevantes para o movimento, dentre elas e uma das mais recorrentes o pagamento da *Taxa do Sigma*:

A Taxa do Sigma

Deve ser aplicada por ordem do Chefe Nacional. Dispensá-la sem autorização é desobedecer. (A OFFENSIVA, 06 jan 1937, p.2).

Apontada por Cavalari (1999) e também percebida na análise do *Monitor Integralista*, uma outra estratégia de persuasão da Imprensa Integralista consistia em aliar a imagem do Movimento e a doutrina Integralista à propaganda comercial, e vice-versa. Esta estratégia pressupunha que o produto comercial, por sua marca, devia lembrar aos destinatários a existência do Movimento⁶⁰, ou a recomendação do movimento sobre o uso de determinado produto servia para disseminar alguns elementos doutrinários entre seus militantes. Sobre esses casos, destacamos alguns anúncios publicitários:

Anauê

A Melhor Pasta Dentifrícia. Companheiro:

Ao adquirir o tubo verifique se o mesmo leva a etiqueta da (S.N.F.) com os dizeres:

‘Trabalhai Pelo Bem do Brasil’

Usar a pasta dentifrícia ‘Anauê’! é uma prova do nosso espírito de cooperação.

Instituto Frauder – Rua Cirne Maia, 6 – R.J.

(MONITOR, 11 jun 1937, p.6).

⁶⁰ Marcas como ‘Café Anauê’, ‘Cigarros Sigma’, ‘Charutos Integralistas’, dentre outras, tinham por função lembrar ao leitor e ao consumidor a presença glamourosa do Movimento.



Figura 8: Propaganda do Creme Dental Sigma. (FONTE: MONITOR, p.10, 05 dez 1936).

Companheiros !

Adquiram todos os productos que levam a **ETIQUETA** ao lado, porque concorrem, de um modo indirecto, para o nosso engrandecimento.

—x—

Ao adquirirem o producto exijam a referida **ETIQUETA**

—x—

Productos que já se acham a venda com a referida **ETIQUETA** :

CIGARROS SIGMA
Somente são legitimos os que levarem a **ETIQUETA**
OVAES ... 1\$000 REDONDOS ... 0\$500
COMPANHIA NACIONAL DE FUMOS E CIGARROS — Rua Capitão Felix, 28

PASTA DENTIFRICA ANAUE
Somente é legitima a que levar a **ETIQUETA**
Formula do Dr. Frederico Eyer
— Producto do Instituto Freuder —
DISTRIBUIDO PELA SOCIEDADE DISTRIBUIDORA NACIONAL LTDA.
Av. Rio Branco n. 117 - Ed. Jornal do Comercio - 5.º andar Rio de Janeiro

Figura 9: Propagandas de marcas relacionadas à AIB. (FONTE: MONITOR, p.10, 05 dez 1936).

Além dessas estratégias implícitas nos jornais para veicular, unificar e homogeneizar sua doutrina entre seus militantes, a AIB ainda se utilizava amplamente do

livro, enquanto uma outra estratégia do Movimento ligada à palavra impressa. Para Cavalari (1999, p.102), “o livro e o jornal trabalhavam perfeitamente integrados para doutrinar o integralista. O livro veiculava as idéias que seriam ‘popularizadas’ através dos jornais”.

Reafirmando o caráter complementar estabelecido entre o Jornal e o Livro, podemos destacar que o jornal veiculava uma lista com a bibliografia integralista. Encontramos, em vários números do *Monitor Integralista*, um quadro com os livros recomendados pelo movimento. Vejam no quadro abaixo a maneira que esses livros eram dispostos:

Bibliografia Integralista

Plínio Salgado, “Deveres do Integralista”
 Plínio Salgado, “O Estrangeiro”
 Plínio Salgado, “O Esperado”
 Plínio Salgado, “O Cavaleiro de Itararé”
 Plínio Salgado, “Federação e Sufrágio” (no prelo)
 Alberto Torres, “O Problema Nacional Brasileiro”
 Alberto Torres, “Organização Nacional”
 Alcides Gentil, “As idéias de Alberto Torres”
 Gustavo Barroso, “O Integralismo em Marcha”
 Octavio de Faria, “Machiavel e o Brasil”
 Octavio de Faria, “Destino do Socialismo”
 Virgílio Santa Rosa, “A Desordem”
 Virgílio Santa Rosa, “O Sentido do Tenentismo”
 Vários – “Estudos Integralistas – 1 série”
 Miguel Reale, “O Estado Liberal”
 Tristão de Athayde, “Estudos, 1, 2, 3 e 4 séries”
 Tristão de Athayde, “Problema da Burguesia”
 Oliveira Vianna, “Populações Meridionais do Brasil”
 Oliveira Vianna, “Problemas de Política Objetiva”
 Oliveira Vianna, “Evolução do Povo Brasileiro”
 Tenente Severino Sombra, “O Ideal Legionário”
 Olbiano de Mello, “Comunismo ou Fascismo?”
 Gottfried Feder, “As Bases do Nacional Socialismo”
 (Sem referência ao autor), Henry Ford – “O Judeu Internacional”
 “Protocolos dos Sábios de Sion”
 Leon de Poncins, “As Forças Secretas da Revolução”
 Almir B. de Andrade, “A Verdade Contra Freud”

Quadro 1: – *Bibliografia Integralista* – Livros recomendados no Monitor Integralista em 1933. (FONTE: MONITOR, p.4, primeira Quinzena de 1933).

Em 1934 o Jornal mudaria a maneira de dispor ao público as referências aos livros integralistas. Não eram mais feitas como dispostas no Quadro 01. Passaram a ser dividida em dois blocos: *Obras Integralistas*; e *Principais Subsídios no Brasil*. Observe o Quadro 2:

Livros Recomendados aos Integralistas

I – Obras Integralistas

Plínio Salgado, “O que é o Integralismo”
 Plínio Salgado, “Psicologia da Revolução”
 Plínio Salgado, “O Sofrimento Universal”
 Plínio Salgado, “O integralismo Perante a Nação” (no prelo)
 Gustavo Barroso, “O Integralismo em Marcha”
 Gustavo Barroso, “O Integralismo de Norte a Sul”
 Gustavo Barroso, Brasil, “Colônia de Banqueiros” (no prelo)
 Miguel Reale, “O Estado Moderno”
 Olbiano de Mello, “República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil”
 Olbiano de Mello, “Comunismo ou Fascismo?”
 Vários, “Estudos Integralistas – 1 série”

II – Principais Subsídios no Brasil

Alberto Torres, “O Problema Nacional Brasileiro”
 Alberto Torres, “A Organização Nacional”
 Oliveira Vianna, “A Evolução do Povo Brasileiro”
 Oliveira Vianna, “Populações Meridionais do Brasil”
 Oliveira Vianna, “Pequenos Estudos de Psicologia Social”
 Oliveira Vianna, “O Idealismo na Evolução Política”
 Oliveira Vianna, “O Idealismo da Constituição”
 Oliveira Vianna, “Problemas de Política Objetiva”
 Tristão de Athayde, “Introdução à Economia Moderna”
 Tristão de Athayde, “Preparação à Sociologia”
 Tristão de Athayde, “Política”
 Tristão de Athayde, “O Problema da Burguesia”
 Pontes de Miranda, “Fundamentos Atuais do Direito Constitucional”
 Contreiras Rodrigues, “Novos Rumos Políticos e Sociais”
 Alcides Gentil, “As Idéias de Alberto Torres”
 Octavio de Faria, “Destino do Socialismo”
 Octavio de Faria, “Machiavel e o Brasil”
 Virginio Santa Rosa, “A Desordem”
 Virginio Santa Rosa, “O Sentido do Tenentismo”
 A.A. de Mello Franco, “Preparação ao Nacionalismo”
 Farias Brito, “Finalidade do Mundo”
 Farias Brito, “Mundo Interior”
 Farias Brito, “Base Física do Mundo”
 Farias Brito, “A Verdade Como Regra das Ações”

Quadro 2: – *Bibliografia Integralista* – Livros recomendados no *Monitor Integralista* em 1934. (FONTE: MONITOR, p. 5, fevereiro de 1934).

Já em 1937 a disposição em dois blocos, conforme ilustrada anteriormente, cedeu lugar a uma classificação mais detalhada, baseada em temas: ‘Iniciação Integralista’, ‘Filosofia Social e Política’, ‘História e Filosofia da História’, ‘Economia’, ‘História do Integralismo’, ‘Ensaio Diversos’, ‘Educação Cívica’, e ‘Poesia’. Observe o Quadro 3:

Bibliografia Integralista

Livros autorizados pela S.N.D.E

Iniciação Integralista

Plínio Salgado, “O que é o Integralismo”
 Gustavo Barroso, “O que o Integralista deve saber”
 Miguel Reale, “Perspectivas Integralistas”
 Miguel Reale, “ABC do Integralismo”
 Ferdinando Martino, “Pela Revolução Integralista”
 Vários, “Estudos Integralistas (1ª série)” (Esgotado)
 J. Wenceslau Junior, “O Integralismo ao alcance de todos”

Philosophia Social e Política

Plínio Salgado, “Psychologia da Revolução”
 Plínio Salgado, “O Sofrimento Universal”
 Miguel Reale, “O Estado Moderno”
 Gustavo Barroso, “O Integralismo de Norte a Sul”
 Gustavo Barroso, “Espírito do Século XX”
 Olympio Mourão F., “Do Liberalismo ao Integralismo”

História e Philosophia da História

Plínio Salgado, “A Quarta Humanidade”
 Gustavo Barroso, “O 4º Império”
 Miguel Reale, “Formação da Política Burguesa”
 Miguel Reale, “Actualidades de um Mundo Antigo”

Economia

Miguel Reale, “O Capitalismo Internacional”
 Gustavo Barroso, “Brasil, Colônia de Banqueiros”

Para a História do Integralismo

Plínio Salgado, “Despertemos a Nação”
 Plínio Salgado, “Cartas aos Camisas-Verdes”
 Olbiano de Mello, “Razões do Integralismo”
 Organizado pela Revista Panorama, “Plínio Salgado”
 Custódio Viveiros, “Os Inimigos do Sigma”

Ensaio Diversos

Plínio Salgado, “A Doutrina do Sigma”
 Plínio Salgado, “Palavra Nova dos Novos Tempos”

Gustavo Barroso, “Integralismo em Marcha”
 Gustavo Barroso, “A Palavra e o Pensamento Integralista”
 Custodio Viveiros, “Camisas-Verdes”
 Olbiano de Mello, “Republica Syndicalista do Brasil”
 Olbiano de Mello, “Communismo ou Fascismo”
 Olbiano de Mello, “Concepção do Estado Integral”
 Gustavo Barroso, “O Integralismo e o Mundo”
 Regalo Pereira, “Democracia Integralista”
 Plínio Salgado, “Páginas de Combate”
 Machado Paupério, “Introdução ao Integralismo”
 Victor Piyol, “Rumo ao Sigma”

Educação Cívica

Plínio Salgado, “Nosso Brasil”

Poesia

J. Mayrink, “Anauê”

Quadro 3: – *Bibliografia Integralista* – Livros recomendados no *Monitor Integralista* a partir de 1937. (FONTE: MONITOR, 11 de junho de 1937).

Entretanto, existia outra maneira de o jornal veicular a propaganda dos livros integralistas: a recomendação da leitura era acompanhada de propaganda comercial de determinadas livrarias. Assim, indicavam não somente o livro a ser lido, mas também o local onde comprá-lo.

Podemos ainda apontar uma terceira forma de referência dos livros nos jornais, destinada a um público mais sofisticado. “É o que atualmente se chama crítica na linguagem jornalística. Neste caso, a indicação dos livros vinha acompanhada de comentários a respeito da obra. No caso dos livros integralistas, esses comentários eram geralmente elogiosos e procuravam despertar no leitor a necessidade da leitura de tais obras” (CAVALARI, 1999, p. 105).

Por fim, “uma última forma era usada pelo jornal para levar o livro ao integralista: trata-se da transcrição, na íntegra ou em partes, de capítulos de determinados

livros, sobretudo os específicos sobre o movimento, indicando-se a fonte” (CAVALARI, 1999, p.109).

Dentre essas quatro formas, o jornal não optava por uma ou por outra, “pelo contrário, essas diferentes formas de indicar o livro eram combinadas de maneira tal, que era comum encontrarmos várias delas em um mesmo número do jornal. Essa multiplicidade de formas para fazer o livro chegar, via jornal, até o militante, garantia, pela repetição, a necessidade da leitura” (CAVALARI, 1999, p.109).

Na análise dos jornais pesquisados, encontramos elementos doutrinários recorrentes: a representação que o integralismo tinha de si e do outro/inimigo⁶¹; a idéia de que somente no Integralismo residia a salvação da nação; a idéia de redenção pelo sofrimento; a idéia do Integralismo enquanto um movimento cultural, uma nova Humanidade⁶².

Esses elementos também eram veiculados, como demonstrado anteriormente, por meio dos livros. “Entretanto, os livros em que a doutrina se dava a conhecer, apesar de veicularem as mesmas idéias, nem sempre o faziam da mesma forma. Havia níveis diferenciados de transmissão dessas idéias. Assim, existiam na Bibliografia Integralista livros destinados às massas populares e livros destinados aos políticos e intelectuais” (CAVALARI, 1999, p.129).

A abertura feita por Plínio Salgado, em seu livro *O que é o Integralismo* (1933a), é uma conclamação à massa brasileira. Vejamos:

brasileiro modesto, que trabalha e sofre, este livro te pertence. Bem sei de tua apreensão, de tua inquietude, quando, no silêncio da noite, vendo tuas

⁶¹ O Integralismo elegeu como seus principais inimigos a Liberal-democracia e o Comunismo.

⁶² Os pressupostos do Integralismo se apresentar enquanto uma nova humanidade, a Quarta Humanidade, estão dispostos em SALGADO 1936 (A Quarta Humanidade).

filhas e teus filhos dormirem, tremes pelo destino que os espera. Pensas, naturalmente, que a sociedade pode desabar no sorvedomo extremista, pois os tempos andam carregados de ameaças. O fruto de teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer tua prole que estimas tanto. Si a vida se torna mais difícil, — pobres crianças! — que será delas? Si vamos para o comunismo e a anarquia — infeliz geração! — terá de submeter-se a uma ordem moral que não é a tua... Si continuamos a ser uma Pátria dividida em Estados que lutam pelo Poder Federal, novas guerras civis chacinarão teus meninos, quando forem moços! Sei quanto te atormentas, patrício, nas horas em que as dificuldades da vida te dizem que alguma coisa está errada, no governo. Por isso é que te ofereço este livro, para te dizer, na intimidade de teu lar, que eu tenho abandonado muitas vezes a minha casa, para me pôr a trabalho pela tua família (SALGADO, 1933a, p.09).

Na primeira parte do referido livro, Salgado parece confirmar a idéia exposta anteriormente: para competências diferentes, livros diferentes, ao apontar que:

a presente exposição da doutrina integralista eu a faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível, evitando as terminologias difíceis e me desembaraçando, das malhas do eruditismo. Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou dominantemente nas classes ilustradas do país. Este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais (SALGADO, 1933a, p.15).

Na mesma direção, nos aponta o prefácio da 1ª edição do livro *Psicologia da Revolução*, de 1933, claramente destinado aos intelectuais:

Este livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo.
Aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas páginas.
Nossa crise maior é a do pensamento. Sem que esta seja resolvida, não poderemos solucionar o problema da Nação.
Este livro é um convite aos intelectuais, aos políticos: para que restauremos no Brasil o primado do Espírito, da Inteligência, da Virtude; para que não nos conservemos passivos a afirmar que outro recurso não há, senão deixar correr o barco.
Dedicado a massa popular, dou a público, juntamente com este, outro volume, sob o título: 'O que é o Integralismo'.

Ali começo a fazer trabalhar uma idéia na multidão. Aqui, porém, lanço a idéia nuclear, da qual deriva a outra, a fim de que este livro desperte novos apóstolos de um Movimento que considero o único salvador da Pátria na hora presente. (SALGADO, 1933b, p 25)

Como bem apontado por Cavalari (1999, p.131), “ao se dirigir às massas, Plínio Salgado procurava tocar o coração dos simples, valorizar o sentimento, a simplicidade e, de certa forma negar ou minimizar a importância da Erudição. Já ao se dirigir à intelectualidade, o apelo não era mais ou não era tanto ao sentimento, mas à razão, ao pensamento, à inteligência”.

Tal idéia pode ser observada na obra *O que é o Integralismo*, quando Salgado (1933, p.17), ao se dirigir às massas nacionais, dissertando sobre o *Destino do Homem e da Sociedade*, vislumbrando sensibilizar o coração do povo, afirmava que, “muito se tem escrito, desde que o mundo é mundo, acerca desse grande problema da finalidade do Homem. E de tudo o que se sabe, a única coisa que resta, eterna e inquietadora, é a permanência de uma continua aflição, a dor de secretos desejos, aspirações perenes de felicidade”.

A concepção integralista do mundo, como a própria palavra indicava, considerava o Universo, o Homem, a Sociedade e as Nações de um ponto de vista totalizante, isto é, unindo todas as suas expressões e todas as suas tendências.

Segundo Salgado (1933, p.28), o sinal adotado “nos uniformes dos ‘camisas-verdes’ e na bandeira do integralismo (*sigma*), indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusiva da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo”.

Neste sentido, o Integralismo considerava que a finalidade do Homem era transcendental, superior, intelectual e moral. Com isso, buscava realizar o Homem Integral; a Sociedade Integral; a Nação Integral; e a Humanidade Integral. A base do Estado Integral seria o Homem Integral. Salgado e os demais teóricos da AIB utilizavam o termo Homem no universal, representando homem e mulher. Entretanto, a função primordial das mulheres estava em garantir a formação da célula mãe da Sociedade Integral – a Família. Já aos homens caberiam as discussões e atuações políticas e sociais.

Para Cavalari (1999, p.140), “um tema constantemente repetido em várias obras integralistas era o da visão que os integralistas tinham de si e do papel que atribuíam a si na sociedade. O integralista se via como o ‘eleito’, como o ‘predestinado’”, eram os anunciadores de uma nova era representada pelo Homem Integral, a era da *Quarta Humanidade*.

Para a autora (1999, p.144),

segundo a concepção de história de Plínio Salgado, a formação das sociedades obedeceu a movimentos de adição, de fusão e de desagregação. Assim, *a primeira Humanidade foi politeísta; a segunda monoteísta e a terceira ateísta*. Defendia ainda que, depois da adição, da fusão e da desagregação, teria chegado a hora da síntese – a grande síntese. Síntese filosófica, síntese política, mas principalmente, síntese das idades humanas. Esta grande síntese seria realizada pelo Integralismo, através do *Estado Integral*, cujo objetivo era a sustentação do homem integral, entendido em sua tríplice aspiração: material, intelectual e moral.

Desta forma, contra o velho mundo e contra a Terceira Humanidade caracterizada pela anarquia, pela confusão e pelo caos, surgiria a Quarta Humanidade, que criaria um novo processo de relações sociais e econômicas, além de novos padrões de cultura, moral, direito, administração, política e de autoridade. Ou seja, criaria o Estado Integral. (CAVALARI, 1999).

Assim, “contra essa cruel civilização, que já agoniza nos estertores das crises econômicas, levantar-se-á a nova civilização. Depois da Humanidade Ateísta virá a Humanidade Integralista. É a Quarta Humanidade. Como um sol que vai nascer, ela já projeta seus primeiros clarões” (SALGADO, 1933b, p.84).

Dessa maneira, os teóricos integralistas pressupunham que enquanto o século XIX foi o século das unilateralidades, fruto de uma mentalidade dissolvente, o século XX seria o século da unidade, do Integralismo, do Estado Total e Integral. Cabe ressaltar que este Estado Totalitário seria alcançado pelos Integralistas não pela revolução armada, mas pela revolução de idéias, de espírito, ou seja, uma revolução interior. A revolução integralista, veiculada pelo discurso da AIB, processava-se em dois planos simultaneamente: o plano espiritual e o plano cultural.

3.2 A Simbologia e o Conjunto das Cerimônias Integralistas

A estrutura ideológica criada pela AIB contava ainda com os símbolos e um conjunto de cerimônias, os ritos integralistas, que submetiam os adeptos do Movimento a um processo de ritualização massivo e constante.

Para Cavalari (1999), os símbolos e ritos, além de estratégias de padronização do Integralismo, eram responsáveis por criar a *mística* do movimento e constituíam-se também em eficiente estratégia de arregimentação de novos adeptos. Cumpriam, portanto, uma dupla função: unificavam e arregimentavam.

Para instituir a mística integralista, regulamentar e padronizar os símbolos e as cerimônias, a AIB criou uma extensa legislação unicamente para esse fim: os *Protocolos e Rituais*. Competia a todos os integralistas conhecer, zelar e cumprir tal legislação. “Todas as

autoridades integralistas são obrigadas a conhecer, cumprir e fazer cumprir os presentes Protocolos e Rituais em todos os seus pormenores” (PROTOCOLOS).

Os Protocolos e Rituais editados para regulamentar as práticas dos militantes integralistas tinham por objetivo: “Codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus Regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas e fixar honras, regalias, direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigma” (PROTOCOLOS).

Todo e qualquer militante integralista era controlado por esta legislação que previa as regras, o comportamento e as ações a serem adotadas como *Regras de Conduta*, durante o *Juramento Solene* e nas *Festas Integralistas*, prevendo inclusive normas específicas para batizados, casamentos e falecimentos. Ou seja, a conduta do Integralista era prevista e normatizada desde o seu nascimento até a sua morte.

As militantes da AIB não escapavam a essas normatizações, também tinham sua participação formatada pelos Protocolos Integralistas. O uniforme, os adereços passíveis de serem utilizados, a forma de se portar, todos os detalhes da sua militância eram prescritos pela AIB. Segundo Cavalari (1999), a presença da Doutrina, por meio dos ritos a serem seguidos e dos símbolos adotados, era constante e acompanhava os militantes por toda a vida. Todos os espaços eram ocupados; todas as ações vigiadas e regulamentadas.

Neste sentido, a doutrina estava presente nos acontecimentos mais relevantes, seja da vida pública ou pessoal dos militantes, de forma que para o movimento não havia distinção entre as esferas pública e privada. Ao contrário, o privado era transformado em público via internalização da Doutrina nos lares dos militantes.

Além dos ritos, também os símbolos eram utilizados pelo integralismo como meio de doutrinar e disciplinar seus quadros. Eram considerados como símbolos integralistas o Sigma, a Bandeira e o distintivo, embora o Símbolo por excelência do movimento fosse o Sigma, que se reafirmava na bandeira e no distintivo.

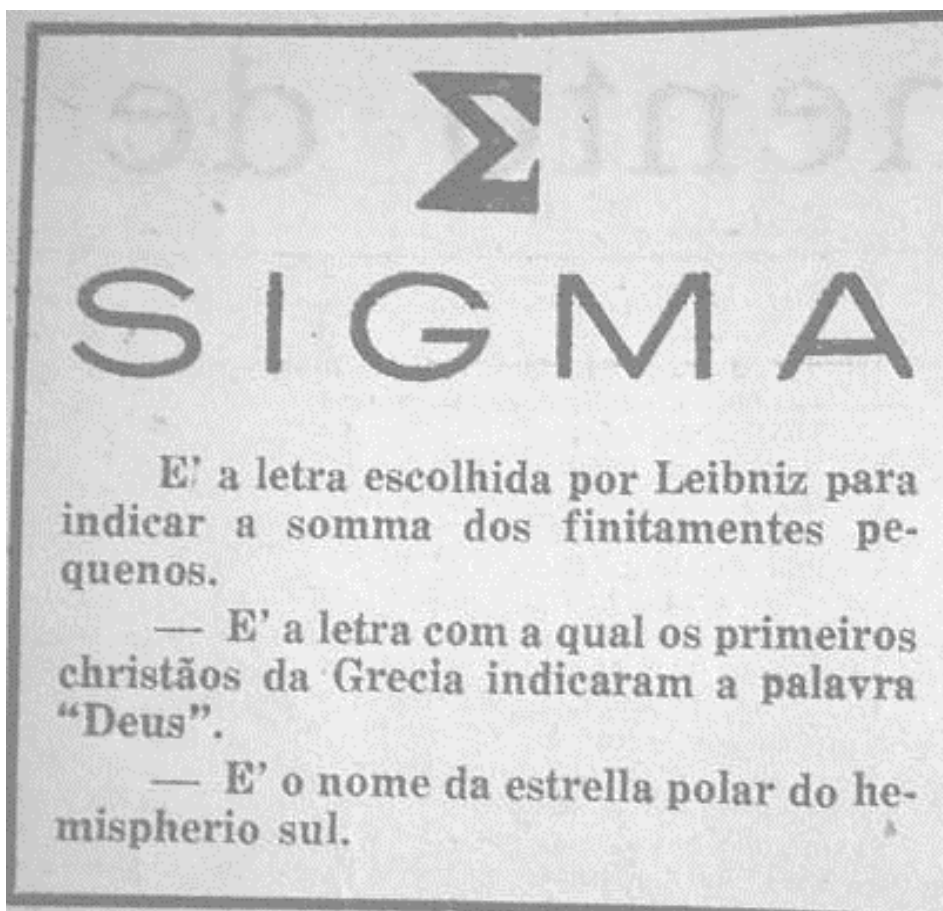


Figura 10: Sigma. (FONTE: MONITOR, p.1, dez 1934).

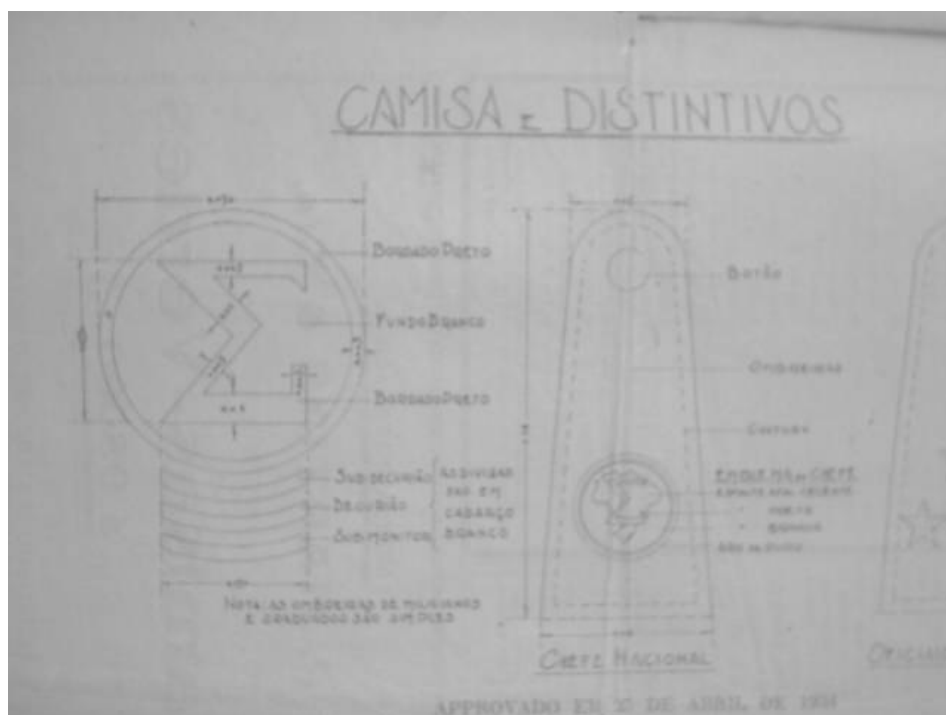


Figura 11: Estruturação da Camisa e do Distintivo Integralista. (FONTE: MONITOR, p.10, maio de 1937).

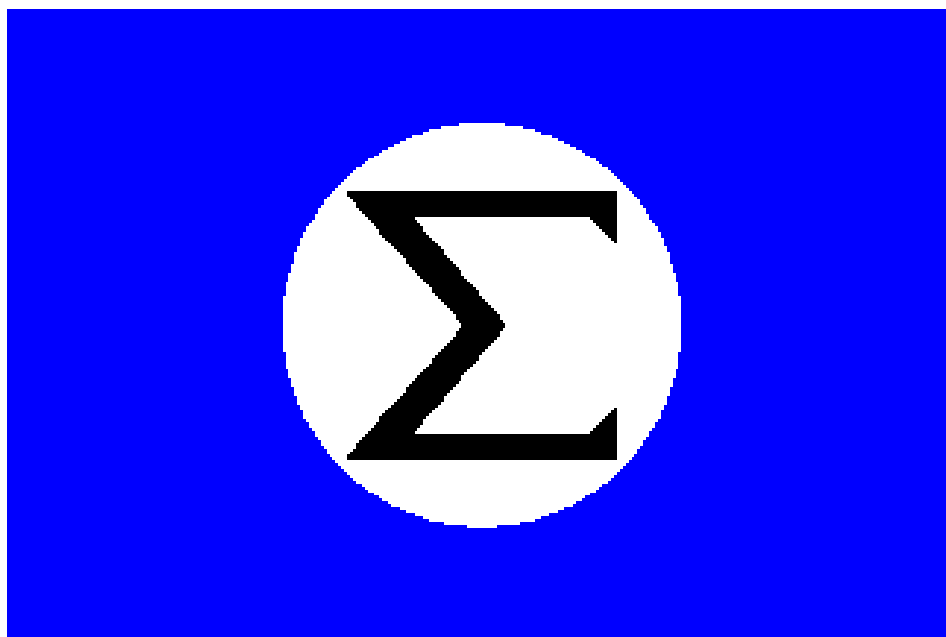


Figura 12: Bandeira Integralista. A bandeira integralista (Bandeira Azul e Branca) possuía as seguintes características: em campo azul real, uma esfera branca, ao centro da qual se destaca um Sigma maiúsculo, em cor preta. (FONTE: <http://www.integralismo.org.br> em 18/11/2006).



Figura 13: Braçadeira Integralista. (FONTE: <http://www.integralismo.org.br> em 18/11/2006).

Um outro elemento que formava a indumentária integralista era o uniforme, também um dos símbolos do Movimento. Tinha por função abolir as diferenças, homogeneizar e classificar diferentes segmentos no interior do Integralismo, pelas insígnias.



Figura 14: Uniforme “Camisa-Verde”. (FONTE: MONITOR, p.11, dez 1934).

Para corroborar com os ritos e símbolos integralistas encontramos ainda o gesto e a saudação integralista – *Anauê*⁶³.

⁶³ “O gesto integralista, que servia para saudações, continências, reverências, sinal de alegria e todas as provas de respeito dos ‘camisas-verdes’, era feito com o soerguimento brusco do braço direito, até a posição vertical; palma da mão voltada para a frente, com os dedos unidos; braço esquerdo arriado naturalmente.

O gesto integralista, que a pessoa deveria praticar em pé, poderia ser individual ou coletivo e ser efetuado com a pessoa parada ou em movimento. Caso a pessoa estivesse doente ou impossibilitada de levantar-se, se estivesse a cavalo ou em qualquer outro veículo, poderia fazê-lo sentada, desde que o gesto não fosse dirigido às Bandeiras Nacional e Integralista ou ao Chefe Nacional.

A Saudação integralista era um sinal de respeito às autoridades e objetos veneráveis e uma saudação fraterna para os companheiros de igual categoria, era feita através de gesto e da exclamação da palavra *Anauê*, um e outro se complementando simultaneamente.

Como apontado, a rede integralista formada pela palavra impressa era acrescida pela palavra falada e, representada pelas sessões doutrinárias, pelos ritos e pelos símbolos integralistas. Por estes artifícios a AIB pretendia fechar o círculo em volta dos seus militantes, não deixando espaço para variações ou contestações da sua doutrina.

Com vistas à implantação do Estado Integral, por meio de suas estratégias de arregimentação e unificação dos seus quadros de militância, procurava-se desenvolver a formação para a obediência, a ordem, a hierarquia, o respeito e o cumprimento do dever, além do amor à Pátria e ao Movimento. Tais objetivos eram almejados pelo desvelo ardente da AIB em relação à normatização e à minúcia de atos, gestos, falas, comportamentos e atitudes que se consubstanciavam na repetição, na vigilância, no controle, na imitação, na punição, na premiação e na recompensa (CAVALARI, 1999).

O discurso e as estratégias integralistas foram bastante eficazes, fixando-se no imaginário de determinados segmentos sociais a ponto de permanecerem ‘vivos’ até hoje.

A AIB foi politicamente desmobilizada a partir de 1937, mas sua doutrina permanece na memória de uma militância mais tradicional que ainda tenta na atualidade reerguer o Movimento. Em outubro de 1990 foi realizado um congresso integralista em Belo Horizonte visando fundar o Partido da Ação Integralista Brasileira (PAIB). Além disso, apontamos à criação do Centro de Estudos e Debates Integralistas – CEDI –, criado em 01/09/99, tendo como finalidades básicas o estudo, o debate e o esclarecimento da doutrina integralista para todos os brasileiros, com o intuito de resgatar as injustiças feitas desde a

A palavra *Anauê*, de origem Tupi, que era usada como saudação e grito de guerra dos índios daquela tribo, tinha uma conotação afetiva e significava *você é meu parente*.

A escolha de tal palavra pela AIB, como aclamação da saudação integralista em ‘louvor ao Sigma’, justificava-se no integralismo ser *grande família dos ‘camisas-verdes’ e um Movimento Nacionalista, de sentido heróico*. A Exclamação da palavra *Anauê* servia ainda, para *exaltar, consagrar e manifestar alegria*. (CAVALARI, 1999, p.199-200).

implantação do Estado Novo (1937/45) ao integralismo, aos integralistas e ao seu chefe nacional. O CEDI realiza reuniões doutrinárias e periódicas entre seus membros, mantém sites na internet com informativos, textos, artigos integralistas e um jornal denominado *Informativo CEDI*.⁶⁴

Esses aspectos nos levam a pensar na probabilidade de uma nova rearticulação do movimento, pois sabemos que persistem, até os dias de hoje, movimentos que reativam os ideais da AIB e dão continuidade a seus projetos por sites na Internet⁶⁵ e jornais, arregimentando adeptos, organizando núcleos integralistas e promovendo encontros entre simpatizantes do Discurso de Plínio Salgado e da Doutrina da AIB. Abaixo, na Figura 15, veiculamos um folder de um desses encontros, promovido pela Frente Integralista Brasileira – FIB⁶⁶:

⁶⁴ Ver: <http://www.integralismo.org>

⁶⁵ · <http://www.integralismo.com>
 · <http://www.integralismo.org>
 · <http://www.anaue.cjb.net>
 · <http://www.anauefoz.hpg.com.br>
 · <http://www.geocities.com/anauerp>
 · <http://www.cehp.hpg.com.br>
 · <http://www.geocities.com/anauebarueri>
 · <http://aib.freemove.com>
 · <http://www.geocities.com/Heartland/Pines/4983>

⁶⁶ Ao defender o Integralismo no Século XXI a F.I.B propõe rearticular os pressupostos da AIB nos dias atuais. Tais conclamações podem ser observadas no site: <http://www.integralismo.org.br>



2º Congresso Nacional Integralista

São Paulo

**Integralistas,
não deixem de participar do segundo
Congresso Nacional Integralista!**

23/09 a partir das 10:00 horas

Pça. da República, 128 - 2º andar

www.integralismo.org.br

Figura 15 – Folder 2º Congresso Nacional Integralista, realizado em 23/09/2006.

Essa constatação da permanência do discurso da AIB até os dias de hoje demonstra a relevância do discurso integralista e sua penetração no imaginário das massas, a ponto de manter suas bases ideológicas até a atualidade, as quais ganham mais força diante da grave crise do país frente às perspectivas do neoliberalismo, bem como dos escândalos de corrupção e da crise política na qual nos encontramos ao longo dos últimos anos.

3.3 As Representações e Imagens Construídas Pela AIB.

A máquina de propaganda operacionalizada pela AIB com o uso constante da palavra impressa – livros, jornais, revistas e folhetos – e da palavra falada – rádio e sessões doutrinárias – buscava, constantemente, adentrar ao imaginário das massas de maneira a ressignificar suas representações sociais⁶⁷ acerca do mundo que as rodeava.

Analisar as representações coletivas construídas pela AIB permite atingir elementos que não podem ser evidenciados de outra forma. O conceito de representação é entendido por Roger Chartier (1990) em uma tripla dimensão: incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social em que as mesmas acabam por estruturar os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; são presentificadas em um representante de uma identidade ou de um poder; abarcando um conjunto de idéias, imagens e formas simbólicas.

Segundo Guareschi e Jovchelovitch (2003), as representações sociais estabelecem uma síntese entre fenômenos que, em nível da realidade, estão profundamente ligados, sendo que a dimensão cognitiva, afetiva e social está presente na própria noção de

⁶⁷ Nos últimos anos, o conceito de representação social tem aparecido com grande frequência em trabalhos de diversas áreas. Este conceito atravessa as ciências humanas e não é patrimônio de uma área em particular. Ele tem fundas raízes na sociologia, e uma presença marcante na antropologia e na história das mentalidades. Em suma são constituídas por informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc. (ARRUDA, 2002).

representações sociais. O fenômeno das representações sociais diz respeito à construção de saberes sociais e envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão.

Para os autores, “tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social”. A sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2003, p.20).

Segundo eles, “é quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades, que as representações sociais são formadas” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2003, p.20).

No caso particular da AIB, as pessoas se reuniam para falar e argumentar sobre o cotidiano e o futuro da nação durante sessões solenes, bem como influíam na construção das representações sociais dos seus militantes por meio das informações, conceitos e conteúdos veiculados pelos livros e pela imprensa integralista.

Especificamente, os elementos envolvidos na utilização e na eficácia relativa aos meios de comunicação de massa têm sido um objeto de investigação para a teoria das Representações Sociais.

Desta forma, após analisarmos o material coletado, tornou-se visível que os escritos integralistas, somados às sessões doutrinárias, eram os principais elementos

formadores das representações sociais dos militantes sobre o integralismo, bem como sobre os inimigos eleitos pela AIB – o comunismo e a social-democracia.

Ao nos remeter, em particular, à militância feminina na AIB, podemos apontar que suas *representações coletivas* se referem às categorias de pensamentos pelas quais um determinado grupo social expressa ou interpreta a sua realidade.

Para Minayo (2003, p.90), “na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa. Portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual”. Neste sentido, por suas ações, a AIB buscava unificar e homogeneizar a consciência das suas fileiras de militância, de forma a minimizar as consciências individuais e sobressair a consciência coletiva.

De um lado as representações sociais “conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social” (MINAYO, 2003, p.90).

Assim, podemos constatar que a ideologia integralista se reproduzia constantemente entre os adeptos da AIB, permanecendo concretizada nos imaginários, visto que ainda apresenta remanescentes contemporâneos.

Enquanto imagens construídas sobre o real, as Representações Sociais dos militantes e das militantes integralistas se manifestaram em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizaram como verdades nas mentes da AIB.

Por sua máquina de propaganda, a AIB buscava constantemente criar uma consciência de unidade entre seus militantes, bem como inculcar significados, valores e prerrogativas de comportamento entre seus adeptos. Esse desejo integralista pode ser observado em uma publicação veiculada no *Monitor Integralista* em outubro de 1937, intitulada: *As Realizações da AIB*.

Com tal publicação, o objetivo da AIB era enaltecer suas realizações, ressaltar a grandiosidade e a superioridade do movimento frente às demais instituições espalhadas pelo país, formatando assim o pensamento dos seus adeptos e unificando as “visões” sobre o movimento.

Nas palavras da AIB “a obra realizada pelo Integralismo no Brasil em cinco anos de intensa atividade e através de toda a sorte de dificuldades, perseguições e injustiças, é grandiosa e sem precedentes na história do país” (AS REALIZAÇÕES, 1937). Assim, ressaltava-se a força do movimento, que se vangloriava de ser capaz de transpor obstáculos e se lograr vencedor.

A superioridade do movimento também era ressaltada na medida em que “estimulados e fortalecidos pela mística da Pátria, pelo ideal cristão e pelo amor à família, os integralistas conduzidos pela mão firme de seu chefe”, Plínio Salgado, “edificaram essa formidável obra político-social que é o movimento do Sigma, o maior em extensão e profundidade, e o mais coeso até então realizado no continente sul-americano” (AS REALIZAÇÕES, 1937).

A soma de 1.500.000 integralistas e 3.600 núcleos eram divulgados com ostentação e orgulho de ser o primeiro partido de massas do país. Afirmava que

não há mais no país nenhum município ou cidade onde não exista um Núcleo integralista, ao menos, em coordenação. Para dar uma idéia de força de penetração do Sigma, basta citar o exemplo do Núcleo Fernando de Noronha, instalado numa ilha a 360Kms. do litoral e constituído de ‘Camisas-Verdes’ entusiastas, o do Núcleo do índios da fronteira com a Colômbia, fundado pelo Cap. Guiomard Santos, que ensinou aqueles nossos silvícolas a cantar o Hino Nacional e a erguer o braço em saudação ao Brasil, o de Núcleos instalado nos confins do Acre e de Goiás e, finalmente, o do Rio das Garças, nos garimpos do Mato Grosso (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Além disso, mostravam a estrutura funcional dos núcleos, visando a ressaltar sua capacidade organizacional:

todos esses 3.600 Núcleos (Sedes Provinciais, Municipais, Distritais e Rurais), tem numeroso pessoal para o seu funcionamento. Na sua maioria, tem cada um deles: 1 Chefe, 9 Secretários, 6 Diretores, 4 Chefes de Divisão e 2 Chefes de secção, além de outras autoridades. Admitindo, porém, (uns pelos outros) que cada um desses 3.600 Núcleos tenham apenas: 1 Chefe, 4 Secretários, 3 Diretores e 2 Chefes de Divisão, isto é, menos da metade do pessoal necessário aos seus serviços temos: $1 + 4 + 12 + 24 = 41 \times 3.600 = 147.600$. Se adicionarmos àquela cifra as autoridades do âmbito nacional, a Câmara dos 40, a Câmara dos 400 e outros órgãos coletivos da AIB, teremos 150.000 autoridades integralistas ocupadas na direção e nos serviços do Movimento. Nenhum outro organismo no Brasil ocupa tão numeroso pessoal (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Dentre as 150.000 principais autoridades do Sigma um grande percentual era ocupado pelas mulheres – “nesse exército de 150.000 autoridades do Sigma, contam-se 36.000 senhoras, ‘Blusas-Verdes’, empregadas na direção dos serviços da Secretaria de Arregimentação Feminina e Pliniana” (AS REALIZAÇÕES, 1937).

A função dessas 150.000 autoridades era manter “a mais perfeita unidade de pensamento e de ação” articulando e orientando um milhão e meio de brasileiros sob a bandeira do Sigma, bem como garantir “o mesmo ritmo de vida, a mesma mística do pensamento em toda a imensurável extensão geográfica da Pátria” (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Além disso, “em todos os núcleos integralistas existentes no país, ensina-se aos analfabetos a ler e a todos os brasileiros a conhecer e a amar o Brasil” (AS REALIZAÇÕES, 1937). Pela alfabetização, empreitada exclusivamente feminina, a AIB procurava angariar mais votos nas urnas, como também instrumentalizar seus militantes para entrar em contato com a sua doutrina.

Também foi notável a obra de assistência social que realizou o Integralismo em todo o país. “O movimento mantém, funcionando, normalmente, centenas de lactários, postos médicos, enfermarias e ambulatórios, destinados às populações pobres” (AS REALIZAÇÕES, 1937).

Enfim, com a publicação das Realizações da AIB no *Monitor Integralista*, ressaltava-se a grandiosidade das ações integralistas, exaltava-se a grandiosidade do movimento que se auto denominava como o maior movimento social, cultural e político do país. Tudo isso com o intuito de adentrar nas mentes dos militantes e infundir em suas consciências as representações necessárias para que o Movimento pudesse seguir em frente.

Uma outra estratégia da AIB era a produção de imagens sobre o integralismo. É muito comum ouvirmos ou lermos atualmente que a história contemporânea é feita de imagens. Para Sombra e Guerra (1998, p.02),

hoje em dia, em qualquer canal de TV a cabo, podem ser vistos os principais fatos que abalaram a história da humanidade, em documentários que, num mosaico de cenas em movimento e fixas, nos colocam como testemunhas oculares da história. As imagens se multiplicam em cores, linhas e sinais, traços, bytes, e em sua capacidade de representar. A própria fotografia, que dentre a comunidade de imagens técnicas já pode ser considerada uma anciã, com quase 160 anos, não escapou das inovações tecnológicas introduzidas pelos processos de informatização.

Ao observarmos a imagem abaixo podemos levantar uma série de questões e suposições acerca do contexto histórico, do momento e das conjunturas sociais nas quais ela foi produzida. Além disso, cientes da intencionalidade presentes nos materiais iconográficos, podemos nos questionar, buscando respostas nas demais fontes disponíveis: Quais são os objetivos por trás dessa imagem? Qual intencionalidade permeou a sua construção? Criar uma representação de seriedade e força? Ou simplesmente retratar um momento?



Figura 16: Dirigentes e militantes da AIB. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Na figura 16 observamos uma fotografia do espaço urbano retratando dirigentes e militantes da AIB. Trata-se de uma fotografia posada, evidenciando a intencionalidade de retratar a organização dessas pessoas, além de garantir um controle da qualidade da imagem. Nesta fotografia, como também na grande maioria das imagens coletadas, há uma massificação dos indivíduos retratados. Ou seja, os militantes são representados de forma

homogênea, não havendo espaços para as individualidades de cada um, somente para a militância. Uma imagem como essa, em que a disposição das pessoas é quase milimetricamente encadeada, evidencia o caráter hierarquizador e disciplinador que a AIB tentava implantar em seus adeptos. A veiculação dessa fotografia, nos meios de comunicação da época, ressaltaria o caráter de unidade presente na ideologia integralista.

O mundo de imagens pressupõe que se pense a sua história em compasso com a da humanidade, que vem, ao longo dos tempos, se comunicando por imagens. Neste sentido, “a dimensão de historicidade inscrita nesta perspectiva sugere que pensemos a fotografia não como algo que produza um sentido em si mesma, mas como resultado de um ato que a fundamenta. Uma imagem-ato que necessita de um sujeito, de alguém que arbitre a hora de fixar a imagem e marcar as presenças”. As imagens produzidas pela AIB trazem uma significação que necessita ser interpretada. “Aquele ‘isto foi’, que nos restou como vestígio, é resultado de uma escolha” (SOMBRA; GUERRA, 1998, p.3).

Anteriormente ao trabalho com as fotografias, estávamos cientes que “antes e depois da sua gênese automática, a fotografia é mediada por atos culturais, regras elaboradas pela sociedade que a produz. É o resultado de um investimento de trabalho significativo, no continuado processo de produção de sentido social. Portanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora existe muito mais do que os olhos podem ver”. Os textos visuais, dentre eles a fotografia, envolvem um jogo de expressão e conteúdo que envolve necessariamente três componentes: o autor, um leitor e o texto propriamente dito. (SOMBRA; GUERRA, 1998, p.3).

Assim, frente a tais constatações, optamos pela análise de algumas imagens produzidas pela ou sobre a AIB. Para tanto selecionamos algumas fotos da coletânea

organizada por Sombra e Guerra (1998), *Imagens do Sigma*⁶⁸, bem como algumas fotografias encontradas em álbuns particulares preservados pelo Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.



Figura 17: Plinianos de Uberlândia, MG, 1937. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

A Figura 17, uma fotografia tirada no interior de uma casa, retrata quatro plinianos, em ordem crescente, todos cuidadosamente uniformizados e higienizados, evidenciando, assim, a perspectiva imposta pela AIB: arregimentar crianças, buscando manter o contingente de militantes e formando sucessores à causa integralista por várias gerações.

⁶⁸ “A publicação reúne as fotos mais significativas e expressivas da Série Integralismo, produzidas e/ou apreendidas pelos órgãos de repressão política e social. São passeatas, desfiles, dirigentes, militantes, eventos sócio-culturais e outros, que registram o desempenho da Ação Integralista Brasileira” (SOMBRA & GUERRA, 1998, p.01).

Podemos observar que as crianças também eram alvos da AIB nas tentativas de se doutrinar e disciplinar desde seu nascimento por meio da convivência cotidiana com a ideologia, com os ritos e com a simbologia do Movimento. Como nos mostra a imagem, até as crianças eram passíveis de serem uniformizadas e carregar o Sigma estampado em seus ombros.

Já na Figura 18, podemos identificar várias famílias integralistas, demonstrando a união no interior do Movimento. Com esta imagem a AIB incitava o surgimento de representações que valorizassem o sentido e o valor da família para a ideologia integralista, visto que a família, responsabilidade feminina, era a célula fundamental do Estado Integral almejado pelo Movimento.

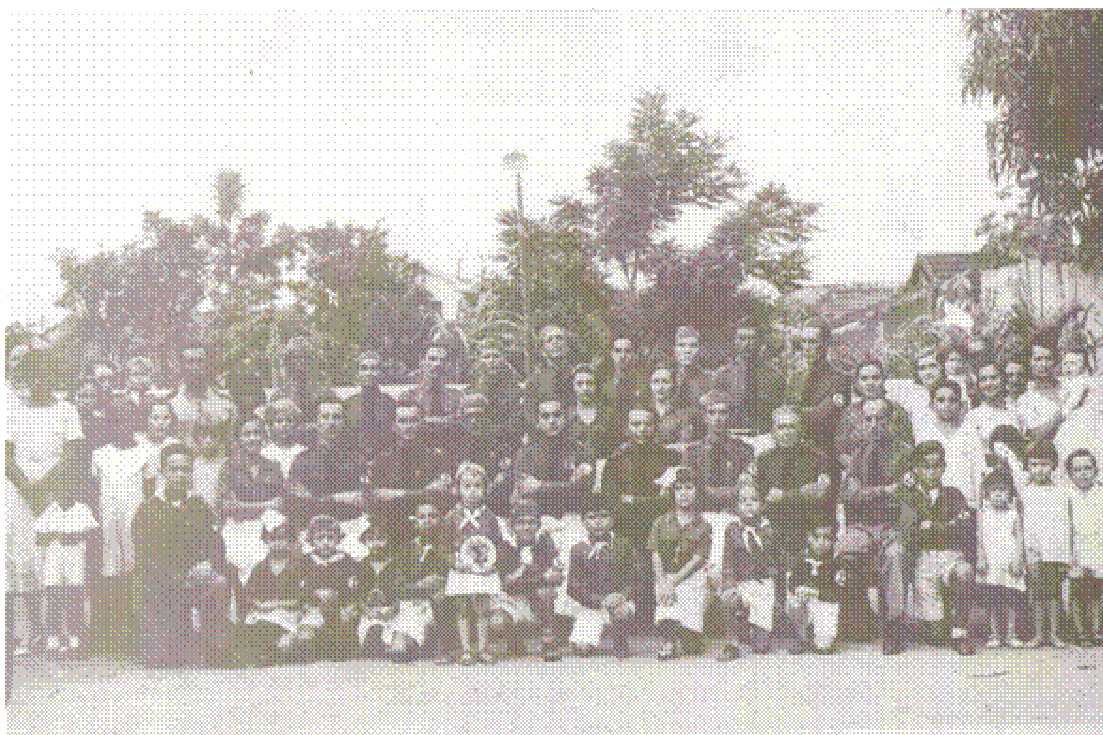


Figura 18: Militantes e Plinianos. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Enquanto isso, na Figura 19, observamos a presença de um negro em meio a uma cerimônia integralista. Compondo a simbologia da reunião, no fundo da foto estava a

Bandeira do Brasil, a Bandeira Integralista, a imagem de Plínio Salgado e o Sigma. Isso contribuía para levar as pessoas a questionarem as premissas que caracterizavam a AIB enquanto uma agremiação racista e reforçava o caráter de pluralidade cultural pretendido pelo movimento. Note-se que o retrato do chefe nacional, que se encontra ao fundo e ao centro, as bandeiras brasileira e do Sigma, alinhadas com o símbolo do Sigma entre elas, constituíam a simbologia do movimento, a qual se concretizava no imaginário das massas, que muitas vezes as introduziam em seus lares, representadas por objetos como o disponível na Figura 20.



Figura 19: Votação do Núcleo do Engenho Novo, Rio de Janeiro, DF. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).



Figura 20: O Sigma na vida privada da militância integralista. Exposição comemorativa do 25º aniversário de fundação da AIB, 1957. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

A figura 20, uma fotografia tirada 25 anos após a fundação da AIB, ou seja, 18 anos após Vargas ter suprimido todos os partidos políticos – 1937 – retrata um grupo de ex-militantes e ex-simpatizantes integralistas expondo alguns dos objetos criados pela AIB com a intenção de politizar o espaço privado, adentrando no cotidiano dos seus militantes. Devido ao fato de os objetos terem sido conservados e preservados por este período significativo de tempo, podemos inferir que a AIB foi bem sucedida, a ponto de não apenas garantir alguns dias ou meses dentro das mentes e dos lares da sua militância, mas de se perpetuar pela história.

Uma das estratégias da AIB para arregimentar e unificar seus militantes consistia na assistência social. Uma de suas campanhas centrava-se na distribuição de alimentos. Na Figura 21 encontra-se retratado um desses momentos. Com sacolas personalizadas, a AIB distribuía alimentos aos mais necessitados. Com isso, permeava no imaginário do povo, a idéia de um movimento preocupado com as desigualdades sociais.



Figura 21: Distribuição de alimentos. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Na figura 21, também uma fotografia posada, aparecem retratados militantes integralistas exercendo uma das ações filantrópicas do Movimento: a distribuição de alimentos aos mais necessitados. Ao fundo, fixado na parede uma placa com os dizeres: “Integralista é o soldado de Deus e da Pátria. O homem novo do Brasil que vai construir uma grande nação. Plínio Salgado”; tais dizeres reforçam a necessidade de o Integralista ser íntegro, solidário e fraterno. Neste sentido, ajudar o próximo, além de ser uma tática da arregimentação, era uma tarefa que almejava o aprimoramento e a melhoria da Nação. As ações filantrópicas, apesar de serem direcionadas às mulheres, deveriam ser realizadas por todos os integrantes do movimento. Como observamos na imagem, tanto homens quanto mulheres participavam da distribuição dos alimentos. Tendo em vista a propaganda política do integralismo, até mesmo as sacolas nas quais eram embaladas as doações apresentavam o símbolo da AIB – o Sigma.

Na Figura 22 e 23, com a cristalização das imagens relativas a dois casamentos, percebemos como a AIB permeava todos os instantes da vida de seus militantes. Do público ao particular, o integralismo estava presente no cotidiano de seus adeptos. Note-se que os uniformes usados pelos presentes era de fato uma determinação dos Protocolos e Rituais da AIB, que exigia o seu uso, inclusive em ocasiões festivas e solenes. Encontramos ainda as bandeiras brasileira e integralista enquanto uma demonstração dos símbolos integralista presentes no cotidiano dos militantes. Além disso, as imagens provenientes do casamento da filha do chefe nacional serviria como exemplo a ser seguido, inquestionavelmente pelos demais integrantes das fileiras do Movimento. A questão do uniforme usado no casamento é bastante instigante: apenas o homem ia uniformizado para a solenidade, já a mulher ia vestida de branco, de noiva, o que reforça o mito da feminilidade e, concomitantemente, o gênero no interior da AIB.

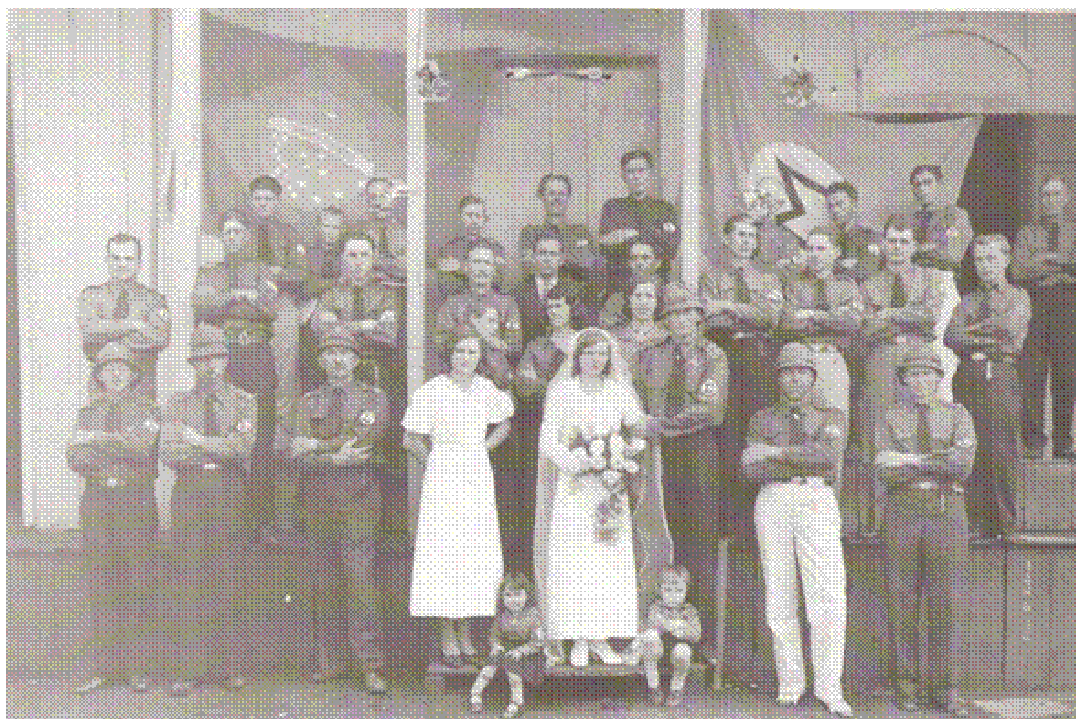


Figura 22: Casamento de Adolfo Kist, Resende, RJ. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).



Figura 23: Casamento de José Loureiro Júnior e Maria Amélia Salgado, filha do chefe nacional, 1937. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Um outro momento repleto de significações e representações encontra-se retratado na Figura 24: imagens do enterro de um militante morto em um confronto entre integralistas e antifascistas em São Paulo em 1934. Concretizados nesta fotografia estão elementos capazes de representar o Integralismo enquanto uma agremiação que engloba a totalidade da vida dos seus militantes. Certos resquícios de solidariedade, hombridade e fraternidade encontram-se concretizados nesta imagem. O Sigma e a presença de Plínio Salgado ao centro denotam a relevância da ocasião para os integralistas.



Figura 24: Enterro de militante, morto por ocasião do confronto entre integralistas e antifascistas na Praça da Sé, São Paulo, 07/10/1934. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Apesar de ser uma fonte de caráter fundamental, a fotografia política pode mentir e iludir. No entanto, “o importante não é descartar a mentira e a ilusão numa crítica ingênua, como se todos os documentos falassem somente a verdade”. Desta forma, “o importante é pensar, no processo de produção da imagem, as condições de produção da mentira e da ilusão e buscar saber porque e para que mentir e iludir” (SOMBRA; GUERRA, 1998, p.9).

Assim, as belas imagens captadas pelas lentes integralistas tinham um objetivo certo: internalizar o imaginário das massas, concretizando e formatando representações em seus militantes. Ao observarmos sublimes traços veiculados nas fotografias da AIB não podemos nos deixar levar pela aparência. Todas apresentavam uma intencionalidade.

**CAPÍTULO IV – PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DAS
MULHERES NAS FILEIRAS DE MILITÂNCIA DA AIB.**

A partir do contexto histórico-social dos anos 30, das estruturas hierárquicas da AIB e das perspectivas evidenciadas por uma nova história política, pode-se perceber a presença de outros sujeitos na encenação política brasileira. Dentre eles, as mulheres militantes da AIB que extrapolaram os ideais femininos priorizados pela agremiação e encontraram brechas para atuarem ativamente na vida social e política da sociedade brasileira dos anos 30.

A revisão historiográfica das últimas décadas “alterou de forma substancial uma certa matriz de pensar as relações de dominação na sociedade brasileira, propondo uma nova interpretação que sofisticava a dinâmica política existente no interior das relações entre dominantes e dominados”. Assim, o alcance dessa revisão “é grande e profundo, pois transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, politizando uma série de ações e introduzindo novos atores como participantes da política”. Em nosso caso, especificamente o das militantes integralistas. A nossa proposta, portanto, “amplia o que se pode entender por ação política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais como a brasileira”. (GOMES, 2005, p.21).

Ampliamos o que se pode entender por ação política, pois recusamos a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural, e privilegiamos abordagens que ressaltam variáveis políticas e culturais, para um melhor entendimento das relações sociais construídas entre homens e mulheres no interior do Movimento integralista. Desta forma, introduzimos categorias consideradas eficazes em valor explicativo: é o caso da categoria Gênero.

Segundo Possas (2004b, p.121), “o enfoque cultural faz emergir o mundo das experiências coletiva e individual de mulheres e homens. As diferenças sexuais podem ser

percebidas, as singularidades e as individualidades a partir de diferentes lugares e momentos em uma determinada realidade social e como são construídas, pensadas e lidas”.

Para Gomes (2005, p.24), “com isso, a análise dos processos sociais se ‘abre’ à intervenção dos atores neles presentes, sendo aí crucial uma segunda recusa teórica”. Essa recusa proposta pela autora é bastante significativa para o nosso trabalho na medida em que “ela diz respeito ao abandono de modelos que trabalham com a relação de dominação – no mundo econômico, político ou cultural –, a partir da premissa de que o dominante é capaz de controlar e anular o dominado, tornando-o uma expressão ou reflexo de si mesmo”. Tal recusa “significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e ‘coisificação’ de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não ‘anulam’ os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados”.

Desta forma, se pensarmos as relações estabelecidas entre homens e mulheres no seio do movimento integralista, enquanto uma relação respectivamente de dominantes e dominados, podemos apontar que as mulheres não foram “anuladas” pelos homens. Não perderam seus anseios e objetivos. Elas foram sim limitadas por essas relações, visto o extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados, mas encontraram espaços para manifestarem seus ideais. Nesta perspectiva podemos evidenciar as mulheres integralistas como sujeitos de sua própria história, e abandonar abordagens simplistas, dicotômicas e teleológicas.

Essa perspectiva de trabalho é corroborada tanto pelo tipo de fontes descobertas e utilizadas, quanto pelo tipo de questões formuladas. Nesse aspecto específico, nosso

trabalho é beneficiado amplamente por uma literatura de história política, cultural e mesmo social⁶⁹.

Dentre tal literatura destacamos a obra de Thompson “pela contribuição que deu ao retomar o conceito de classe social, questionando sua reificação e toda uma lógica de determinação ‘em última instância’ do político e do social pelo econômico”. Na obra de Thompson, “a afirmação da centralidade dos valores e comportamentos de um grupo social, que se relaciona com a posição que ocupa no mercado de trabalho, mas não se esgota nela, foi fundamental para a valorização de questões que abarcavam a etnia, o gênero e as tradições culturais dos trabalhadores”. (GOMES, 2005, p.25).

A categoria “experiência”, que coloca a vivência dos atores históricos em cena, traduz, por excelência, a forma como Thompson influenciou e influencia diversos trabalhos historiográficos nas últimas décadas. Então, ao tentar apreender e interpretar as experiências sociais das mulheres nas fileiras de militância da AIB, colocamos em cena atores históricos que participaram da organização do primeiro partido de massas do país. Desta forma, não só procuramos politizar várias ações antes destituídas dessa dimensão (práticas cotidianas), como entendemos que no interior dessas relações entre homens e mulheres no interior do Movimento Integralista, existiam hierarquias e relações de poder. As relações de poder estabelecidas no interior da AIB eram dadas não como um monopólio dos homens, mas, como veremos adiante, existia também, o poder exercido pelas mulheres, o que não elimina a situação de desigualdade entre os participantes. Colocamo-nos, portanto, diante de duas importantes categorias científicas: Representações e Relações de gênero. Assim, ao procurarmos explicar e interpretar o comportamento político e as experiências femininas na AIB, privilegiamos suas concepções, lógicas cognitivas, vivências e sensibilidades.

⁶⁹ Dentre tal literatura destacamos as obras: THOMPSON (1987); DARTON (1986); GINZBURG (1987); SAHLINS (1979) e (1987); BURKE (1992); CHARTIER (1990) e (1994).

Contudo, o trabalho com Representações é bastante complexo, visto que não é fácil identificar como uma determinada realidade é dada a ver, o que é viabilizado pelas representações sociais, vislumbrando as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 1990, p.17).

As representações do mundo social enquanto construções, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”. Assim, ao esmiuçarmos as representações das militantes integralistas, percebemos o quanto foram forjadas pelas relações de gênero no interior da AIB. (CHARTIER, 1990, p.17).

Neste sentido, compreende-se que as percepções do social veiculadas pela AIB “não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor a autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. A investigação sobre as representações cunhadas na militância integralista “supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Neste cenário, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (CHARTIER, 1990, p.17).

A subjetividade das representações integralistas nos leva a considerar tais representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas que têm por objetivo

a construção do mundo social e, como tal, a definição contraditória das identidades dos outros e da sua mesma. (CHARTIER, 1990).

As representações integralistas do mundo social, à revelia dos seus atores sociais, traduzem as suas posições e interesses confrontados e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Tais representações são apresentadas não como algo concreto, mas simbólico, enquanto a extensão máxima fornecida ao conceito de símbolos para o qual remetem todas as formas ou todos os signos graças aos quais a consciência constitui a realidade. (CHARTIER, 1990).

Desta forma, as experiências e as representações das mulheres nas fileiras da AIB foram formatadas a partir do contexto histórico-social da época, que definia o “lugar da mulher”, acrescidas pelas possibilidades abertas pela AIB e complementadas pelos anseios estimulados pelo processo de modernização/modernidade dos anos de 1930.

4.1 Lugar das Mulheres nos Anos 30.

A visibilidade da mulher nas fileiras de militância da AIB é muito evidente no material iconográfico encontrado. Tal constatação é corroborada pelas Figuras 25 e 26 ao retratarem as militantes femininas do núcleo da Gamboa, Rio de Janeiro/DF, bem como a presença de uma militante no processo de votação do núcleo de Ingá, Niterói, RJ. Ambas destacam a participação feminina no Movimento Integralista. No entanto, as experiências das “blusas verdes” parecem estar permeadas de silêncios, e não é algo fácil de ser interpretado, já que tais experiências e participações não foram documentadas pela escrita, a não ser a criação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina, em 1936, pela AIB.



Figura 25: Integralistas do Núcleo da Gamboa, Rio de Janeiro, DF. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

A figura 25, ao retratar as integralistas do Núcleo da Gamboa, Rio de Janeiro, foca bem o caráter homogêneo e disciplinador da AIB. Como podemos observar, todas as mulheres estão dispostas em ordem, com os braços cruzados e, provavelmente, com a chefe do Departamento Municipal Feminino ao centro. No fundo, reforçando a simbologia integralista, visualizamos o quadro de Plínio Salgado em meio às Bandeira do Brasil e a Integralista, na tentativa de criar no imaginário das pessoas a representação de que somente ele, através do Integralismo, poderia salvar o Brasil.



Figura 26: Votação do Núcleo de Ingá, Niterói, RJ. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Já na figura 26 observamos uma militante integralista, uniformizada, em meio a uma votação. Observem que ela estava rodeada de homens, ou seja, evidencia que as mulheres também participavam das escolhas internas do Partido Integralista. Trata-se de uma fotografia não posada, na qual se revelam as minúcias da assinatura da Ata de Votação.

A fim de minimizar as dificuldades causadas pela ausência de uma documentação e ampliarmos as possibilidades abertas por nossas análises, procuramos perceber o “lugar” da mulher dentro da nova ordem anunciada pelos anos 30, já que as mesmas foram chamadas a integrar as fileiras de militância das agremiações partidárias e movimentos sociais, dentre os quais destacamos a AIB.

No fluir das transformações sócio-culturais dos anos 30⁷⁰, na medida em que as mulheres passam a assimilar novos valores e novas práticas sociais em decorrência dos desdobramentos que a modernidade introduzia na nossa sociedade, elas passam concomitantemente a exigir o seu lugar na vida pública e respectivamente na vida política-social do nosso país.

Essas mudanças de práticas, valores e representações sociais no comportamento das mulheres incomodaram conservadores e estimularam debates entre os diversos segmentos da sociedade. É possível observar alguns aspectos dessas mudanças e da redefinição dos papéis na sociedade brasileira observando ilustrações da época:



Figura 27: “Como foi educada a mãe como é educada a filha (1921)”. (FONTE: MALUF; MOTT, 1998, p.369).

⁷⁰ Já descritas e analisadas nas páginas anteriores.

Na figura 27 podemos visualizar, segundo as perspectivas de alguns críticos do período, alguns aspectos dessas transformações culturais de hábitos, valores e costumes em que estávamos imersos na época. Comparando a mãe com a filha, retratando algumas atividades culturais de ambas, observamos que a geração da filha encontra-se inserida nos ares da modernidade, próprios da primeira metade do século XX. A filha trocou o piano da mãe, um instrumento clássico, pelo bumbo, um instrumento mais adequado aos novos tempos. Cortou o cabelo, símbolo de feminilidade, encurtou a saia e passou a usar mangas curtas, ou seja, passou a mostrar o corpo, que antes estava escondido debaixo de mangas e saias compridas. Podemos inferir que foi uma tentativa de se adequar frente aos ares cosmopolitas.

Essa mulher do início do século XX, apresentada pela figura, passa a fumar, tem um professor de música inferior a ela devido à altura e a etnia, passa a dançar colada ao professor, enfim são uma série de transformações que atingem as mulheres, transformando seus valores e alterando seus papéis.

A alteração de papéis e as novas maneiras de as mulheres se comportarem tinham adentrado ao cotidiano de suas vidas, “a ousadia, no entanto, cobrava o seu preço: que a senhora soubesse conservar um ar modesto e uma atitude sério que a todos imponha o devido respeito” (MALUF; MOTT, 1998, p.369).

As mulheres não se calavam, denunciavam o seu inconformismo diante da imagem depreciativa na qual eram vistas e contra a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto às políticas, pois o comportamento das mulheres que fosse reivindicador de uma efetiva participação social era visto como uma ameaça à ordem constituída.

Assim, não se mediam esforços para disciplinar qualquer iniciativa por parte da mulher que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar. O fato de a mulher reivindicar seus direitos e sua participação social, de estar adentrando à vida pública ameaçava a ordem estabelecida incomodando, assim, as hierarquias sociais, fazendo com que se constituíssem várias formas de resistência a sua emancipação. Dentre essas, as mais eficazes, por mexerem com o imaginário e valores, encontramos as formas sutis de ironia e zombaria.

Desta forma, a sátira, a ironia e a zombaria eram utilizadas como um eficiente instrumento de descrédito das lutas femininas. “A utilização de discursos cômicos para desmoralizar a movimentação feminina, quanto à obtenção de direitos constituiu-se num instrumento de potencial inegável, com vistas à reconstrução cotidiana dos mitos da inferioridade e domesticidade feminina” (SOIHET, 2001, p.100).

Jornais e revistas da época veiculavam notícias com cunho de zombarias. A mulher que fugisse à esfera doméstica, não exercendo funções que lhe eram naturais, era alvo de discursos maliciosos e de zombarias, sendo identificada como, por exemplo: “A sogra”. A mulher que ousasse ultrapassar a sua esfera natural⁷¹ tinha a sua imagem denegrida e desprestigiada.

Um outro aspecto a considerar é o da ironia em que o autor de um determinado texto empresta-lhe um caráter satírico: “nele o autor, na verdade, procura demonstrar o que considera absurdo na pretensão de participação política, por parte das mulheres dotadas de bom senso e inteligência, buscando, caricaturalmente, assinalar o avesso da ordem das relações entre os gêneros” (SOIHET, 2001, p.100).

⁷¹ A esfera de obedecer ao marido, ser lhe fiel e cuidar dos filhos (SOIHET, 2001). Ou seja, a esfera de mãe, esposa e dona de casa.

Os textos irônicos eram destinados a precaver os mais sensíveis acerca dos prejuízos da ausência materna no lar. Neles, o quadro social habitual era invertido, acentuando a subserviência do marido e o autoritarismo da mulher. A caricatura foi, portanto, um outro recurso utilizado nesse processo, que buscava ridicularizar as mulheres que lutavam por seus direitos e reprimir novos anseios de participação da mulher no espaço público, fazendo críticas implacáveis às iniciativas das mulheres que visavam ampliar sua esfera de atuação, ultrapassando o âmbito da esfera privada que lhes era destinado em caráter exclusivo:

dentre as cenas que privilegia, busca realçar a incompatibilidade entre o exercício de atividades extra domésticas, o trabalho em especial, com as suas funções de mãe. Assim, na caricatura, intitulada 'A Mulher Policia', observa-se uma mulher gorda, pesadona, de rosto carrancudo, portando um uniforme policial, mas com uma criança no colo, dando de mamar, conjunto que assume um caráter grotesco (SOIHET, 2001, p.104).

Discursos como esse, tinham por objetivo desmoralizar as pretensões femininas de acumularem as duas funções: a de dona de casa, mãe e esposa; e a de mulher em atividade na vida pública. A busca da mulher pelo exercício da plena cidadania, particularmente a luta pelo voto, foi objeto de chacotas, a fim de ridicularizá-las (SOIHET, 2001).

A utilização desses instrumentos para reprimir os anseios não se limitava apenas aos homens. A crítica ao feminismo coube tanto aos homens como também às mulheres. Eram apresentadas à sociedade, e principalmente às próprias mulheres, imagens da mulher inserida no espaço público que se contrapunham ao ideal feminino, o que as levavam a rejeitar a sua inserção no feminismo e até a combatê-lo.

A sociedade, a fim de reprimir esses anseios femininos, instaurou um jogo de concessões. Quando a ela foi interessante e oportuno, instituiu o direito da mulher ao voto. A

lei vigente e ditada pelo Código Civil de 1916 declarava e reforçava a inferioridade da mulher casada ao marido. A ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem. Ao marido cabia prover a manutenção da família, já à mulher restava a identidade social de esposa e mãe. Estava clara e delineada a oposição entre esferas pública e privada e a quais sujeitos cabia cada uma delas.

A tentativa de emancipação das mulheres ridicularizava os homens, causando em suas representações atitudes voltadas contra a difusão de tal processo. A moça dos tempos modernos⁷² era o antípoda ameaçador do casamento, uma instituição tida pelos valores sociais como fundamental para a manutenção e existência de “boas relações humanas”.

Assim, as maneiras de formar, manter e reforçar a ordem social foram abaladas pelo movimento denominado de Revolução Técnica, Científica e Cultural (SEVCENKO, 1998). Existia um grande esforço de construir e difundir as representações do comportamento feminino ideal que limitavam seus horizontes aos “recônditos do lar”.

Na época, a independência da mulher não poderia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçasse a imagem da mulher mãe. Com as mudanças no comportamento feminino, criou-se toda uma resistência acerca do perigo representado pelas mulheres intelectualizadas, deixando claro que além dos males acarretados aos filhos, a competição que se desenvolveria entre homens e mulheres prejudicaria seu relacionamento, levando à ruína a ordem social estabelecida.

⁷² “A moça dos tempos modernos era a cheia de liberdades, de saia curta e colante, de braços e aos beijos com os homens, com os decotes a baixarem de nível e as saias a subirem de audácia, perfumadas com exagero[...]” (MALUF; MOTT, 1998, p. 390).

Assim, “havia, portanto, que se alertar acerca dos perigos advindos da participação feminina em esferas consideradas do domínio dos homens, expondo-os a situações incompatíveis com a sua natureza” (SOIHET, 2001, p.105)

A fim de reprimir essas alterações de papéis e práticas femininas, criou-se uma representação acerca das transformações do comportamento feminino, afirmando que apenas as mulheres frustradas lutariam por seus direitos e buscariam disseminar suas idéias. Esses discursos limitavam e inibiam as mulheres a buscarem seu lugar no espaço público.

Os discursos proferidos na época eram dirigidos a negar a emancipação feminina buscada por diferentes movimentos feministas e a reforçar a permanência da divisão de papéis entre homens e mulheres. Acrescente-se também que os desgostos provenientes do processo de apreensão da ordem pública por parte das mulheres podiam ser notados tanto nos grandes centros, nas metrópoles, como também nos pequenos municípios.

A luta pela emancipação feminina atraiu para si inúmeros esforços a fim de frear suas reivindicações e questionamentos. No Estado de São Paulo, o processo de conquista do espaço público pelas mulheres contou com uma conjuntura diferencial a seu favor, que foi a eclosão do Movimento Constitucionalista de 1932.

No decorrer de suas ações, esse movimento procurou arregimentar o máximo possível de indivíduos em prol da causa paulista de um discurso constituinte, e dentre eles encontramos a presença das mulheres.

Vários panfletos editados e veiculados durante o Movimento Constitucionalista, enfatizavam a participação, agradeciam e convocavam as mulheres a aderirem em prol a sua

causa. No entanto, suas atividades ficaram mais evidentes a ações assistenciais e beneficentes, como doadoras.

A participação das mulheres nesse Movimento considerado “revolucionário” veio reforçar novamente os papéis prescritos como naturais e novamente recaiu sobre as mulheres a predominância de ações filantrópicas. No entanto, essa participação representou um avanço na luta das mulheres em busca de maior visibilidade e atuação na vida política e social, podendo-se enfatizar que a militância feminina da AIB no Estado de São Paulo pode ter tido suas raízes no Movimento Constitucionalista de 1932.

Mesmo permanecendo o cunho filantrópico das atividades femininas, pode-se notar nos editoriais de grande parte dos jornais da época que estavam ocorrendo significativas mudanças quanto ao “lugar” das mulheres na sociedade. Cientes de que a sociedade brasileira dos anos 30 estava em meio a um significativo processo de transformação de práticas e valores sociais, no qual os costumes e os “lugares do feminino” estavam sendo amplamente atingidos, procuramos compreender como a AIB assimilou tais transformações, bem como as lacunas encontradas pelas mulheres na Doutrina Integralista, capazes de perpassarem em busca dos seus anseios e desejos.

4.2 A Militância Feminina na AIB.

Como visto, o integralismo apresentava-se como um movimento cultural que pretendia realizar um tipo diferenciado de revolução: a Revolução do Espírito. O pensamento integralista pressupunha a revolução espiritual e interior constantemente aludida pelos pensadores integralistas.

A cultura⁷³, na ótica integralista, seria construída pela “educação” e não apenas pela simples instrução formal. A educação para a cultura não poderia passar apenas pelo mero armazenamento de conceitos, uma forma de arranjar um meio de vida ou simples acesso ao mundo da ciência. Sob este aspecto, “a cultura deveria garantir a erudição pelo estudo das artes, da literatura, da poesia, do conhecimento científico, possibilitadas pela presença da educação mais formalizada, mas tendo a relevância do objetivo moral”. (POSSAS, 2004a, p.108).

Desta maneira, a revolução interior deveria ser realizada a partir da educação. A educação pensada pela AIB distinguia-se em dois níveis: destinada às massas integralistas e às elites integralistas. Desta forma, o movimento integralista se processava num duplo sentido: o da arregimentação disciplinar das suas legiões e o da formação das suas elites.

Para a arregimentação a AIB promovia a Doutrinação Integralista. Esta era dirigida ao povo com o fim de informar o público sobre os grandes problemas sociais e políticos encarados pela AIB. Com tal objetivo, o Integralismo desenvolvia intensa propaganda por todo o Brasil. A Figura 28 é um exemplo dessa propaganda em sua forma visual. Com os dizeres: “O Brasil precisa de você!”; “Fora do Integralismo não há Nacionalismo”; conclamava a povo a aderir à causa Integralista.

⁷³ “O sentido do termo ‘cultura’, utilizado por Plínio Salgado significava a alta cultura, como a possibilidade do acesso a arte, a literatura, as figuras, os motivos, os temas e símbolos tradicionalmente originários na tradição grega ocidental e que alocavam principalmente nas elites letradas que tiveram a educação formal. Difere completamente do sentido antropológico de idéias, hábitos e valores, das dimensões simbólicas da ação social, dos rituais, das mentalidades das pessoas comuns” (POSSAS, 2004a, p.108). Sobre o conceito antropológico de o termo cultura ver: BURKE, (2000).



Figura 28: Apelo integralista às massas brasileiras. (FONTE: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/09/IntegralismoCartaz1937.jpg/250px-IntegralismoCartaz1937.jpg>. 22/11/06).

Na intensa campanha em prol da educação, a mulher desempenhou importante papel no processo de preparação para a revolução do espírito. Segundo Cavalari (1999), de acordo com a ótica integralista, a mulher, devido a sua natureza, tinha grande contribuição a dar na tarefa de educação da consciência nacional, desde que essa contribuição ocorresse de forma ordenada. Por tal motivo é que o aproveitamento das energias femininas para a divulgação da doutrina foi utilizada ordenadamente pela AIB.

Para os pensadores do Integralismo, cabia à “Ação Integralista Brasileira utilizar ordenadamente a cooperação das inúmeras moças e senhoras inscritas em suas fileiras, dirigindo-as sempre, de preferência, para os setores educacionais”. (CORBISIER, apud, CAVALARI, 1999, p.56).



Figura 29: Congresso Provincial Feminino, dezembro de 1935. (FONTE: Álbum Particular – Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP).

A figura 29, uma imagem registrada no espaço urbano, retrata um grupo de militantes integralistas, uniformizadas, organizadas e com ar de seriedade. Trata-se de uma imagem posada, em que mulheres e crianças presentes se preparam para o registro do momento a ser concretizado enquanto a representação da ordem e da disciplina integralista, que reservava às mulheres um lugar na sociedade integral.

Como bem observou Cavalari (1999, p.57), “embora reconhecendo entre homem e a mulher um complexo de espírito e corpo em unidade substancial, o Integralismo afirmava reconhecer em ambos uma profunda diversidade psicológica. Essa diversidade se reflete no terreno social indicando-lhes atribuições diferentes”.

Seguindo tal visão, “a mulher encontrará a verdadeira esfera de ação, adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho das funções do lar e da família, fundamentais para a educação física e moral da prole; da escola, e de tudo quanto tenha relação com esses alicerces das sociedades moralizadoras e sadias” (CAVALARI, 1999, p.58).

Esse ponto de vista em relação às mulheres era legitimado na medida em que o integralismo afirmava que:

o traço característico do temperamento feminino reside no seu ‘alterocentrismo’, na sua capacidade de dedicação a seres vivos ou senso maternal. A vocação maternal, educativa, eminentemente social, define a fisionomia própria da mulher. Particulariza-lhe a inteligência, dando-lhe uma capacidade especial para a apreensão do concreto, do inteiro, para a visão rápida e intuitiva. Afina-lhe a sensibilidade, dotando-a para as melhores realizações artísticas, criadoras. Condicionando-lhe a vida moral, predispondo-a à mística, ao amor absoluto, aos sacrifícios e renúncias totais. (CORBISIER, apud, CAVALARI, 1999, p.58).

Assim, devido às características atribuídas ao comportamento e ao pensamento das mulheres pela ideologia integralista, a sua participação na sociedade deveria se restringir a de colaboradora do homem, cumprindo assim fundamental importância para a humanização dessa sociedade.

A AIB acreditava que:

uma sociedade (...) que fosse edificada exclusivamente sobre o egocentrismo masculino, tornar-se-ia em pouco tempo uma sociedade mutilada e viciada, condenada inexoravelmente à esterilidade do raciocínio frio, à inanição da análise dispersiva e fracionadora, aos abismos vazios da abstração, ressequidos em suas profundidades, privada de entranhas e reduzida a um mecanicismo absorvente e destruidor. (CORBISIER, apud, CAVALARI, 1999, p.59).

Desta forma, a visão do Integralismo sobre a divisão sexual dos papéis sociais era explicada e justificada pelas condições naturais, bem como pelo temperamento e comportamento diferente dos dois sexos. Direcionados por esse pensamento, ao homem caberia o raciocínio, a análise e a abstração; já às mulheres, a sensibilidade, os sacrifícios e as renúncias em prol do próximo.

Todavia, apesar de diferentes, o homem e a mulher integralistas deveriam viver e trabalhar em colaboração recíproca. Assim, essas duas naturezas podiam enriquecer-se mutuamente pela colaboração e união. Homem e mulher se potencializariam ao trabalharem juntos. Assim, quando adentravam as fileiras de militância da AIB, tanto homem, quanto mulher preenchiam uma ficha de cadastro do Movimento Integralista, idêntica à da Figura 30, bem como recebiam uma espécie de carteira de identidade integralista, conforme representada pelas Figuras 31 e 32.

FP50510R.008

ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA
PROVINCIA DA PARAHYBA S. P. C. S. HILANCA

NUCLEO _____ PROFISSÃO _____ Nº da Província _____
Nº do Município _____
Nº da Diocese _____

NOME *Beatriz Lyra Aguiar*
Idade *25* anos (Nasceu em *28* de *dezembro* de *1901*)
Pai *José do Nascimento Aguiar*
Mãe *Josephina Lyra Campos*
Estado civil *casada* Natural de *Taciba, Estado da Bahia*
Residência *Rua Souza (Cemitério de Souza, Estado da Paraíba)*
Bairro _____ Povoado _____
Local onde trabalha _____ Povoado _____

Paltegar Direita

JURAMENTO
Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Acção Integralista Brasileira, executando sem discutir as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores,

Firma _____
Aprovação por *Paulo Henrique Aguiar*
Nº _____ Data da inscrição *2 de julho de 1932*

É solteiro? *Sim*
N. da ficha *1245*
Jist. Eleitoral *Cruz*
Partido *PSD*
Inscrição *1245*
Sociedade _____
Sindicato? _____
É socio de Club Sportivo? _____
Cont. Militar? _____
Reg. Identificação _____
Data _____
O Técnico _____

Figura 30: Ficha de Cadastro de Homens e Mulheres nas Fileiras de Militância da AIB. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.



Figura 31: Carteira de identidade dos militantes da AIB – parte interna. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.



Figura 32: Carteira de identidade dos militantes da AIB – parte externa. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.

Em decorrência dessa visão de complementaridade, a AIB rebatia tanto as teorias masculinistas, que esqueciam o valor das mulheres como ser moral e a isolavam do convívio social, quanto os pensamentos feministas pautados na negação da diferença das funções sociais da mulher e do homem.

Assim, contra as ilusões apresentadas pelas teorias masculinistas e feministas, a AIB oferecia uma solução: a humanidade integral. Para o integralismo, na sociedade integral seriam mantidos os lugares naturais da mulher ligados ao lar e à família. Era reservado à mulher “a sacrossanta função de mãe de família, de senhora do lar, de educadora e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da Pátria e bem da humanidade”. (CAVALARI, 1999, p.60).

Apesar de conservadora nestes aspectos, a AIB se apresentava como inovadora ao preconizar que para desempenhar amplamente a função de mãe, esposa e dona-de-casa, a cultura e o estudo eram fundamentais. Assim, exigia-se da mulher a cultura e o aprimoramento do espírito. Vislumbrava-se, assim, uma visão idealizada da mulher: a santa, a sacrificada, a altruísta, a bondosa o anjo.

O aproveitamento das energias das mulheres nas ações da AIB concentrara-se principalmente no campo educacional. Assim, além da tentativa de educar a consciência nacional, como era apregoado pelo Movimento, coube às mulheres, sobretudo a partir de 1935, quando a AIB transformou-se em partido político, a formação de uma massa eleitoral integralista. Era necessário alfabetizar não só para arregimentar novos adeptos, mas instrumentalizá-los para o voto.

Para Cavalari (1999, p.62), “tal tarefa justificava-se na medida em que se defendia que o *sucesso do movimento* dependia do bom desempenho dos candidatos

integralistas”. Em decorrência, “pode-se observar que, a partir de 36, intensificaram-se, no interior da AIB, as campanhas de alfabetização, com ênfase à alfabetização de adultos”.

A partir de 1935 a preocupação em alfabetizar era tamanha que em outubro de 1936 Plínio Salgado determinava aos chefes Provinciais, Municipais e Distritais que procedessem “com a possível urgência à fundação de Escolas de Alfabetização nos seus setores de maneira que, dentro de pouco, não exista mais no país um Núcleo Integralista onde não exista uma escola para ensinar a ler aos brasileiros”. (MONITOR, out 1936, p.2).

Como apontado anteriormente, a participação das mulheres na AIB era homogeneizada, formatada e disciplinada pela Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina. A uniformidade e padronização dos comportamentos, atitudes e valores das “blusas verdes” eram conseguidas pela AIB “através da exigência de que os assuntos ou teses desenvolvidos através de conferências e cursos, em todos os núcleos do país, fossem os mesmos. Mais do que isso: não bastava que o temário fosse idêntico, era necessário, também, que este fosse desenvolvido da mesma forma”. (CAVALARI, 1999, p.69).

No que tange à criação de uma consciência feminina, podemos citar como exemplo o *Schema das theses – O papel da mulher no integralismo*, veiculado pelo Monitor Integralista, ano IV, n.16, 5 de dezembro de 1937, p.5 e 7, que deveria ser desenvolvido pelas militantes nos núcleos espalhados pelo país.

Seguindo o *Schema das theses*, o integralismo era “o espírito cristão, aplicado a um sistema de Estado, de Governo, de Sociedade”. Nesse sistema a mulher, para retomar o espírito cristão, deveria “elevar cada vez mais, os valores do Espírito; combatendo todas as formas do materialismo, a decadência dos costumes, lutando pela moralização da sociedade; combater a ostentação e o luxo que estão acendendo a cólera das massas operárias, combater

o egoísmo e os comodismos burgueses”. Além disso, no que diz respeito às funções educativas, deveria também, “valorizar, acima de todas as qualidades, o valor do caráter; ensinar às crianças o culto dos heróis; restaurar a verdade sobre a mentira contemporânea; elevar a dignidade do lar, enaltecer as virtudes domésticas; incrementar a bondade, a compaixão, a solidariedade humanas sob todas as formas; inculcar, no meio em que vive, o culto de Deus e da Pátria” (SCHEMA, 1936).

Ainda explicitados nos *Schemas*, os objetivos do Integralismo seriam atingidos pela ação dos seus militantes, homens e mulheres, pela palavra, pelo trabalho e pelo exemplo. Pela palavra, “doutrinando, esclarecendo os espíritos, não só em discursos, conferencias, artigos, livros, porém nas palestras, no meio social em que vivem os camisas-verdes”. Pelo trabalho, “exercendo os cargos que lhes tocarem, com amor; sendo pontuais, ativos, desenvolvendo as faculdades de iniciativa, de invenção, respeitando e fazendo respeitar a disciplina; não se apegando aos cargos, porém sempre agindo com abnegação e modéstia”. Pelo exemplo, “vivendo uma vida de acordo com a doutrina que pregam: a vida da virtude, do sacrifício, da renúncia, das mortificações voluntárias; a vida austera, nobre, elevada, simples, inatacável; a vida sem mentiras, sem artifícios, sem vaidades tolas; a vida bela pela bondade e pelo espiritualismo” (SCHEMA, 1936).

Neles estavam ainda inscritas as obrigações condizentes ao papel da mulher no Movimento. Sendo caracterizados como função da mulher integralista dar o exemplo mais vivo: de convicção e ardor pela causa; de trabalho, iniciativa, esforço, sacrifício e perseverança; de disciplina, hierarquia, e obediência; de união entre todas as companheiras, prestigiando-se mutuamente.

Assim, a mulher integralista no lar deveria “ser um permanente fator de incitamento ao esposo, pais, filhos, irmãos, levando-os a cumprirem rigorosamente seus deveres de camisas-verdes”. Desta forma, o zelo pela responsabilidade masculina também era da alçada feminina. Além disso, a mulher deveria “ser uma propagandista tenaz, em todos os meios sociais em que tiver influência; deve ser um exemplo de simplicidade para com os humildes e sofredores; deve ser um modelo de coragem nos sofrimentos tão comuns na existência”. Deveria atuar em ações filantrópicas capazes de minimizar o sofrimento alheio. Deveria “vestir a blusa-verde com orgulho penetrada do sentimento de amor a Deus, à Família e a Nação” (SCHEMA, 1936).

Quanto ao papel reservado à mulher pelo Estado Integral, os *Schema das Theses* estabeleciam que “a mulher não é nem superior, nem inferior ao homem, porém é diferente (sensibilidade, coração, intuição, etc)”. Assim, “o homem e a mulher biologicamente se complementam; sentimentalmente se harmonizam; moralmente se identificam; intelectualmente se unem, por uma superior aspiração comum”. As tarefas do homem e da mulher “se distinguem no lar, na sociedade e na Pátria; essas tarefas não se chocam, pois se originam da natureza própria de cada um”. Ou seja, “a mulher tem deveres do seu sexo e direitos de sua vocação. A mulher pode ser, portanto, cientista, artista escritora, técnica e representar politicamente sua classe desde que tenha aptidões e vocação para tal, nunca, porém deixando de cumprir os deveres inerentes ao seu estado”. Desta forma, cumprindo suas funções de mãe, esposa e dona-de-casa e, ainda, tendo aptidões para a esfera pública, a mulher poderia galgar inclusive representação política (SCHEMA, 1936).

Os homens e as mulheres se equiparavam no interior da AIB quanto ao exercício de direitos e deveres recíprocos; para com a prole; para com os semelhantes; para com a Pátria; e fundamentalmente para com Deus.

Na ótica integralista a mulher tinha “o dever de elevar a sua virtude, o seu poder, a sua dignidade, o seu espírito, e combater tudo o que pretende escravizá-la”. Para o Integralismo a mulher era escravizada pela atitude hipócrita dos homens querendo fazê-las animais de luxo; ditadura da moda que forma nos homens um conceito meramente sensual e anti-natural da mulher; os salários e ordenados insuficientes para pais de família que obrigam a mulher ao trabalho para sustento do lar, submetendo-a a um regime de baixos vencimentos; os salários e ordenados ínfimos com que se pagam os serviços da mulher; a ostentação das mulheres ricas aguçando o gosto pelo luxo nas menos favorecidas; os casamentos por interesse financeiro e não de mútuo amor e sentimento de responsabilidade moral; o comodismo e os egoísmo da sociedade burguesa materialista; dentre outras (SCHEMA, 1936).

Assim, somente guiada pela Doutrina Integralista, por sua concepção espiritualista da existência, a mulher teria dignidade, respeito e liberdade, contribuindo amplamente para a formação do espírito nacional, em outras palavras, do Estado Integral.

Mesmo colocando as mulheres em lugar de destaque na formação do projeto integralista de sociedade, o integralismo perpetuou que:

o lugar natural da mulher era o lar e a família. Era reservado à mulher a sacrossanta função de mãe de família, de senhora do lar, de educadora, e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da pátria e bem da humanidade (CAVALARI, 1999, p.60).

Corroborando este ideal, é algo visível que a participação feminina na A.I.B. tenha sido mais representativa nas áreas da educação, como alfabetizadoras, e da saúde, como enfermeiras, auxiliares e visitadoras, entre outras; visitando bairros humildes a fim de

realizarem obras sociais e filantrópicas. As Figuras 33, 34 e 35 retratam significativamente esse panorama.

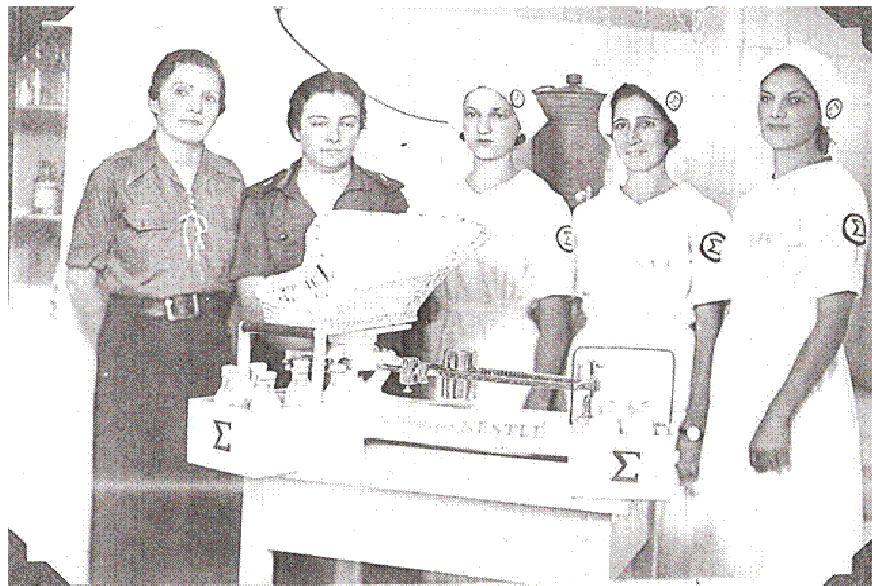


Figura 33: Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e Pliniana em visita ao Lactário “Ana Francisca” no dia de sua inauguração – Núcleo de Botucatu/SP. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.



Figura 34: Auxiliares do Lactário “Ana Francisca” – Núcleo de Botucatu/SP. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.



Figura 35: Grupo de crianças socorridas pelo Lactário “Ana Francisca” – Núcleo de Botucatu/SP. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.

As figuras 33, 34 e 35, fotografias peculiares, pois fazem parte de álbuns particulares de ex-militantes encontrados no acervo Plínio Salgado no Arquivo Público de Rio Claro, retratam as militantes integralistas em uma das suas funções dentro da AIB: realizar ações filantrópicas voltadas à assistência social. As fotografias são posadas, com o intuito de evidenciar o cuidado, a atenção e o carinho com que as militantes integralistas zelavam pelos mais necessitados. Os uniformes revelam que também nas atividades cotidianas a homogeneização da aparência e simultaneamente do comportamento eram meticulosamente cuidadas pela AIB.

A participação das ativistas integralistas na AIB, principalmente em ações tidas como assistenciais e educacionais, vinham reforçar uma nova missão feminina, ressaltada na época pela proposta educacional que associava as mulheres à idéia da necessidade de formar os futuros cidadãos, completando a sua vocação materna. Ser mãe e esposa fiel ao marido

poderiam ser papéis conciliados com as tarefas educacionais, que, no entanto, não deveriam interferir na sua prioridade junto à família (LOURO, 1997a).

Tornou-se evidente que a AIB não significou para as ativistas integralistas apenas e simplesmente a reprodução sistemática da divisão de papéis e atribuição às mulheres de atividades anteriormente prescritas como naturais. A divisão de papéis, entre homens e mulheres, ocorreu claramente dentro da AIB tanto em seus estatutos, como na organização do dia-a-dia de seus núcleos municipais. Neste sentido, a importância da AIB no contexto das experiências de suas ativistas se faz presente ao inovar as práticas sociais existentes, trazendo “as blusas verdes” para atuar no espaço público, junto à sociedade em geral. A AIB é inovadora no que se refere às relações e às práticas sociais, já que mantém os valores, mas altera as relações sociais entre mulheres e demais sujeitos, como podemos observar nas Figuras 36 e 37 evidenciando as mulheres em posição de destaque na esfera pública.



Figura 36: Mulheres em Cena. Desfile na Capital Federal, 1935. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

A figura 36 retrata uma multidão em um desfile integralista, é uma fotografia em que as pessoas estavam marchando na capital federal disseminando a ideologia integralista. Nela observamos homens e mulheres nas ruas, todos ocupando o mesmo espaço urbano.



Figura 37: Mulheres em Cena. Integrantes do Departamento Feminino e Pliniano de Matão, SP. (FONTE: SOMBRA; GUERRA, 1998).

Já a figura 37, ao retratar as militantes integralistas de Matão/SP, evidencia novamente a organização e a disposição milimetricamente pensada. As mulheres, todas uniformizadas, com ar de seriedade, dispostas de modo a evidenciar o Sigma em seus ombros e com as Bandeiras do Brasil e Integralista ao fundo, reforçam a imagem de disciplina que a AIB buscava concretizar no imaginário do povo brasileiro.

Vários artigos integralistas veiculados pela imprensa descreviam a mulher como responsável, enquanto militantes da AIB, pelas obras e ações filantrópicas da agremiação. No artigo *O Integralismo e a Mulher*, reforçava-se a posição da mulher dentro de uma ordem social pré-estabelecida. Segundo o artigo, o integralismo “dará a mulher mais liberdade, libertando-a dos infinitos preconceitos sociais em que ela se emaranha, que a subjugam e que lhe impedem de dizer em alto e bom som o que pensa, o que sente e o que aspira” (PEREZ, 1936, p. 8).

Apesar de vislumbrar outras perspectivas, esses artigos acabavam por reforçar o papel da mulher como mãe, esposa e dona de casa: “[...] lembrai-vos sempre mulher do meu Brasil que: — a mão que embala o berço governa o Mundo” (ESTEVES, 1936).

Mesmo diante da presença de falas que reforçavam os papéis femininos já existentes, não podemos negar que no emaranhado da vida cotidiana surgiram formas de questionar esses papéis. Entretanto, devido à permanência de fortes valores patriarcais e machistas da sociedade brasileira, as mulheres que ousassem ultrapassar as barreiras da sua condição social eram alvos de críticas que as degradavam e denegriam publicamente.

Essas estratégias veladas ou explícitas de representação feminina além dos papéis prescritos, talvez fossem as mais fortes justificativas pela maneira pouco visível com que era documentada a participação das mulheres integralistas, principalmente na liderança e atuação no espaço público.

Podemos perceber as contradições entre a arregimentação feminina pela AIB e a ordem social vigente que estabeleciam alterações e transformações, já que a militante integralista se dividia entre a casa e a associação política, tal que em ambas as esferas seus

papéis eram semelhantes reforçando-se mutuamente na construção do Estado Integral proposto pelo Chefe Nacional Plínio Salgado.

A participação das militantes na AIB é algo evidente e de fundamental importância para o seu desenvolvimento e sucesso, devido principalmente às professoras, enfermeiras, visitadoras sociais e divulgadoras culturais, mas suas atuações e experiências cotidianas são dificilmente interpretáveis, pois havia todo um contexto contrário como o que descrevemos anteriormente.

O fato de a mulher participar ativamente da AIB, adentrando a novos âmbitos sociais, fez com que ela aguçasse ainda mais suas aspirações, seus anseios modernos e seus ideais durante as lutas no decorrer do seu processo de “emancipação”.

Um caráter exclusivo da relação das militantes com a AIB encontra-se no fato de que, apesar de outros partidos políticos também terem tido um departamento feminino, não se nota a presença das mulheres em suas atividades de maneira tão intensa como na AIB. Isso porque, no movimento integralista, como descrevemos anteriormente, a mulher desempenhou um importante papel no sentido de arregimentar novos adeptos e divulgar os ideais do partido.

Na sociedade brasileira dos anos 30 a mulher possuía grandes dificuldades em adentrar aos partidos políticos, pois ela ainda vinha de uma sociedade patriarcal a qual a confinava à esfera privada. Assim, a esfera pública, que lhe era oferecida pela AIB, era para a mesma algo novo.

Foi difícil às militantes assumirem uma posição política, pois elas já tinham o seu papel pré-determinado e quem ousasse transgredi-los era duramente castigado e

penalizado pelos valores que mantinham a ordem social. Assim, o feminismo, visto como dissolvente da família também era negado pelo Integralismo.

4.3 Representações da Participação Feminina na AIB.

O integralismo apresentou uma proposta de caráter nacionalista e antiliberal, inferindo críticas veementes às práticas sociais e aos comportamentos advindos da modernidade em curso, expressados exemplarmente “pela urbanização cada vez mais eletiva, pelo ‘exibicionismo burguês’, pelo aumento do consumo das ‘futilidades mundanas nas novas urbes’, com a moda e a preocupação exclusiva da indumentária, de acordo como seus ideólogos a presença da ‘bijulatria’” (POSSAS, 2004a, p.107).

Baseada em um sistema bastante rígido de relações hierárquicas, a AIB desenvolvia-se por meio de um discurso simbólico, materializado por imagens e representações, e uma cênica espetacular, principalmente na esfera pública, que definia as práticas, as experiências e as relações da militância, incluindo a forma de vestir e falar, a gestualidade, além de penetrar nas dimensões mais íntimas e privadas do cotidiano, como a regulamentação dos batizados, casamentos, aniversários e falecimentos (POSSAS, 2004a).

Os desdobramentos e efeitos provocados pela modernidade eram racionalizados pelo discurso integralista que vislumbrava a inserção e a presença das mulheres no espaço político, desde que mantivessem a idéia basilar da constituição familiar.

A AIB, pressionada pela necessidade de arregimentar adeptos, bem como manter a militância já arregimentada, passou a ampliar as funções, possibilitando uma maior abertura para o espaço público, construindo oportunidades de novas relações de gênero devido às novas oportunidades profissionais que iam se abrindo para as mulheres.

Essa participação mediatizada por possibilidades de ascensão ao espaço público, político, bem como os papéis femininos a serem desempenhados pelas militantes da AIB eram idealizados também pelos discursos e artigos integralistas. Entretanto, tais discursos e artigos também eram apreendidos pelas jovens militantes, a partir de suas individualidades, de suas projeções e aspirações de futuro (POSSAS, 2004a).

A presença marcante e visível das militantes não pode ser analisada “e mesmo traduzida de maneira uníssona e hegemônica dentro da AIB, como uma dimensão coletiva, passiva para todas as senhoras e jovens militantes e mesmo um processo histórico linear de consciência e de participação política e feminina nos núcleos integralistas”. Todavia, elas devem ser compreendidas “pelas diferentes formas de apreensão do real, onde a variabilidade de atuações e a pluralidade de sujeitos”, que nos indicam a iconografia encontrada, “permitem compreender melhor as distintas apropriações do modo de pensar dessas senhoras e jovens, operando com suas individualidades e variações históricas, principalmente ao construírem as relações de gênero no interior e fora da agremiação” (POSSAS, 2004a, p.113).

Para Possas, “as mulheres integralistas não assumiram a militância de forma idêntica, apesar de serem arregimentadas e disciplinadas por um regimento protocolar”. Elas adentraram ao Movimento movidas pela sua condição social de classe, de etnia e de gênero e, por isso, muitas delas exerceram distintos papéis e demonstraram comportamentos diversos, muito além da identidade de uma mulher dócil, feminina e materna. (POSSAS, 2004a, p.113).

Não podemos indicar exatamente como se deu a arregimentação das mulheres pela AIB, se por influência familiar, ou opção individual, entretanto, acreditamos que das duas maneiras. O significativo é que a atuação das mulheres no seio da agremiação e a

maneira que incorporaram a construção do Estado Integral⁷⁴ tornaram-se relevantes não só para as lideranças da AIB como para elas próprias.

Além dos ideais veiculados pela doutrina e pela imprensa integralista, as mulheres passaram a interiorizar o integralismo a partir de idéias que clamavam por esperança em detrimento do pessimismo liberal vigente e, principalmente, pela possibilidade de tornarem-se visíveis, de terem participação e voz ativa, tanto na família como nos assuntos da comunidade, enfim, no espaço urbano e público, nas ruas (POSSAS, 2004a).

No que tange à possibilidade de terem voz ativa, podemos evidenciar as falas das militantes integralistas na correspondência remetidas a Plínio Salgado⁷⁵. Possas, por um trabalho pontual e inédito, evidenciou, traduziu e interpretou as vozes das militantes integralistas nas cartas que elas enviaram a Salgado⁷⁶.

O trabalho com “a escrita de si” permite indicar “o vínculo existente entre um novo espaço de investigação histórica – aquele do privado, de onde deriva a presença das mulheres e dos chamados homens ‘comuns’ – e os novos objetos metodológicos e fontes que se descortinam diante dele”. (GOMES, 2004, p.09).

O trabalho com esse tipo de fonte documental permite-nos a descoberta de situações inéditas. A partir do trabalho com as cartas enviadas a Plínio Salgado, encontramos

⁷⁴ O Estado Integral era “proposto de modo a conciliar os papéis prescritos femininos com os novos valores e comportamentos de uma sociedade cosmopolita, que entravam nos lares pelo rádio e cinema”. (POSSAS, 2004a, p. 114).

⁷⁵ Quanto à relevância do trabalho com correspondências Gomes ressalta que “um breve passar de olhos em catálogos de editoras, estantes de livrarias ou suplementos literários de jornais leva qualquer observador, ainda que descuidado, a constatar que, nos últimos 10 anos, o país vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico”. Segundo a autora, “é cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si –, que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo”. (GOMES, 2004, p.07)

⁷⁶ Ver: POSSAS (2004b).

uma muito curiosa⁷⁷. O documento, dirigido ao “meu chefe nacional”, data de 04/10/1937. Trata-se de uma militante – Sebastiana Maria Santiago – que se dirige ao Chefe Nacional, Sr. Plínio Salgado, relatando uma situação extremamente íntima e pessoal. Ela, sendo uma companheira Integralista, achando-se em imensa necessidade e sem ter a quem recorrer para ser socorrida, julga que só mesmo o bondoso Chefe é que poderia lhe arranjar a importância de *duzentos mil réis*. Salienta, ainda, que precisa da ajuda, pois não tem pai vivo e que vive em companhia de uma velha mãe muito pobre.

Ora, essa correspondência evidencia uma experiência, uma prática, completamente alheia aos protocolos e hierarquia da AIB. Retrata o desespero de uma mulher passando por necessidades e que recorre a quem tem de mais próximo, o Chefe Nacional dos Integralistas. Refuta também as suspeitas de que as mulheres só ingressavam nas fileiras do Sigma em decorrência da influência familiar, visto que a ‘Sebastiana’ não tinha pai, era solteira e cuja mãe era muito doente, ou seja, ingressou na AIB por ‘conta própria’, atraída pelas possibilidades vislumbradas no Movimento: participação política, social e cultural.

Para justificar o pedido realizado, a militante pedia encarecidamente que Salgado se compadecesse de uma companheira que se achava sem meios até para comprar roupas. Ressalta que na verdade estava até atrasada com o seu pagamento do Núcleo há três meses, sendo que não tinha de onde tirar, questionando-se sobre o que fazer se o dinheiro do seu emprego muito mal dava para comer com a sua “mãezinha”. Quanto às afirmações de Sebastiana em sua correspondência não sabemos serem verídicas ou não, entretanto, revela subjetividades não previstas pelos Protocolos Integralistas.

⁷⁷ Carta da Sr^a. Sebastiana Maria Santiago a Plínio Salgado, escrita em 04/10/1937. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.

A importância de utilizar a “escrita de si” enquanto fonte de pesquisa ganha ressonâncias na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor, a importância e o significado histórico e social de todo indivíduo, abrindo “espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem ‘anônimo’, do indivíduo ‘comum’, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si” (GOMES, 2004, p.13). Esse apontamento da autora é bastante significativo, já que é dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.

Em tais fontes, como em nenhum tipo de documento, não existe o que verdadeiramente aconteceu nem a verdade dos fatos. A correspondência, ao traduzir a intenção de revelar dimensões íntimas e profundas do indivíduo que a escreveu, não aponta o que houve, mas o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou em relação a um acontecimento. Tal idéia nos remete diretamente às discussões já mencionadas sobre o texto como representação e/ou invenção de si “situando esse tipo de escrita como um palco onde a encenação dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades do indivíduo moderno encontraria espaço privilegiado” (GOMES, 2004, p.17).

Como por trás de uma correspondência há sempre a intencionalidade em escrevê-la que pode ser traduzida pela necessidade de informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar, parabenizar, solidarizar-se etc, Possas (2004b, p.257-258) nos sugere que “a correspondência entre indivíduos é extremamente rica para o pesquisador, na medida em que evidencia registros mais subjetivos de relações sociais múltiplas, sugerindo comprometimentos, compartilhamento de idéias, opiniões, angústias e a troca de favores”. Segundo a autora, “o emissor e o receptor tecem um universo complexo de sociabilidade, uma rede de significados e imagens de grande subjetividade e que merece ser

analisada pela possibilidade de recompor outros aspectos, menos formais, de uma realidade” (POSSAS, 2004b, p.258).

A subjetividade captada nas correspondências femininas a Plínio Salgado evidencia a possibilidade de o Chefe Nacional da AIB ter despertado, além de um profundo sentimento patriótico no coração da militância do Sigma, inúmeras “paixões” entre as ‘moçoilas’ do Movimento Integralista.

Na carta de Margareth Helena Simianato a Plínio Salgado⁷⁸ ela afirma que não poderia viver sem o Movimento. Para ela, sem a camisa e sem o distintivo integralistas não existiria vida. Viver fora da AIB não era viver. Dizia-se franca e fiel até a morte, por isso pretendia deixar a AIB só quando seu coração deixasse de bater. A referida carta foi escrita em fevereiro de 1938, ou seja, meses após a AIB ter sido suprimida pelo golpe Vargas de 1937. Ao apontar-se como integralista até o último suspiro, Helena solidariza-se com Salgado pela situação que estava submersa a AIB, indicando a sua atuação ativa no cenário político nacional a ponto de poder opinar e consolar o Chefe Nacional.

A relação da militante com o Chefe, mesmo que platônica, era bastante intensa, pois afirmava: “amo meu chefe mais que tudo no mundo, e o defendo em todos os insultos que ouço [...] já quiseram virar minha cabeça, mas não conseguiram [...] eu disse – meu coração já é verde, como posso?”. Enquanto felicitações ao aniversário de Plínio Salgado, Helena lhe enviou uma fotografia, para que ele pudesse conhecer ao menos por fotografia aquela que lhe escrevia de coração e era-lhe fiel até a morte. Afirmou várias vezes no decorrer da carta que “eu chefe daria a vida para ver a vossa pessoa mas não posso, faço tudo mas não

⁷⁸ Carta da Sr^a. Margareth Helena Simianato a Plínio Salgado, escrita em 28/02/1938. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.

consigo. Mas Deus me permitirá, que ainda antes de morrer” possa conhecer o chefe, “sou nova e tenho coragem”.

Possas tomou fôlego para experimentar e ir além do óbvio, espantando-se, literalmente, com a variedade de conteúdos que a correspondência localizada no Acervo de Plínio Salgado apresentava. Segundo ela, “já num primeiro momento, percebi a existência de aspectos subjetivos, de diferentes relacionamentos entre os militantes e as militantes ou mesmo simpatizantes, definindo uma complexa rede de sociabilidade com diversos níveis de afetividade”. Como aponta, “eram relações múltiplas, com tensões e conflitos que evidenciavam outras construções de sociabilidade não captadas pelo estatuto da AIB, tão pródigo em disciplinar a vida e o cotidiano dos militantes”. Na experiência do trabalho com correspondência a autora observou “outras nuances não só dentro como também diante do movimento do Sigma e de seu chefe nacional Plínio Salgado” (POSSAS, 2004b, p.258).

Os aspectos subjetivos, a complexa rede de sociabilidade envolvendo diversos níveis de afetividade, bem como as nuances da participação feminina no Movimento do Sigma aludidas por Possas podem ser observadas nas duas cartas reportadas anteriormente.

Enfim, são muitas as possibilidades abertas pelo trabalho com correspondências. Por se tratar do lugar de familiaridade dos sentimentos mais íntimos, estando repleta de simbolismos e de mediações entre o público e o privado, a correspondência permite identificar e analisar como se dão as relações entre remetente e destinatário e vice-versa, como se constrói a rede de trocas de favores e, em se tratando de correspondência feminina,

como se evidenciam as relações de gênero que, trabalhadas num território específico, podem ser traduzidas como relações significantes de poder.⁷⁹

Desta forma, interligamos as dimensões pública e privada, vislumbrando níveis de intimidade construídos e consentidos entre o chefe nacional e as “blusas verdes”; bem como perceber ‘outras’ relações mantidas por Plínio Salgado com a militância em geral, com os simpatizantes do movimento e vice-versa, numa ampla rede de sociabilidade e pessoalidade.

Dentre as cartas existentes, podemos distinguir atuações e atitudes das militantes integralistas e simpatizantes no tocante ao processo histórico em curso. Uma delas, datada de 30/01/1938⁸⁰, assinada por “Uma Brasileira”, dirige-se pessoalmente a Plínio Salgado, sem formalidades hierárquicas, o que evidencia a proximidade, mesmo que imaginária, da autora com o destinatário.

O discurso era emocional e contundente: “o motivo que me leva a escrever-vos é o mesmo que vos levou a despertar a consciência dos brasileiros para a realidade angustiosa de nossos problemas sociais e políticos – o amor ao Brasil”. A autora possuía um profundo conhecimento sobre a doutrina integralista e expunha seus argumentos com bastante clareza e domínio do assunto, incorporando em seu texto o projeto integralista para o Brasil, bem como o futuro da sociedade brasileira sob o comando do Integralismo.

A “Brasileira” questionava Plínio Salgado quanto à ausência de atitudes da AIB frente ao Golpe Vargas que havia suprimido a AIB: “Nós estamos servindo o Brasil diante da vida e diante da morte? Nós continuaremos a assistir ao enfraquecimento de nossas reservas

⁷⁹ Ver: POSSAS (2000); (2004a); (2004b).

⁸⁰ Carta da “Uma Brasileira” a Plínio Salgado. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Rio Claro – SP.

cívicas até que o materialismo dissolvente, o nacionalismo bombástico corrompa, confunda e disperse toda a obra do Integralismo? É justo permanecermos inativos quando nossos irmãos integralistas distantes, que sofrem humilhações e desprezo têm os olhos fixos em nós? Será humano continuarmos a assistir ao drama dos nossos irmãos operários explorados até perderem toda seiva de vida, nossos caboclos do norte abandonados até morrerem famintos pelas estradas?”.

Essa missivista demonstra que as mulheres adquiriram uma participação ativa na política prevista pelo Movimento, fazendo reivindicações, questionamentos, exercendo e construindo a sua consciência política, ao perguntar onde estaria a reação necessária naquele momento em que todos diziam ser preciso agir para salvar o Brasil? “Ou nada se pode fazer e temos que morrer de inércia ao invés de morrer lutando?!”.

Ela finaliza a carta, enfatizando sua crença e confiança na Justiça Divina e ao mesmo tempo na necessidade de apelar para o uso da força, da luta, ao apontar: “O Deus dos exércitos não deixará o céu nem a prisão do sacrário para lutar por nós, apenas deu-nos suas luzes e sua força para salvarmos, ou não, a Terra de Santa Cruz”.

Um outro documento muito importante para compreendermos as falas das militantes integralistas, cujo original não foi encontrado e sim uma transcrição datilografada, é a carta enviada por D. Rosalina Coelho Lisboa, ao Comandante Américo Pimentel, sub-chefe da Casa Militar do Presidente Getulio Vargas⁸¹, no dia 21 de fevereiro de 1938, preservada no Acervo de Plínio Salgado somente por ser um registro importante enquanto uma prova do envolvimento de terceiros na mediação das relações que estavam sendo acionadas pelo jogo político do pós golpe de 1937.

⁸¹ Carta de autoria de D. Rosalina Coelho Lisboa. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Rio Claro – SP.

Como bem nos aponta Possas (2004b, p.272) ao analisar tal carta, faziam parte da cênica de convencimento político “estratégias de aproximação utilização de amizades comuns, intermediação de terceiros, confidências e acessos de raiva”. Além disso, segundo a autora, a carta “confirma a permanência do clientelismo, tão comum em nossa prática política, uma vez que as relações expostas são permeadas de juízos de valor e uso de amizade para solicitar favores e, se possível, para remediar situações de crise”.

O objetivo principal da carta era solicitar a interferência do Comandante, a quem se dirige com um tratamento pessoal e amistoso, “meu caro Pimentel”, junto ao presidente e aos chefes de Polícia para que os integralistas presos fossem soltos e que cessassem as perseguições aos integralistas de todo o Brasil. Ao concluir a pequena carta, D. Rosalina pede ainda ao amigo Pimentel um último favor “peça ao presidente para chamar o Plínio de uma vez, para que se esclareça tudo de uma vez”.

Há ainda no referido documento um outro importante indício. Trata-se de uma anotação realizada por Plínio Salgado, a mão e a lápis, redigindo uma crítica contundente sobre a falta de credibilidade das relações e das promessas do governo de Getúlio Vargas. Podemos interpretar a anotação enquanto um desabafo de Salgado a respeito da situação política em que se encontrava a AIB e o país após o Golpe de 1937: “Por esta carta se vê a duplicidade getuliana, a safadeza e o cinismo dos patifes do governo getulesco”.

Embora a participação, a atuação e a figura de D. Rosalina Coelho Lisboa não seja muito conhecida por não ter sido divulgada pelos meios de comunicação integralistas, evidencia-se, pelo conteúdo da carta, que ela soube usar o seu círculo de amizades para interceder a favor da AIB, bem como do Projeto de Estado e de sociedade elaborados pelo Movimento Integralista.

Analisando essas poucas missivas das militantes integralistas ao “ilustre” Chefe Nacional, percebemos como as estratégias de arregimentação de um público feminino foram consideráveis e profícuas. Os discursos da AIB captaram os anseios e as esperanças da vida moderna vivenciada nos anos 30. Deste modo, a AIB abriu novas oportunidades para muitas mulheres que aderiram ao Movimento para obterem maior visibilidade e oportunidade de participação, pois o Integralismo abria brechas para que elas pudessem pensar que “faria de nós a mulher culta, inteligente, útil a sociedade” (PEREZ, 1936).

Ao introduzir o estudo das relações de gênero na AIB, enquanto relações múltiplas de sujeitos e de práticas, podemos esmiuçar situações inéditas que perpassaram a história da agremiação, como os casos evidenciados pelas correspondências analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornou-se evidente que o integralismo não permitiu que as mulheres se desvinculassem de sua esfera doméstica, atribuindo-lhes papéis de cunho doméstico e filantrópico que as ligavam às suas condições de mãe, esposa e dona-de-casa. Na ideologia e nas atividades do dia-a-dia, apesar das inovações, o gênero era reforçado no interior da AIB.

O feminismo visto como dissolvente da família também era negado pelo Integralismo. O ideal de mulher integralista poderia passar pela mulher culta, inteligente e útil à sociedade, pela mulher professora e enfermeira, porém, jamais deixá-la fora daquilo que era considerado a sua base de atuação: a ordem familiar, fundamento da Nação.

A análise que realizamos, tendo em vista as práticas e experiências das mulheres na sociedade brasileira no início do século XX, evidencia que naquele momento estavam presentes a politização do privado e a privatização do público, ou seja, no contexto dos anos 30 não encontramos claramente a distinção clássica entre espaço público e privado.

Embora o objeto desta pesquisa, a militância feminina na AIB, tenha permanecido silenciado quanto à concretude de uma fala específica, verificamos sua presença, as formas de atuação e os papéis que desempenharam junto à agremiação explicitados em caminhos tangenciais, como os discursos em documentos oficiais e os artigos publicados na imprensa integralista que enalteciam e preservavam a função tradicional da mulher no lar e junto à família, bem como pela análise das cartas enviadas por elas a Plínio Salgado. A imagem de sua presença nos comícios públicos, em desfiles trajando as “blusas-verdes” ou participando de reuniões dos núcleos embora evidenciasse uma certa mudança quanto à inserção e maior visibilidade no espaço público, pelas representações crivadas no imaginário social, reafirmava seus papéis tradicionais.

O sucesso da AIB enquanto associação pública e Partido Político não teria sido o mesmo se não houvesse em suas fileiras de militância as mulheres que ali desempenharam papéis fundamentais para o desenvolvimento e progresso do partido. Além de ampliar o número de militantes e de votos da AIB, a presença das militantes em suas fileiras atraiu também novos adeptos por suas ações filantrópicas, sejam como enfermeiras ou como professoras.

Embora atribuisse um caráter de igualdade entre homens e mulheres, essa igualdade era extinta ao considerar suas diferenças psicológicas. A AIB pensava a participação das mulheres somente enquanto colaboradora do homem a fim de humanizar a sociedade.

Sabemos, no entanto, que não há um processo histórico linear e homogêneo e um discurso ideológico unilateral, mesmo que se esforce em domar mentes e almas pela presença de Estatutos e Protocolos disciplinares. Isso torna possível abrir algumas brechas neste condicionamento da militância. Algumas dessas mulheres souberam se aproveitar dos momentos, das reuniões públicas, dos cursos profissionalizantes, para buscar maior autonomia, ter expressão e fala, mesmo que os objetivos ainda convergissem para o ideal da República: assumir papéis de mãe, esposas e educadoras. Assim, podemos entender as vozes de mulheres que bradavam: “vestia a camisa verde de que me orgulho, porque, embora mulher, desejo contribuir para a salvação de minha pátria [...]”⁸².

A partir da análise das práticas e experiências das militantes nas fileiras da AIB, é legítimo inferir que pertencer a um outro sexo diferencia atitudes, crenças e códigos numa determinada sociedade, bem como diferencia as sociedades umas das outras, mesmo que em

⁸² Fala de uma ex-militante integralista. Apud, POSSAS, 2004b, p. 124.

todas elas existam relações de gênero. Resta-nos saber quais são as relações de poder desenvolvidas no interior das mesmas.

Ao pautarmos nosso trabalho pela análise das relações de gênero, ou seja, pelas relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres no interior do Movimento Integralista e, em partes, na sociedade brasileira dos anos 30, acabamos também por trabalhar com a história das mulheres na medida em que tornamos visíveis suas práticas e experiências nunca antes evidenciadas. Identificar e analisar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias e nos papéis, tanto os que lhes são considerados próprios, quanto os impróprios, é uma etapa necessária do trabalho com gênero.

Mesmo em uma relação entre sexos marcada pela violência⁸³ e pela desigualdade, torna-se importante reconhecer que as mulheres também possuem poderes. Como analisamos, nas relações de gênero no interior da AIB as mulheres não foram simplesmente espectadoras ou militantes passivas, elas atuavam com consciência política, atuavam com esperança e com anseios, buscando brechas para atuarem no espaço público.

Não queremos negar que a AIB, ao pensar nos papéis e práticas sociais de homens e mulheres, tenha mantido graus de diferença hierárquica entre as práticas de homens e mulheres. A AIB não representou uma revolução da divisão de papéis entre os sexos, entretanto, por suas singularidades, representou para muitas militantes uma chance de transpor as barreiras impostas pelo lar, pela família e pelos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. Isso contribui para enfatizar que as relações entre homens e mulheres não são dados naturais, mas sim relações sociais.

⁸³ Chartier (1995) identifica a presença da “violência simbólica” para compreender a submissão imposta às mulheres, ou seja, de categorias que fundamentam a sua própria dominação.

Demonstramos ainda que no início do século XX o que muda nas relações entre as esferas pública e privada na sociedade brasileira é a exaltação de um poder social que vai sendo concedido de modo progressivo e parcial às mulheres, convidadas, pelos ares cosmopolitas e aspirações de modernidade, a não mais se contentar com as belezas e as tranqüilidades do lar, a sair de suas casas e adentrarem ao mundo social, político e econômico do espaço público.

Como bem observa Michele Perrot, “freqüentemente, as mulheres agem como auxiliares dos homens, às vezes com alguma esperança, mais ou menos consciente, de tirar disso algumas vantagens quanto ao reconhecimento de sua identidade e de seus direitos” (PERROT, 2000, p.20). A análise empreendida permite apontar que parte da aceitação do caráter de complementaridade entre os papéis de homens e mulheres, preconizados pela AIB, passou por esperança de algumas vantagens.

As conquistas das mulheres “produzem-se na maioria dos casos, nas brechas abertas pelo abalo dos sistemas políticos, nas falhas de uma revolução, nas crises do governo. Como se existisse uma reivindicação latente que discernisse a ocasião de se manifestar”. (PERROT, 2000, p.20).

Quando analisamos as práticas das mulheres na AIB não podemos falar em engajamento ou em movimento feminista. Entretanto, as nuances dessas experiências, a aceitação feminina da doutrina integralista acrescidas de formas privadas e secretas de apropriações, bem como as brechas de reivindicação e atuação social encontradas por essas militantes nos revelaram a existência do que podemos chamar de um “feminismo informal”,

na medida em que se revestiram de formas privadas e secretas suscetíveis de colocar em xeque a dominação.⁸⁴

Concordamos com Roger Chartier (1995), um objeto maior da história das mulheres não está na exploração, na vitimização, nem muito menos na sua heroificação, mas, no estudo dos discursos e práticas, manifestos em registros documentais múltiplos, que demonstram como as mulheres consentiram ou reagiram frente às representações dominantes da diferença entre os sexos: a forma de divisões de atribuições, dos espaços de inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública. (apud, POSSAS, 2004b).

Muitas dúvidas foram suscitadas ao longo do trabalho. Como sabemos, além de oferecer respostas, as Ciências Humanas também têm por finalidade elaborar questões e provocar a quebra de paradigmas. Sob esta óptica, pensamos ter cumprido nossa tarefa: problematizar, investigar, pesquisar e tentar compreender parte das experiências das militantes na Ação Integralista Brasileira nos anos 30. Mais que formular respostas, vislumbramos problematizar ao evidenciar que no emaranhado das relações estabelecidas entre os militantes da AIB, o gênero foi reforçado e ao mesmo tempo transformado.

⁸⁴ Sobre o Feminismo Informal ver: (PERROT, 2000).

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução**. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Lisboa: Moraes Editors, 1971.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. In: Cadernos de Pesquisa, n.117, p. 117-147, nov/2002.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora UNESP, 2001

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Crítica Marxista**, n. 11, 2000.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Mulheres integralistas e a imagem: as representações de feminino na Ação Integralista Brasileira através da fotografia**. Rio de Janeiro: Monografia, 2004.

BURKE, Peter. IN: M. Lucia G. Pallares –Burke. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: EDUNESP, 2000, p. 185-231.

_____. Abertura: A nova história, separando o seu futuro. In: _____ (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p.7-37.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **O integralismo e política regional: a Ação Integralista no Maranhão 1933 – 1937**. São Paulo: Anna Plume, 1999.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Projetos de mulher – **A educação feminina na família integralista**. Florianópolis (Comunicação apresentada no “Fazendo Gênero” – 2006).

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo** – ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 - 1937). Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Caderno Pagú**, Campinas, n.4, 1995.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da razão integralista. In: _____ (Org.) **Ideologia e mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CULLEN, Stephen. Four Women for Mosley: Women in the British of Fascists, 1931-1940. In: **Oral History**, Spring 1996, Political Lives, p.49-59.

DARTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios de história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIES, Natalie Zemon. **Nas margens**. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DEUTSCH, Sandra McGee. What difference does gender make? The extreme right in the ABC countries in the era of fascism. In: **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. 1997.

_____. Spreading Right-Wing Patriotism, Femininity, and Morality – Women in Argentina, Brazil and Chile, 1900-1940. In: GONZALEZ, Victória; KANPWIRTH, Karen. **Radical Women in Latin America: left and right**. University Park Press: Pennsylvania State University Press, 2001.

_____. Spartan Mothers: fascism women in Brazil in the 1930s. In: BACCHETTA, Paola; POWER, Margaret. **Right-Wing Women From Conservatives to Extremists Around the World**. New York: Rowtdg, 2002.

_____. Christians, Homemakers, and Transgressors – Extreme Right-Wing Women in Twentieth-Century Brazil. **Journal of Women's History**, v.16, n.3, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O.; BRUCHINNI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa do tempo; São Paulo/FCC, 1992, p.39-53.

_____. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: _____ (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

DOTA, Renato Alencar. O Trabalhador no discurso integralista. In: _____; POSSAS, Lúcia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.) **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do município, 2004.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: _____ (Org.). **História das mulheres: O século XIX**. São Paulo: Ebradil, 1991, p. 7- 8.

DURHAM, M. Women and the British Union of Fascists, 1932-1940. In: **Journal Contemporary History**, v.8, 1989.

_____. Gewnder and the British Union Fascists. In: **Journal Contemporary History**, v. 27, n. 3, p.513-529, 1992.

ESTEVES, Floriano Tapejú Thompson. Sublime Missão. **Anauê**, Joinville/SC, Jul/36

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense. 5ªed., 1978.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. F. S.; (Orgs.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRANT, Emma. **Feminism in fascism: a study of brazil's integralist movement**. New London, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GUERRA, Cláudia Costa. **Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero – Uberlândia MG**. 1998. Dissertação (Mestrado)- FFCLH, USP, São Paulo, 1998.

HAHNER, June E.. **A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Braziliense, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. Plínio Salgado meu pai. São Paulo: GRD, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: EDUSP;Contexto, 1997a, p. 441 – 463.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997b.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História – Trabalhos da Memória**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n.17, p.63-201, nov/1998.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Org. geral). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história da mulher**. Bauru,SP: EDUSC, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As Bases do Desenvolvimento Capitalista. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC,1994.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEREZ, Nair Nilza. O Integralismo e a Mulher. **Anauê**, Joinville/SC, Jul/36

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: EDUNESP, 1998.

_____. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: Ensaio de historiografia. In: **Gênero**. Niterói: EdUFF, v.2, n.1, 2000.

POSSAS, Lúdia Maria Vianna. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. O Integralismo e a mulher. In:_____; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.) **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do município, 2004a.

_____. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b, p.257-277.

PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001.

QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SALGADO, Plínio. **Páginas de combate**. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1937.

_____. **Manifesto de Outubro**. 1932.

_____. O Integralismo na vida brasileira. In: **ENCICLOPÉDIA do Integralismo**. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1959.

_____. **A quarta humanidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. **O que é o Integralismo**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933a.

_____. **Psicologia da Revolução**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933b.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **Escrita da História**, São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p.63-95.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Org. geral). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica**. Bauru: EDUSC, 2003

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001.

_____. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOMBRA, Luiz Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz (Org.). **Imagens do sigma**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v.1.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**. O fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: DIFEL, 1979.

VASCONCELOS, G. **A Ideologia curupira** – análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FONTES DOCUMENTAIS

AS REALIZAÇÕES da AIB. Monitor Integralista, Rio de Janeiro, p.5, 07 out 1937.

ESTATUTOS do Primeiro Congresso da AIB. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

ESTATUTOS do Segundo Congresso da AIB. Monitor Integralista, Rio de Janeiro, p.5, 07 out 1937.

MANIFESTO de Outubro. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

O MOVIMENTO do Sigma – Resumo Histórico. Monitor Integralista, Rio de Janeiro, p.13-16, 07 out 1937.

PROTOCOLOS E Rituais da AIB. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

REGULAMENTO do Departamento Feminino da AIB. Monitor Integralista, Rio de Janeiro, p.8, dez 1934.

REGULAMENTO da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Monitor Integralista, Rio de Janeiro, p. 13-15, 03 out 1936.

SCHEMA das Theses a serem desenvolvidas pelas “blusas verdes” em todos os núcleos da AIB. Monitor Integralista, p.05, 05 dez 1936.

MONITOR INTEGRALISTA – Órgão Oficial da Ação Integralista Brasileira. Rio de Janeiro. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

A OFFENSIVA – Rio de Janeiro. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

REVISTA ANAUÊ - Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Documentos Integralistas e pessoais de ex-militantes. Acervo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Sites da Internet.